



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Joyce Sampaio Neves Fernandes

Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da
Ilha das Onças, Barcarena/PA

Florianópolis
2020

Joyce Sampaio Neves Fernandes

**Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias
ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de mestre em Serviço
Social.

Orientadora: Prof.^a Liliane Moser, Dr.^a.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fernandes, Joyce Sampaio Neves

Política de Assistência Social na Amazônia:
problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha
das Onças, Barcarena/PA / Joyce Sampaio Neves Fernandes;
orientadora, Liliane Moser, 2020.
158 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Amazônia. 3. Política de Assistência
Social. 4. Famílias Ribeirinhas. 5. Acesso aos serviços. I.
Moser, Liliane. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III.
Título.

Joyce Sampaio Neves Fernandes

Política de Assistência Social na Amazônia: problematizando o acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, Barcarena/PA

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Regina Célia Tamaso Miotto, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Roselene de Sousa Portela, Dr.^a
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.^a Keli Regina Dal Prá, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a Liliâne Moser, Dr.^a.
Orientadora

Florianópolis, 2020.

In memoriam de Maria Helena Dantas Sampaio, minha avó tão querida, agora é meu anjo, que intercede por mim junto a Deus Pai.

Aos meus pais Wilson Neves e Léia Neves, minha base, minha fortaleza! Aos meus irmãos Jayne e Almir, minhas sobrinhas Ana Laura e Luna, e ao meu sobrinho Bernardo, novo membro da família. Ao meu amado esposo Ítalo Fernandes, essa conquista é nossa!

Aos povos amazônicos, na luta e resistência!

AGRADECIMENTOS

Concluir o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina, para mim, que sou natural do município de Castanhal, uma cidade média da Amazônia no estado do Pará, é um verdadeiro privilégio, um grande sonho realizado. Algo que parecia tão distante tornou-se realidade, no entanto, esse resultado só foi possível porque contei com muito apoio, por isso, quero manifestar minha gratidão.

Primeiramente a Deus, por conduzir meus passos, por abrir portas e cuidar tão bem de mim aqui em Florianópolis. Nos momentos em que duvidei e pensei em desistir, o Senhor me sustentou, renovou minhas forças e não me deixou desanimar. Obrigada por sua poderosa intercessão, Mãe Santíssima, sobre o título de Nossa Senhora de Nazaré, a Rainha da Amazônia, minha padroeira e advogada.

Ao meu amado esposo, Ítalo Fernandes, você foi quem primeiro sonhou esse sonho, lançou-se no desafio de migrar para a região sul do Brasil e, após se estruturar na cidade de São José, me presenteou com uma passagem só de ida. Esse resultado não seria possível sem a sua coragem e iniciativa, muito obrigada, meu amor, pelo apoio, companheirismo, compreensão, carinho, cuidado, dedicação e paciência. Esta conquista é nossa!

Aos meus pais, Wilson Neves e Léia Neves, pelo apoio incondicional, pela força nos momentos difíceis e pelas orações. Aos meus irmãos, Almir Sampaio e Jayne Sampaio, sempre na torcida. Minhas sobrinhas, Ana Laura e Luna, e meu sobrinho Bernardo, novo integrante da família, vocês moram no meu coração!

Agradeço às minhas professoras da Universidade Federal do Pará: Prof.^a. Dr.^a. Roselene Portela, Prof.^a. Dr.^a. Cilene Braga e Prof.^a. MSc.^a Gessyca Baracho. Se cheguei até aqui, devo, sobretudo, a essa base, obrigada!

Minha gratidão à Prof.^a. Dr.^a. Liliane Moser, minha orientadora. Obrigada por me acolher desde o primeiro e-mail encaminhado, quando lhe apresentei esta proposta de estudo. Nesse período, os sonhos estavam apenas no papel, tudo era incerto e, apesar das remotas probabilidades, incentivou-me a participar do processo seletivo do mestrado. Obrigada pelo carinho, apoio, dedicação, confiança e amizade. Sinto uma profunda admiração pela profissional e, principalmente, pela pessoa que és.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado, sem a qual não seria possível realizar este estudo.

Aos professores da Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC: Prof.^a Dr.^a Simone Sobral Sampaio, Prof.^a Dr.^a Luciana Zucco, Prof.^a Dr.^a Beatriz Augusto Paiva e Prof.^o Dr. Jaime Hillesheim. Pelo conhecimento adquirido nos espaços da sala de aula, obrigada!

Meu agradecimento à Prof.^a Dr.^a Keli Regina Dal Prá, por todo aprendizado, que foi de suma importância para a elaboração do projeto de qualificação e para o desenvolvimento deste trabalho, pelo carinho e amizade.

Minha gratidão à Prof.^a Dr.^a Regina Célia Tamasso Miotto, foi um imenso prazer conhecê-la, ser sua aluna, fazer parte do núcleo de pesquisa e, principalmente, em tê-la como membro da minha banca. Muito obrigada pela acolhida, aprendizado e amizade.

À Prof.^a Dr.^a Michelly Laurita Wiese e a todos os integrantes do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS), o NISFAPS não é somente um núcleo que realiza pesquisas na área da família, ele é uma família. Obrigada!

À Assistente Social Dr.^a Letícia Soares Nunes, que me acompanhou no estágio docência. Sem dúvidas, essa foi uma experiência riquíssima! Gratidão por todo conhecimento compartilhado, pelas contribuições na elaboração do projeto de pesquisa e pela amizade.

Às minhas colegas de mestrado Eliane Muller, Bruna Pavoski e Arony Paiva. A dinâmica institucional da UFSC era uma novidade e vocês me ajudaram nesse processo de adaptação. Obrigada pelas trocas de conhecimento, pelas alegrias e tristezas compartilhadas e por se fazerem presentes em momentos especiais: a viagem à Colômbia para a participação do evento e apresentação do artigo, ao qual realizei na companhia da Eliane, essa foi sem dúvidas uma experiência incrível; na qualificação do meu projeto de pesquisa, Eliane e Bruna presentes dando forças. Arony, pelas orações e palavras amigas.

À Raquel Santos, minha fiel leitora. Muito obrigada pelas correções ortográficas e por me ajudar na organização do meu trabalho, pela força, por suas palavras de apoio e compreensão.

A toda equipe da Assistência Social de Barcarena, em especial, aos profissionais que me acolheram nos espaços dos CRAS e contribuíram com minha pesquisa. Agradeço à secretária Julianna Nobre, por apoiar a proposta de estudo no município.

Às famílias ribeirinhas da Ilha das Onças por aceitarem participar da pesquisa e se colocarem à disposição, grata pela acolhida. Essa experiência foi enriquecedora, não somente pelo aprendizado, mas também pelo crescimento pessoal que me proporcionou.

À minha querida amiga, a Assistente Social Maria Betânia, que foi a mediadora da pesquisa em Barcarena. Obrigada pelo apoio, por me acolher em sua casa, agradeço a todos os

seus familiares que me receberam de braços abertos. Sou muito grata a todo bem que fizeram a mim nesse período em que estive em Barcarena, Deus abençoe!

Às minhas amigas da graduação, Jacqueline Chaves e Livian Fernanda, nosso reencontro foi maravilhoso! Obrigada pela amizade construída, por se fazerem presentes mesmo na distância, pelo apoio e cumplicidade!

Às amigas Edirlane Pinheiro e Lucely Nogueira, nosso tour por Belém foi ótimo, gratidão pelas palavras de incentivo e pelas muitas risadas.

Obrigada querida Darlene Branches, pelas orações, amizade, pela acolhida em Belém na minha última viagem e pelos conselhos!

À minha amiga, desde o ensino médio, Brenda Leite, obrigada pelas palavras de motivação e amizade!

Agradeço à Aline Amil, pelo apoio, carinho e amizade que cresceu após a viagem à São Luís do Maranhão, em que participamos da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). À Elanne Nascimento, por me acolher em sua casa, no Maranhão, quando ainda não nos conhecíamos pessoalmente. Essa viagem foi incrível, guardo lembranças maravilhosas!

Às minhas queridas primas, Daniellen Neves e Diellen Neves, obrigada pela torcida e palavras positivas. Saudades das nossas conversas acompanhadas de um café!

Ao Engenheiro Florestal, MSc. Brian Almeida, agradeço todo apoio dado a mim e ao Ítalo em nossos planos de viagem para Santa Catarina. Obrigada pelas palavras de incentivo e pela ajuda no trabalho com a construção dos mapas.

Aos meus tios: Edson Neves, Darcy Costa, Alciney Sampaio, Alcir Sampaio, Leila Dantas, Dalcilene Sampaio, Cleidiane Alencar, Aunir Neves, Nino Neves, Gilson Neves. Ao meu avô Acelino Neves, às minhas cunhadas Paula Matos e Jacklyne Alves, ao meu primo Stélio Sampaio, a todos os amigos e familiares que acompanharam minha trajetória e estão sempre na torcida, muito obrigada!

Eu posso ir muito além de onde estou,
Vou nas asas do Senhor
O Teu amor, é o que me conduz.
Posso voar e subir sem me cansar,
ir pra frente sem me fadigar.
Vou com asas como águia, pois confio no Senhor.
(MELO, Padre Fábio de; BORGES, Celina, 2013).

RESUMO

O presente trabalho trata do tema famílias ribeirinhas, políticas públicas no território amazônico, especificamente a política de assistência social, e o acesso destas famílias aos serviços sociais. Seu objetivo geral é analisar as condições de acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças à Política de Assistência Social no município de Barcarena-PA, considerando as particularidades da região amazônica. Como objetivos específicos buscou-se: identificar as principais demandas e dificuldades apresentadas pelas famílias ribeirinhas da Ilha das Onças; conhecer as formas de mobilidade utilizadas pelas famílias ribeirinhas para acesso aos serviços públicos; caracterizar a política de assistência social em Barcarena, a fim de identificar como se estrutura sua proteção social básica, no sentido de garantir o acesso das famílias ribeirinhas; e verificar como ocorrem as dificuldades e os desafios postos ao acompanhamento social e institucional das equipes técnicas às famílias ribeirinhas. O estudo realizado caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e analítica, na qual utilizou-se de pesquisas documental e de campo como procedimento, e como método, o materialismo histórico-dialético. Como técnica para a coleta de dados, utilizou-se entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistadas dez (10) famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, das quais cinco pertencem à área de abrangência do CRAS Arapari e cinco ao CRAS Zita Cunha. Além disso, entrevistou-se trabalhadores da Assistência Social de Barcarena, sendo eles: a gestora e as equipes técnicas dos CRAS Arapari e Zita Cunha, compostas por profissionais do Serviço Social (2) e da Psicologia (2), totalizando cinco profissionais entrevistados. As categorias de análise que fundamentaram esta pesquisa foram: “povos, populações e comunidades tradicionais” e “ribeirinhos”, território, acesso, necessidades humanas, política social, política de assistência social e Estado. Neste sentido, identificamos que as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças apresentam muitas dificuldades para acessar os serviços de assistência social em Barcarena: ausência de uma embarcação própria, renda insuficiente para a compra do combustível ou para utilizar o serviço de transporte fluvial privado e o fenômeno da maré que exerce grande influência na locomoção no território das ilhas. Assim, as famílias utilizam-se de estratégias próprias ou da solidariedade de vizinhos e parentes para deslocar-se até os CRAS. A exclusão vivenciada por estas famílias possui raízes profundas, remete-se a trajetória sócio-histórica de apropriação, aculturação, marginalização e invisibilidade perante o estado. A complexidade do território de Barcarena impõe grandes desafios para a operacionalização da política de assistência social, especialmente as áreas de ilhas, localidades distantes e de difícil acesso. Para possibilitar o acesso aos serviços da política de assistência social aos moradores da Ilha das Onças é necessário planejamento das ações, agendamento prévio da lancha, articulação com os Agentes Comunitários de Saúde e/ou lideranças comunitárias para mobilização da população, além de verificar o fenômeno da maré que incide diretamente no planejamento da equipe técnica dos CRAS. Entretanto, o repasse irregular do governo federal no financiamento dos serviços socioassistenciais apresenta-se como a principal dificuldade para gestão, na ausência do recurso recorre-se ao fundo municipal, este por sua vez é insuficiente para suprir as demandas. Diante disso, a redução dos gastos é a estratégia utilizada para manter minimamente os serviços. As famílias ribeirinhas, enquanto usuárias, são diretamente impactadas com esses cortes. Nesta pesquisa, identificou-se também sentimentos de frustração nos trabalhadores mediante as limitações impostas pela política. Nesta perspectiva, considera-se a necessidade de olhares diferenciados para as particularidades amazônicas no âmbito das políticas sociais, em especial a política de assistência social.

Palavras-chave: Famílias Ribeirinhas. Amazônia. Política de Assistência Social. Acesso aos Serviços.

ABSTRACT

The present work deals with the theme of riverside families, public policies in the Amazon territory, specifically the social assistance policy, and the access of these families to social services. Its general objective is to analyze the conditions of access of the riverside families of Ilha das Onças to the Social Assistance Policy in the municipality of Barcarena-PA, considering the particularities of the Amazon region. The following specific objectives were sought: to identify the main demands and difficulties presented by the riverside families of Ilha das Onças; know the forms of mobility used by riverside families to access public services; characterize the social assistance policy in Barcarena, in order to identify how its basic social protection is structured, in order to guarantee access for riverside families; and to verify how the difficulties and challenges posed to the social and institutional accompaniment of the technical teams to the riverside families occur. The study carried out is characterized as a qualitative, exploratory and analytical research, in which documentary and field research was used as a procedure, and as a method, historical-dialectical materialism. As a technique for data collection, semi-structured interviews were used. Ten (10) riverside families from Ilha das Onças were interviewed, of which five belong to the area covered by CRAS Arapari and five to CRAS Zita Cunha. In addition, Barcarena Social Assistance workers were interviewed, namely: the manager and technical teams of CRAS Arapari and Zita Cunha, composed of professionals from Social Service (2) and Psychology (2), totaling five professionals interviewed. The categories of analysis that supported this research were: “traditional peoples, populations and communities” and “riverside dwellers”, territory, access, human needs, social policy, social assistance policy and the State. In this sense, we identified that the riverside families of Ilha das Onças have many difficulties in accessing social assistance services in Barcarena: absence of their own vessel, insufficient income to purchase fuel or to use the private river transport service and the phenomenon of the tide that exerts great influence on locomotion in the territory of the islands. Thus, families use their own strategies or the solidarity of neighbors and relatives to move to the CRAS. The exclusion experienced by these families has deep roots, referring to the socio-historical trajectory of appropriation, acculturation, marginalization and invisibility before the state. The complexity of the territory of Barcarena imposes great challenges for the operationalization of the social assistance policy, especially the areas of islands, distant locations and of difficult access. To enable access to the services of the social assistance policy to the residents of Ilha das Onças, it is necessary to plan actions, prior to scheduling the launch, articulation with Community Health Agents and / or community leaders to mobilize the population, in addition to verifying the phenomenon of the tide that directly affects the planning of the CRAS technical team. However, the irregular transfer of funds from the federal government to the financing of social assistance services presents itself as the main difficulty for management, in the absence of recourse, the municipal fund is used, which in turn is insufficient to meet the demands. Therefore, the reduction of expenses is the strategy used to maintain services minimally. Riverside families, as users, are directly impacted by these cuts. In this research, feelings of frustration among workers were also identified due to the limitations imposed by the policy. In this perspective, it is considered the need for different perspectives for the Amazonian particularities in the scope of social policies, especially the social assistance policy.

Keywords: Riverside Families. Amazon. Social Assistance Policy. Access to Services.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Barcarena.....	43
Figura 2 – Mapa da Ilha das Onças	48
Figura 3 - Foto da lancha utilizada pelas equipes dos CRAS de Barcarena-PA	76
Figura 4 – Escolaridade dos Entrevistados.....	87
Figura 5 – Moradia ribeirinha em Barcarena-PA	91
Figura 6 – Estrutura da habitação ribeirinha em Barcarena-PA.....	92
Figura 7 – Moradia ribeirinha com uma embarcação utilizada como meio de transporte em Barcarena-PA.....	92
Figura 8 – O açazeiro em Barcarena-PA.....	93
Figura 9 – Açaí maduro coletado no Furo das Laranjeiras, na Ilha das Onças em Barcarena-PA.....	94
Figura 10 – locomoção através da rabeta, sede municipal de Barcarena-PA.....	108
Figura 11 – Outros modelos de embarcações ancoradas nas margens da habitação ribeirinha de Barcarena-PA.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Idade e sexo dos entrevistados	86
Quadro 2 – Dados pessoais e profissionais da equipe técnica e gestão da assistência social de Barcarena	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valores repassados aos serviços de assistência social de Barcarena-PA nos meses de março e abril de 2020	80
Tabela 2 – Número de membros da família	88
Tabela 3 – Frequência escolar das crianças e adolescentes.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEBAR – Associação dos Desapropriados de Barcarena
ALBRAS – Alumínio Brasileiro S. A
ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S. A
CAAEE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAISAN - Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDI – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará
CIB – Comissão Intergestores Bipartite
CODEBAR – Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
EAD – Educação A Distância
EFC – Estrada de Ferro Carajás
ESTÁCIO FAP – Faculdade Estácio do Pará
FAMEP – Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará
FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GPTEs – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
JOINPP – Jornada Internacional de Políticas Públicas
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDAS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
NISFAPS – Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais
NOB/SUAS – Norma de Operação Básica / Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma de Operação Básica – Recursos Humanos / Sistema Único de Assistência Social

ONG's – Organizações Não Governamentais

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

PBC – Programa Bolsa Cidadã

PBF – Programa Bolsa Família

PDRI Amazonas – Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PESANS – Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agro-Minerais da Amazônia

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PROBOR – Programa da Borracha

PSB – Proteção Social Básica

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins

RADAM – Projeto Radar da Amazônia

RI – Região de Integração

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SEASTER – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UICN – União Internacional para Conservação da Natureza

UNAMA – Universidade da Amazônia

VA – Valor Adicionado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	OBJETIVOS	23
1.1.1	Objetivo geral	23
1.1.2	Objetivos específicos	23
1.2	METODOLOGIA	23
2	A ILHA DAS ONÇAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO	29
2.1	COMUNIDADES TRADICIONAIS E A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR PARA A REALIDADE RIBEIRINHA	29
2.2	MUNICÍPIO DE BARCARENA	41
2.3	ILHA DAS ONÇAS	47
3	TERRITÓRIO, ACESSO AOS SERVIÇOS E NECESSIDADES HUMANAS	51
3.1	TERRITÓRIO: a relação urbano-rural na Amazônia	51
3.2	PERSPECTIVA TERRITORIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: e a região amazônica?	58
3.3	NECESSIDADES HUMANAS E O ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	64
4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A OFERTA DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM BARCARENA	72
4.1	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BARCARENA	72
4.2	QUEM SÃO AS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS MORADORAS DA ILHA DAS ONÇAS	85
5	O COMPLEXO PERCURSO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA ILHA DAS ONÇAS AOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	100
5.1	O OLHAR DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS SOBRE O ACESSO AOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	100
5.2	O OLHAR DA GESTÃO E DA EQUIPE TÉCNICA SOBRE O ACESSO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS AOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	115
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com as famílias ribeirinhas	145
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a equipe técnica	147
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a gestora	149
	APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	151
	ANEXO A – Territórios de abrangência dos CRAS de Barcarena	154

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do acesso à política de assistência social por famílias ribeirinhas no território amazônico, mais especificamente no município de Barcarena-PA. O trabalho foi realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC), na área de concentração denominada *Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social*, na linha de pesquisa *Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina*.

A escolha em realizar o estudo no estado do Pará deve-se à naturalidade da pesquisadora. Nascida no município de Castanhal, localizado na região Nordeste do estado do Pará, gradou-se em Serviço Social, no ano de 2017, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Após o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), feito em parceria com uma colega de curso, e com planos de mudar-se para a região sul do Brasil, no intuito de prosseguir seus estudos, elegeu como área de interesse a Amazônia e a política social na área rural. E, a partir desse tema e leituras direcionadas, a recém-formada chegou ao seu atual objeto de pesquisa.

Através de pesquisas eletrônicas, conheceu o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e também o Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS), o que motivou o interesse da aluna em ingressar no mestrado. O processo vivenciado através das disciplinas cursadas, da participação ativa no núcleo de pesquisa, de novas leituras realizadas, da submissão de artigos para eventos científicos e do estágio docência possibilitou um amadurecimento de seu projeto de pesquisa, que culminou com a delimitação do tema de estudo após viagem realizada ao Pará em 2018, ocasião em que conheceu o município de Barcarena.

Todavia, a opção pelo município como campo de pesquisa não se deteve unicamente à viagem, mas abarca um conjunto de elementos, a começar pelos próprios dados levantados, que foram direcionando a escolha. No entanto, o principal motivo que levou a selecioná-lo foi sua localização geográfica, já que pertence à mesorregião Metropolitana de Belém e à microrregião de Belém, ou seja, próximo à capital paraense. Portanto, considerando que a pesquisadora reside, atualmente, em outro estado, o deslocamento para Barcarena torna-se mais acessível à realização da presente pesquisa.

Sobre suas características territoriais, Barcarena apresenta uma diversidade espacial composta por áreas urbanas, estrada, estrada rural, ilhas, rio e outras localidades, o que implica em uma rede de transportes necessária para a locomoção em determinadas áreas do município,

elucidando as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias e pelas equipes técnicas no acesso aos serviços públicos nas áreas de ilhas e corroborando a hipótese levantada de que o difícil acesso das famílias ribeirinhas aos serviços ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) fragiliza e torna pontual o acompanhamento pela equipe técnica. Portanto, contradiz os princípios norteadores da Política Nacional de Assistência Social, sendo eles: a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos, o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a serviços de qualidade, bem como a igualdade de acesso aos benefícios, garantindo equivalência às populações urbanas e rurais (PNAS, 2004).

No que tange às áreas de ilhas, entre elas há a Ilha das Onças, localizada na Baía do Guajará, no município de Barcarena, situada a oeste da cidade de Belém (IBGE, 2019), cujo território vasto e populoso é composto por vários furos e comunidades. Todavia, é uma região com poucos investimentos públicos, além disso, a violência, o tráfico de drogas, a gravidez na adolescência, o trabalho infantil e os baixos índices de escolaridade são realidades fortemente presentes nessa região.

Na visita ao município de Barcarena, no mês de novembro de 2018, a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer os espaços dos CRAS. Atualmente, Barcarena possui 5 (cinco), são eles: Zita Cunha, Conde, São Francisco, Arapari e Castanhalzinho. E por se tratar de um vasto território, a Ilha das Onças pertence à área de abrangência de duas unidades socioassistenciais: os CRAS Zita Cunha e Arapari.

Diante disso, suscitaram-se alguns questionamentos: sem os equipamentos necessários para o deslocamento até as ilhas, de que maneira a política de assistência social está chegando às famílias ribeirinhas? Como a política de assistência social está estruturada e organizada para atender a população ribeirinha levando em conta essas particularidades regionais? Quais as estratégias utilizadas pela equipe profissional do CRAS para levar os serviços às famílias ribeirinhas? E as famílias ribeirinhas, como estão acessando política de assistência social? Tais indagações geraram inquietações na pesquisadora e resultaram na elaboração e qualificação do projeto de pesquisa e, posteriormente, nesta dissertação.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, exploratória e analítica, que tem por método o materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx (1818-1883), ao analisar a sociedade burguesa (NETTO, 2011a).

O capitalismo, segundo Florestan Fernandes (2008), não consiste apenas em uma realidade econômica, mas também, e acima de tudo, em uma complexa realidade sociocultural, cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extraeconômicos.

Nos dizeres de Teixeira (2008), é possível pontuar, mesmo que de forma genérica, a gênese da questão social na Amazônia e o empobrecimento das populações de acordo com o processo de expansão do capitalismo na região. A referida autora os separa em quatro momentos: capital mercantil, propriedade privada, indústrias de capital transnacional e monopolista e, por fim, a onda neoliberal.

As políticas de desenvolvimento na Amazônia, ao longo de sua trajetória sócio-histórica, tiveram por finalidade a ocupação da região, como forma de superar o “vazio demográfico”, integrá-la ao território nacional e a valorização econômica de suas riquezas naturais.

Na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, na acumulação do capital, a região amazônica atuou como fornecedora de matéria-prima e oferta de mão-de-obra barata. Investimentos em infraestrutura, como a construção de estradas, criação de rodovias, aeroportos, hidrelétricas e sistema de comunicação, viabilizaram esse padrão de desenvolvimento (PEREIRA, 2006).

Ademais, as políticas coloniais inspiradas no *slogan* “terras sem homens para homens sem terra”, no período da ditadura, atraíram imigrantes e investidores para a região. No entanto, a concepção de “vazio demográfico” nega a existência dos agentes sociais que compõem as “comunidades tradicionais” (SÁ; COSTA; TAVARES. 2006), os povos indígenas e, em especial, as famílias ribeirinhas.

Barcarena, enquanto município amazônico, vivenciou esse processo de expansão do capitalismo em seu território. No período colonial, antes de 1709, os indígenas que habitavam a região foram catequisados pelos padres jesuítas. Séculos depois, mais precisamente na década de 1980, implanta-se, no município, as empresas transnacionais de mineração ALBRÁS/ALUNORTE, na extração do alumínio e alumina. Contudo, para que isso ocorresse, foi necessário a remoção da população.

Tais acontecimentos provocaram profundas transformações sociais, econômicas, territoriais, políticas e culturais em Barcarena. Assim, o uso dos recursos do território, que então apresentavam caráter comunal, é usado pela elite local para fins lucrativos, enriquecendo uns poucos em detrimento do empobrecimento de grande parcela da população.

A partir das reflexões tecidas, tendo em vista o estudo em questão, é necessário refletir as políticas sociais na Amazônia, em especial a política de assistência social.

Segundo Teixeira (2008) as políticas sociais destinadas à região amazônica revelam uma padronização que homogeneiza a realidade brasileira nos moldes das regiões sul/sudeste.

No entanto, no que tange à política de assistência social, a particularidade socioterritorial da Amazônia põe ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) um desafio diferente ao princípio da territorialidade. Além disso, as particularidades regionais, como o vasto território com diferentes distâncias intermunicipais, que exige mais de uma rede de transporte (terrestre, fluvial e aéreo), como também um financiamento diferenciado; tal qual a existência de uma pluralidade étnica e cultural (seringueiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, entre outros); conflitos e violência pela propriedade da terra; e, por fim, espaços com ausência de referência republicana, requerem uma leitura específica da questão social no território (TEIXEIRA, 2013), impondo desafios para a operacionalização da política de assistência social no território, bem como para as demais políticas sociais de modo geral.

Diante do exposto, esta dissertação estrutura-se da seguinte forma: ainda nesta seção introdutória contêm os objetivos gerais e específicos e a descrição da metodologia utilizada na pesquisa.

Na segunda seção, denominada *A Ilha das Onças no contexto amazônico*, discorre-se sobre as categorias “povos, populações e comunidades tradicionais” e “ribeirinhos” e a respeito do lugar que esses grupos sociais têm ocupado no processo de desenvolvimento da Amazônia. Ademais, apresentam-se as características históricas, sociais, econômicas, políticas e territoriais de Barcarena, e, posteriormente, a realidade social da Ilha das Onças, a partir da pesquisa documental e de campo.

Na terceira seção, denominada *Território, acesso aos serviços e necessidades humanas*, como infere o título, será abordada a categoria território, apresentando os conceitos, explicitando sobre a perspectiva territorial no âmbito da política de assistência social e problematizando esse princípio presente nas normativas da política a partir da realidade amazônica. Além disso, discute-se a categoria acesso enquanto componente importante na garantia dos direitos sociais e atendimento das necessidades humanas.

A quarta seção apresenta a particularidade da política de assistência social no município, especialmente no território da Ilha das Onças. Além disso, nela constam a relação das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças entrevistadas, bem como dados referentes aos arranjos familiares, renda, escolaridade, entre outros.

Na quinta seção, denominada *O complexo percurso das famílias ribeirinhas da Ilha das onças no acesso aos serviços de assistência social*, apresentar-se-á os percalços vivenciados pelas famílias ribeirinhas da Ilha das Onças para acessar os serviços da política de assistência social em Barcarena. Nessa seção, são apresentados os olhares das famílias ribeirinhas, bem

como da gestão e equipe técnica da assistência social de Barcarena quanto às dificuldades de acesso.

As considerações finais, sendo a última seção que compõe a dissertação, consiste numa síntese dos resultados obtidos e nas conclusões inferidas a partir dos objetivos propostos e das reflexões construídas e problematizadas.

1.1 OBJETIVOS

A seguir apresentar-se-á os objetivos geral e específicos da pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar as condições de acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças à Política de Assistência Social no município de Barcarena-PA, considerando as particularidades da região amazônica.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as principais demandas e dificuldades apresentadas pelas famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, visando conhecer suas necessidades sociais;
- b) Conhecer as formas de mobilidade utilizadas pelas famílias ribeirinhas da Ilha das Onças para acesso aos serviços públicos;
- c) Caracterizar a política de assistência social em Barcarena, a fim de identificar como se estrutura sua proteção básica, no sentido de garantir o acesso das famílias ribeirinhas;
- d) Verificar como ocorrem as dificuldades e os desafios postos ao acompanhamento social e institucional das equipes técnicas às famílias ribeirinhas.

1.2 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2002), a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, de acordo com a autora, teoria e metodologia caminham juntas, sendo, portanto, inseparáveis.

Com relação ao método científico, Gil (1989, p. 27) o define “como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Sendo o método norteador desta pesquisa o materialismo histórico-dialético.

Segundo Triviños (1987) o *materialismo dialético* é a base filosófica do marxismo, cujo intuito é buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. “Através do enfoque dialético da realidade, o materialismo dialético mostra como se transforma a matéria e como se realiza a passagem das formas inferiores às superiores” (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

O *materialismo histórico*, por sua vez, de acordo com o referido autor, é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade.

Já Minayo (2014) afirma que o *materialismo histórico* representa o percurso teórico que aponta a dinâmica do real em determinada sociedade. Enquanto a *dialética* diz respeito ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. “A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos” (MINAYO, 2014, p. 108). Trata-se, portanto, de um método analítico-investigativo, que parte da aparência fenomênica, imediata e empírica do objeto, visando alcançar sua essência (NETTO, 2011a).

A pesquisa é qualitativa, visto que “(...) ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21-22). Ademais, é uma pesquisa exploratória, ou seja, tem por objetivo proporcionar uma visão geral, aproximada, da realidade estudada (GIL, 1989). “Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1989, p. 45), como é o caso das famílias ribeirinhas amazônicas. Assim, os procedimentos exploratórios utilizados foram o seguinte: revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo.

Segundo Gomes (2002), as categorias são empregadas para estabelecer classificações, abrangendo elementos ou aspectos com características em comum ou que se relacionam entre si. Nesse sentido, as categorias de análise trabalhadas nesta pesquisa são: “povos, populações e comunidades tradicionais” e “ribeirinhos”, território, acesso, necessidades humanas, política social, política de assistência social e Estado.

Nas ciências sociais, existe um amplo debate em torno das categorias “povos, populações e comunidades tradicionais” e “ribeirinhos” e uma variedade de termos utilizados para referir-

se a esses grupos sociais. No entanto, para embasar a discussão, utilizar-se-á os seguintes autores: Pereira e Diegues (2010), Diegues (2008), Silva Pimentel e Ribeiro (2016), Barretos Filho (2006), Santilli (2005), Little (2004), Wagley (1957), Barroso (2015) Arenz (2000), Neto e Furtado (2015), Chaves (2001), Lira e Chaves (2016), Pojo *et al.* (2014), Noda *et al.* (2001), Magalhães e Cunha (2017) e Fraxe (2004).

Tratando-se de Amazônia, o entendimento da categoria território é imprescindível. Sabe-se que a geografia é a área que privilegia estudos nesse campo temático. Portanto, para compreensão dos conceitos e debates são considerados os seguintes autores: Santos (2005; 2007), Haesbaert (2006), Haesbaert e Limonad (2007), Becker (2010) e Saquet (2013).

Nessa sequência, o serviço social também possui um amplo campo de discussão a respeito das categorias: Estado, política social e política de assistência social, sendo que vários autores ganharam destaque ao longo de sua trajetória acadêmica, através de seus estudos a partir dessas temáticas, entretanto, nesta pesquisa, considera-se: Netto (2011b), Yamamoto (2007, 2008, 2009), Salvador (2010), Pereira-Pereira (2011), Behring (2008), Behring e Boschetti (2010), Miotto (2010, 2016), Teixeira (2015, 2017), Sitcovsk (2010), Yazbek (2003) e Raichelis (2011).

A categoria necessidades humanas é um conceito igualmente trabalhado na área de serviço social, assim sendo, tomar-se-á como referência o autor Karl Marx (2013) e a autora Pereira-Pereira (2002; 2006).

Quanto à categoria acesso, no campo das políticas sociais, a área da saúde é aquela que trabalha esse tema de forma analítica, dessa forma, baseia-se no entendimento dos seguintes autores nesta dissertação: Travassos e Martins (2004), Travassos e Castro (2008), Travassos, Oliveira e Vianca (2006), Carvacho *et al.* (2008), Alves (2010; 2013) e Cohn *et al.* (2010).

A revisão bibliográfica e a pesquisa documental permearam todo o processo investigativo e analítico deste estudo. No entanto, cabe ressaltar que encontraram-se dificuldades na busca por referências bibliográficas no que tange ao assunto, uma vez que o tema aqui proposto é pouco estudado no âmbito acadêmico. A ida à campo foi importante nesse aspecto, visto que obteve-se acesso às bibliotecas da Universidade Federal do Pará – UFPA.

A pesquisa documental foi realizada através das análises de relatórios e diagnósticos dos órgãos institucionais das esferas federal, estadual e municipal, sites de instituições governamentais e noticiários eletrônicos. Além disso, analisou-se o Plano Municipal de Assistência Social de Barcarena e a Rede SUAS, que consiste no sistema de banco de dados da Assistência Social.

Segundo Minayo e Sanches (1993, p. 245), “o material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos”. Portanto, na pesquisa de campo, utilizou-se as seguintes técnicas: entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas e transcritas mediante o consentimento e a assinatura do Termo de Esclarecimento e Aceitação, e a observação.

A análise de conteúdo foi o procedimento utilizado para analisar os depoimentos dos participantes entrevistados, entendendo-o como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

A pesquisa foi realizada no município de Barcarena, no estado do Pará, especificamente na Ilha das Onças. Desse modo, foram entrevistadas pessoas representantes de um total de dez famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, das quais, cinco pertencem à área de abrangência do CRAS Arapari e cinco ao CRAS Zita Cunha.

A coleta de dados foi feita durante o mês de novembro de 2019, portanto, o critério de seleção dos entrevistados deu-se mediante a acessibilidade da pesquisadora às famílias, já que foram entrevistadas aquelas cujo atendimento ou visita domiciliar estava previamente agendado pelas equipes técnicas nesse período.

As entrevistas foram realizadas em três pontos do território da Ilha das Onças: Furo das Laranjeiras, Furo Madre de Deus e Landy. O quantitativo de famílias entrevistadas por localidade foram: cinco famílias do Furo das Laranjeiras, três do Furo Madre de Deus e duas famílias do Landy. Além disso, entrevistou-se trabalhadores da Assistência Social de Barcarena, sendo eles: a gestora e as equipes técnicas dos CRAS Arapari e Zita Cunha, compostas por profissionais do Serviço Social (2) e da Psicologia (2), totalizando cinco profissionais entrevistados.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº 23212019.1.0000.0121 – em 10 de outubro de 2019, e foi aprovado, conforme o parecer de nº 3.856.780. Além disso, também obteve-se a aprovação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Barcarena para a realização da pesquisa nos espaços dos CRAS.

Para a realização das entrevistas com as famílias ribeirinhas utilizou-se a lancha, transporte disponibilizado pela prefeitura de Barcarena para a Secretaria Municipal de

Assistência Social (SEMAS). A pesquisadora deslocava-se na companhia da equipe técnica dos CRAS Zita Cunha e Arapari, desse modo, as entrevistas aconteceram da seguinte maneira: ao finalizar a visita e/ou atendimento social à família, atividade agendada para aquele dia em específico, a pesquisadora era apresentada pelas profissionais de Psicologia e Serviço Social à respectiva família, falava-se brevemente da pesquisa e, a partir do consentimento da família em participar, as profissionais retiravam-se do local e retornavam para a lancha, aguardando a finalização da entrevista, para então realizar a próxima atividade programada. A pesquisadora apresentava-se novamente e, após os devidos esclarecimentos quanto aos objetivos da pesquisa, às técnicas de coleta de dados e ao Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCLE)¹ que garantiam o sigilo da identidade dos participantes, iniciava-se a entrevista, ao qual eram gravadas e, posteriormente, transcritas.

É importante destacar que essas entrevistas, geralmente, aconteciam no interior da residência das famílias e apresentaram curta duração, pois as profissionais estavam com atividades agendadas e precisavam executá-las, uma vez que a utilização da lancha pela equipe técnica ocorria mediante agendamento prévio. Portanto, apesar do roteiro semiestruturado, a pesquisadora não adentrou profundamente em determinadas questões pessoais das famílias, porém, obteve informações pertinentes ao estudo em questão.

Ademais, os rios da região amazônica são verdadeiras estradas fluviais, havendo um fluxo constante de embarcações. Esses barulhos externos dificultaram as entrevistas com as famílias ribeirinhas e, posteriormente, a transcrição dos áudios.

As entrevistas com as equipes técnicas foram realizadas nos próprios espaços dos CRAS Zita Cunha e Arapari, em uma sala fechada. Entrevistou-se separadamente as profissionais de Serviço Social e Psicologia das respectivas unidades socioassistenciais. E, por fim, a gestora da política de assistência social do município de Barcarena foi entrevistada na Escola Municipal Maria Cecília, local da *III Conferência Municipal de Políticas para Mulheres*, ocasião em que a gestora participaria como integrante da mesa. A entrevista agendada aconteceu no horário do intervalo, no entanto, houve pausas e interrupções, além disso, também havia barulhos externos que dificultaram a entrevista e, conseqüentemente, a transcrição do áudio. Entretanto, apesar dos percalços, a pesquisadora obteve as informações necessárias para realização do estudo.

A partir disso, a presente pesquisa tece reflexões a respeito do desenho das políticas sociais desenvolvidas na Amazônia, especialmente sobre a política de assistência social, a

¹ O modelo do TCLE utilizado encontra-se no apêndice D desta dissertação.

complexidade do território amazônico e os desafios impostos aos profissionais na sua operacionalização. Além disso, o estudo reporta-se às famílias ribeirinhas, enquanto usuárias da política de assistência social, problematizando o acesso aos serviços.

Sabe-se que há uma carência de dados estatísticos, nos censos, órgãos federais, estaduais e municipais, como é o caso da Ilha das Onças. Essa escassez de informações nos bancos de dados governamentais remete-se à trajetória sócio-histórica de exclusão, apropriação, aculturamento e invisibilidade dessas famílias, bem como das comunidades tradicionais de modo geral, perante o Estado. Dessa forma, considera-se relevante a temática estudada à medida em que contribuirá como subsídio para futuros trabalhos, especialmente à área de Serviço Social. Ademais, apresenta-se como um importante recurso de visibilidade às famílias ribeirinhas da Amazônia.

2 A ILHA DAS ONÇAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Quem quiser venha ver. Mas só um de cada vez.
 Não queremos nossos jacarés tropeçando em vocês (Mosaico de Ravena, 1997).

O intuito desta seção é apresentar a realidade da Ilha das Onças, território pertencente ao município de Barcarena. Para isso, foi subdividido em três itens: no primeiro, denominado *Comunidades tradicionais e a formação sócio-histórica na Amazônia: um olhar para a realidade ribeirinha*, demonstrar-se-á o lugar que as comunidades tradicionais, em especial, os ribeirinhos, têm ocupado no processo de desenvolvimento da Amazônia. Nessa subseção, são discutidas categorias-chaves para a fundamentação teórica deste trabalho, tais como: “*povos, populações e comunidades tradicionais*” e “*ribeirinhos*”. No segundo, *Município de Barcarena*, constam as características sociais, econômicas, políticas e espaciais de Barcarena, situando-o no território amazônico. E, por fim, no item *Ilha das Onças*, como o próprio título sugere, falar-se-á especificamente do território da Ilha das Onças, considerando sua localização geográfica e, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, mostrar-se-ão aspectos da realidade social, econômica, política e cultural dessa localidade.

2.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS E A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR PARA A REALIDADE RIBEIRINHA

Antes de adentrar na discussão a respeito da realidade ribeirinha amazônica, faz-se necessária a compreensão sobre os debates e conceitos existentes em torno das categorias “*povos, populações e comunidades tradicionais*” e “*ribeirinhos*”, pois há uma variedade de termos utilizados para referir-se a esses grupos sociais e uma ampla discussão teórica no campo das Ciências Sociais.

Sendo assim, inicia-se a discussão a partir da categoria “povos tradicionais”. Segundo Pereira e Diegues (2010), existe uma dificuldade consensual a respeito desse termo, não somente no campo antropológico, como também por parte de órgãos multilaterais que atuam na formulação de políticas territoriais, ambientais e tecnológicas. Além disso, de acordo com Diegues (2008), o debate acomete também os termos *populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais*, no entanto, essa confusão não é somente conceitual, mas se dá por causa das

expressões em variadas línguas. Inclusive, o referido autor cita como exemplo o termo "*indigenous*", em inglês, muito utilizado em documentos oficiais (UICN, Banco Mundial), mas que não necessariamente significa "indígenas", no sentido étnico e tribal.

O conceito do Banco Mundial (*Bank's Tribal Peoples Policy Statement, 1982*) para povos nativos (*indigenous*) foi baseado principalmente nas condições de vida dos povos indígenas amazônicos da América Latina e, como observou Dyson em documento do Banco Mundial (1992), não se adaptava a outras regiões do mundo (DIEGUES, 2008, p. 83).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) consiste em uma iniciativa do Governo Federal, através do Decreto nº 6.040, em 2007, cujo intuito é promover o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais econômicos e culturais, com relação à valorização da sua identidade, formas de organização e instituições (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, a PNPCT, no Art. 3º inciso I, define "povos" e "comunidades tradicionais" como

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Pereira e Diegues (2010), parafraseando Almeida e Cunha (1999), afirmam que mesmo com essa definição em seu marco legal, o termo "populações tradicionais" é permeado por aspectos semânticos e, portanto, está sujeito a alterações. Nos dizeres de Silva Pimentel e Ribeiro (2016), apesar de muitos estudos partirem de sua definição legal, o conceito de "populações tradicionais" não é fechado. Quando a palavra "tradicional" é associada à "população" torna-se uma expressão bastante complexa, que não significa "pobre", "rudimentar" e/ou "atrasada". Da mesma forma que o uso de tecnologias, como o celular, não descaracteriza a tradicionalidade desses povos (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016).

Pereira e Diegues (2010, p. 39), referenciando-se em Arruda (2000), Cunha (1989) e Ibama (2008), consideram que, no cenário que envolve as populações tradicionais, evidenciam-se "a transmissão oral, a existência de uma ampla ligação com o território habitado, os sistemas de produção voltados para a subsistência e o caráter econômico pré-capitalista". Segundo Diegues (2008, p. 84),

dentro de uma perspectiva marxista (especialmente dos antropólogos neomarxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalista, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do

mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; e também, percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

Ou seja, os povos e comunidades tradicionais são populações locais e “considera-se que populações locais são aquelas cuja existência em determinado território possibilitou o desenvolvimento de sua territorialidade, expressa na relação com o lugar” (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016, p. 225). Os referidos autores afirmam que, dentro da literatura, os termos encontrados para designar populações como modo de vida tradicional são: *populações ou comunidades tradicionais, populações locais, comunidades rurais e autóctones*. Entre os autores que utilizaram essas expressões estão: Bérard *et al.* (2005), Déry e Tremblay (2008), Toledo e Barrera-Brassols (2009), Barthélémy (2005), Glon e Chebanne (2013) (SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016)

Portanto, para Silva Pimentel e Ribeiro (2016, p. 226), populações tradicionais são:

populações locais, cujo conhecimento é tradicional, ou seja, os saberes sobre os elementos da natureza e sua dinâmica são utilizados como recursos de sobrevivência. São os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais e tantas outras comunidades locais, em princípio rurais, que apresentam uma territorialidade no contexto da sociedade urbana contemporânea.

Já para Barretos Filho (2006), o termo “populações tradicionais”, comumente utilizado no Brasil para referir-se a grupos sociais culturalmente distintos no tecido da sociedade nacional, caracterizados por suas formas cultural e históricas específicas de apossamento da terra e apropriação dos recursos naturais, é ambivalente, uma vez que

opera como categoria residual de sentido negativo, abrangendo tudo o que não é índio, nem quilombola, nem seringueiro (como sugeriram LIMA & ROLA, 2001), abarca e compreende todas estas categorias – e outras mais – de grupos sociais cuja distintividade cultural se expressaria em termos de territorialidades específicas (BARRETOS FILHO, 2006, p. 109).

Segundo Santilli (2005), o conceito de “populações tradicionais”, desenvolvido pelas ciências sociais e incorporado pelo ordenamento jurídico, somente pode ser compreendido a partir da interface entre biodiversidade e sociodiversidade. De acordo com a autora, a categoria “populações tradicionais” já é relativamente bem aceita e definida entre os cientistas sociais e ambientais, muito embora reconheça as tendências e “problemáticas” ao qual o seu marco conceitual pode suscitar. Assim,

ainda que alguns antropólogos apontem as dificuldades geradas pela forte tendência à associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico e considerem o conceito “problemático” em face da forma diversificada e desigual com que os

segmentos sociais se inserem na Amazônia socioambiental, a categoria “populações tradicionais” tem sido bastante reconhecida em sua dimensão política e estratégica. Entretanto, o Direito ainda dá os primeiros passos na formulação de uma definição – jurídica – de “populações tradicionais” (SANTILLI, 2005, p. 124-125).

Little (2004) afirma que qualquer combinação que costuma ser utilizada para agrupar a variedade de grupos humanos é problemática, justamente pela abrangência e diversidade dos grupos que engloba, porém, em seus estudos utiliza o termo “povos tradicionais”. Com intuito de justificar sua escolha por essa expressão, o autor inicia explicando a origem e os contextos aos quais ela foi utilizada:

No contexto das fronteiras em expansão, o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este. Em um contexto ambientalista, o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas de lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos aqui como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades. Noutro contexto ambientalista, o conceito dos povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando formas de co-gestão de território. Finalmente, o conceito surgiu no contexto dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde cumpriu uma função central nos debates nacionais em tomo do respeito aos direitos dos povos (LITTLE, 2004, p. 282-283).

Para o autor, o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto política, de tal maneira que as duas dimensões são quase inseparáveis.

Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes na diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil. São, acredito, razões suficientes para utilizar o conceito nos turbulentos âmbitos das Ciências Sociais (LITTLE, 2004, p. 284).

O termo “comunidade tradicional”, como dito anteriormente, é bastante utilizado na literatura, principalmente referindo-se às famílias ribeirinhas, pois é uma expressão que geralmente está associada ao espaço físico. Assim como o termo “povos tradicionais”, há igualmente um amplo debate sobre o conceito de “comunidade”. Wagley (1957), um dos autores pioneiros a utilizar o termo, a esse respeito diz:

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade (WAGLEY, 1957, p. 43-44).

Wagley (1957), em sua pesquisa na Amazônia, identifica as peculiaridades da vida cotidiana do grupo social ao qual pesquisou, na infraestrutura (moradias, técnicas agrícolas, meios de transporte e entre outros) e a identidade sociocultural (relação homem-natureza, os conhecimentos transmitidos entre as gerações etc.).

Já Diegues (2008), em uma perspectiva marxista, define comunidades tradicionais como aquelas cuja organização social e econômica apresentam pouca acumulação de capital, onde a força de trabalho assalariada não é utilizada. São comunidades - nas quais os produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como a agricultura, pesca, coleta e artesanato, ou seja, baseiam-se economicamente no uso de recursos naturais renováveis. Barroso (2015), ao citar o referido autor, afirma que há uma relação de dependência entre as sociedades tradicionais e o meio urbano no âmbito da reprodução social, econômica, cultural e política, ademais, é do meio urbano que provêm as “inovações” que contribuem para a gradual transformação dessas sociedades.

Chaves (2001), em seus estudos, também utiliza o termo “comunidade”. Para a autora, essa expressão pode ser compreendida no contexto social, cultural, político e econômico. Sendo que, “(...) a comunidade é composta por um conjunto de relações/intercâmbios de produção e político-organizativa dos *homens entre si e com a natureza.*” (CHAVES, 2001, p. 78). Ademais, afirma que a relação sociedade-natureza não é harmoniosa e invariável, são relações conflituosas e, portanto, dialéticas, podendo, esses intercâmbios, ocorrer de formas diferenciadas em cada contexto comunitário.

Diante disso, infere-se que não há, nas Ciências Sociais, um consenso a respeito dos termos *povos, comunidades e populações tradicionais*, vários autores utilizam critérios diferenciados para se reportar a essas categorias, incluindo grupos sociais diversos, ao utilizar determinadas expressões, como é o caso de Silva Pimentel e Ribeiro (2016), Diegues (2008), entre outros. Em consonância à perspectiva crítica que orienta esta pesquisa, utiliza-se aqui o termo *comunidades tradicionais*, em concordância com os autores Diegues (2008), Barroso (2015) e Chaves (2001). Vale destacar que, apesar de reconhecer a ambiguidade presente na expressão “tradicional”, ela será aqui utilizada por compreender que tal expressão carrega elementos de ancestralidade ligados a saberes que envolvem a relação homem-natureza e a territorialidade, ao qual envolve a produção-reprodução social e cultural, bem como a identidade desses povos.

A exemplo do que fora dito, tem-se a Amazônia brasileira, composta por uma variedade de povos e etnias oriundos da miscigenação, fruto do processo de colonização e

ocupação que sobreveio à região. Arenz (2000) afirma que essa miscigenação foi “decretada” pelo Estado português. A população ribeirinha, de origem ameríndia, chamada de “caboclo” foi então “modelada” através dos aldeamentos dos missionários e nas vilas dos colonos dos séculos XVII a XIX.

Considerando isso, apresentar-se-á o conceito, bem como outras expressões utilizadas para se referir à população ribeirinha (*povos das águas, ribeiridade, beiradeiros, ribeirinho, ilhéus*) e o seu modo de vida. Chaves e Furtado (2017), em seu estudo de caso na comunidade de Igarapé Grande, localizada no município de Limoeiro do Ajuru, no estado do Pará, utilizam o termo “povos das águas”, porque, segundo eles, esse é o melhor termo para definir uma sociedade que tem como base de sua reprodução material e imaterial o ambiente aquático. “Pois esta sociedade, assim como muitas outras da Amazônia, possui uma relação direta e cotidiana com os rios, furos e igarapés, elementos marcantes no modo de viver em questão.” (CHAVES; FURTADO, 2017, p. 6). Sendo assim, vale ressaltar que o termo “povo das águas” aqui utilizado não se restringe unicamente às comunidades tradicionais ribeirinhas, mas inclui, de maneira ampla, os moradores dos furos, ilhas, rios e igarapés. Ou seja, todos aqueles que moram em um ambiente de proximidade aquática e possuem uma relação material e imaterial com esse espaço.

Segundo Neto e Furtado (2015), as autoras Furtado e Maneschy (2002) foram as primeiras a utilizarem a expressão “ribeiridade” na publicação de um artigo inédito, em coautoria, intitulado *Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil*. Em suas análises, “ribeiridade” é utilizado “como expressão de um modo de viver dos grupos sociais localizados à margem de mananciais aquáticos, de onde emanam os elementos materiais, imateriais e simbólicos que configuram o modo de vida desses grupos” (NETO; FURTADO, 2015, p. 159). Desse modo, o termo é entendido como “povos das águas”, de maneira ampla, abarcando todos aqueles grupos que moram às margens de um ambiente aquático e possuem relações sociais, culturais e simbólicas com o mesmo.

De acordo com Loureiro (1992, *apud* NETO; FURTADO, 2015, p. 160-161), o termo “ribeirinho” remete a

(...) aquele que vive à beira dos rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados, todos eles à margem dos cursos d'água, seja em agrupamento de duas ou três casas, seja, finalmente, isolado numa “cabeça de ponte”, trapiche de madeira que se projeta rio adentro, aonde aportam canoas e as pequenas embarcações de compradores; no final do trapiche, se localiza a casa com o pequeno comércio.

Loureiro (1992) não apenas amplia o conceito em termos de ambiente aquático, como também no espaço territorial urbano-rural. Em seu entendimento, “ribeirinho” é todo aquele

que mora às margens dos cursos d'água que, independentemente de estarem localizados em vilas, povoados ou nas cidades, convivam em agrupamentos ou isolados.

Outra denominação para população ribeirinha é “povos da floresta”. Pois, Chaves (2001), baseando-se em Valverde (1996), afirma que, em seu estudo, a população ribeirinha se autodenomina “povos da floresta”. Em contrapartida, Magalhães e Cunha (2017), em nota introdutória intitulada *A voz dos ribeirinhos expulsos*, a qual compõe o livro *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC*, o que comumente é aludido como “modo de vida ribeirinho”, no Xingu é denominado de beiradeiros, ou seja, são aqueles que vivem no beiradão. Assim, em concordância com Garcia Jr (1983), Magalhães e Cunha (2017, p. 29) apontam que, “(...) do ponto de vista sociológico, trata-se de uma fração do campesinato, cuja produção se caracteriza pela combinação de múltiplas atividades (pluriatividade) e se destina em graus variados e, ou alternados à subsistência e ao mercado”.

Fraxe (2004), em seu estudo na comunidade São Francisco, na localidade Costa da Terra Nova, no município do Careiro da Várzea, no estado do Amazonas, utiliza a categoria “ilhéus” com o intuito de ressaltar a identidade dos caboclos-ribeirinhos moradores da Ilha do Careiro da Várzea. A referida autora apropriou-se desse termo a partir da aproximação teórica com os autores Shalish e Diegues, apesar deles tratarem de ilhéus marítimos e aqueles estudados por Fraxe (2004) serem ilhéus de água doce. Desse modo, “ilhéus” é utilizado pela autora tanto como forma de dar maior relevância à localidade estudada, quanto para desmistificar a ideia de ilha como um território isolado.

Dessa forma, infere-se que a expressão “ribeirinho” não apresenta um conceito fechado, além disso, possui variedades de denominações. Entretanto, todos os autores aqui considerados concordam que os ribeirinhos são aqueles que, além de residir às margens de ambientes aquáticos, possuem relações simbólicas, culturais, sociais com esse espaço natural. Para fins deste trabalho, utilizar-se-á o entendimento de Neto e Furtado (2015, p. 160):

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço.

Nessa concepção, a expressão “ribeirinho” carrega uma identidade sociocultural, ao qual concorda-se com os autores. Ademais, no desenvolvimento deste estudo será utilizado,

mais precisamente, o termo “famílias ribeirinhas”, uma vez que o público será analisado enquanto usuário da política de assistência social.

Além de compreender o conceito, faz-se necessário também conhecer o processo sociohistórico que deu origem a essas famílias. Segundo Arenz (2000), na era pré-colonial, existiam indígenas amazônicos que viviam na várzea, eles apresentavam uma complexidade sociocultural que, com a chegada dos europeus à região, foram destruídas através do projeto civilizatório-cristão. Entretanto, houve resistência à servidão, bem como à colonização, através de fugas e revoltas que resultaram em uma completa marginalização social e total negação de identidade étnica e cultural.

Arenz (2000) também destaca que, mesmo marginalizados, os ribeirinhos conseguiram resistir a uma colonização total, preservando os principais eixos da cultura de seus antepassados: aspectos econômicos (integração à natureza, extrativismo vegetal); sociais (vivência autônoma em pequenas comunidades); e, por fim, religiosos (prática da pajelança como expressão de sua cosmovisão própria). Ainda, consideram que “a língua portuguesa e a religião católica são ‘pontes’ para o mundo dos ‘brancos’, mas não determinaram e nem expressam, por completo, a autonomia social e cultural dos ribeirinhos” (ARENZ, 2000, p. 12).

O período da produção da borracha, entre 1850 e 1920, representou um momento de grande riqueza para a região, na qual destacam-se as cidades de Belém e Manaus (SÁ; NASCIMENTO, 2012). A Amazônia, através da extração do látex (matéria-prima para produção da borracha), foi então integrada às relações comerciais internacionais. Nesse período, houve um intenso processo de migração, principalmente de nordestinos para a região, através de incentivos governamentais, a fim de trabalharem nos seringais.

As condições de trabalho eram degradantes e de intensa exploração do seringalista (donos ou arrendatários das áreas de extração da seringa) para com o seringueiro (coletores da borracha, em sua maioria nordestinos). A produção da borracha sustentava-se por meio do “sistema de aviamento”. Segundo Gomes (2012), tal sistema consistia em um intercâmbio comercial, em que bancos e casas exportadoras europeias e norte-americanas disponibilizavam capitais para as casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, que incentivavam os seringalistas a criarem postos comerciais ou mesmo barracões administrados por pequenos comerciantes. Esse intercâmbio comercial localizava-se ao longo das vias fluviais, desse modo, os aviadores adiantavam alimentos ou ofereciam empréstimos aos seringueiros para que pudessem comprar os utensílios necessários para a extração da borracha, em troca, eles eram obrigados a entregar toda a sua produção.

Segundo Arenz (2000), essas novas relações sociais estabelecidas nesse período da borracha contribuíram para a marginalização do ribeirinho, que “passou a ser considerado um mero morador da beira do rio e um remanescente do projeto mercantilista ultrapassado” (ARENZ, 2000, p. 56). Além disso, o referido autor também afirma que nessa época emergiram várias pesquisas comparando o ribeirinho amazônico ao imigrante nordestino, reforçando a exclusão econômica e social da população ribeirinha, já que consideravam os ribeirinhos como “inertes” e “inviáveis” para as exigências de uma economia moderna.

Em relação à cultura, técnicas agrícolas e artesanais, Chaves (2001) afirma que as populações ribeirinhas herdaram tais conhecimentos dos indígenas que viviam nas várzeas, sendo eles: a confecção das redes, o preparo da farinha, a coleta de frutos, óleos, resinas silvestres e materiais para habitação (palha, tábuas), as técnicas de caça e pesca e a extração de matérias-primas para confeccionar peças artesanais e utensílios domésticos.

No que tange à estrutura de suas residências, Neto e Furtado (2015) afirmam que a maioria delas é construída com madeira e palha, e se elevam sobre estacas (palafitas) para ficarem a salvo das inundações periódicas.

Pojo *et al.* (2014) afirmam que a relação cotidiana estabelecida entre os ribeirinhos e as águas evidenciam que os rios são territórios (lugar, espaço e tempo). Portanto “(...) é o fluxo e o tempo-espaço das águas que dirigem a vida ribeirinha” (POJO *et al.*, 2014, p. 183). Além disso, esses autores também afirmam que a afinidade e interação com rio contribuem na formação da identidade nativa, tal dinâmica se constitui no movimento da vida através das suas primeiras experiências na infância: banhos no rio, aprender a remar e a se equilibrar no trapiche de suas casas etc. No entanto, Fraxe (2004) afirma que essa relação construída entre os ribeirinhos e os rios consiste em uma *interrelação construída historicamente*, não sendo, portanto, algo dado, imutável.

De acordo com Noda *et al.* (2001), a pesca possui uma forte representatividade nos aspectos socioculturais. Os ribeirinhos apropriaram-se dessa atividade, que, inicialmente, foi desenvolvida pelos indígenas, no entanto, aprimoraram seus utensílios, adequando-os às suas necessidades, por exemplo, o arco e flecha, a zagaia e arpão (haste) e a malhadeira.

A prática da pesca ribeirinha, segundo Lira e Chaves (2016), é uma atividade predominante e intensa dessas comunidades, sendo executada nos lagos, igapós, igarapés e rios, cujo meio de transporte são, normalmente, a canoa movida a remo e/ou motor de rabeta. Tais práticas produtivas são guiadas através da relação homem-natureza, ou seja, através das múltiplas relações estabelecidas com o ambiente natural somado aos conhecimentos

acumulados de geração e geração. O ribeirinho desenvolve suas atividades produtivas baseando-se nos ciclos naturais, como, por exemplo, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, do roçado, os sistemas de manejo dos recursos naturais, entre outros.

Essas atividades produtivas estão pautadas em relações de respeito à natureza e manutenção da subsistência de seus grupos, não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado (LIRA; CHAVES, 2016). Entretanto, em algumas comunidades mais próximas das grandes cidades, a pesca, além de contribuir para a subsistência de suas famílias, também é fonte de renda, o pescado é, portanto, comercializado no centro da cidade ou na própria comunidade pelos famosos marreteiros (POJO *et al.*, 2016).

Conforme Castro (2008), a ascensão da produção da borracha abriu novas áreas de povoamento, “em todas as bocas de igarapés e de rios com recursos e possibilidades de exploração, localizava-se um posto ou comércio que tinha a função de canalizar a produção agroextrativista trazida das terras interiores e de drená-la para os portos e cidades maiores.” (CASTRO, 2008, p. 17-18). O sistema de aviamento dava-se por via fluvial, essa comercialização e troca de mercadoria nos cursos d’água contribuíram para o povoamento às margens dos rios e seus vales. Segundo a autora, esse processo consistiu no primeiro padrão de ocupação e expansão urbana na Amazônia.

Entre 1910 e 1940, a exportação da borracha entra em declínio, “em função da concorrência inglesa nas colônias asiáticas, fruto do contrabando da semente *havea brasiliensis*” (SÁ; NASCIMENTO, 2012, p. 206), provocando uma conseqüente estagnação na economia. Com a queda dos preços no mercado internacional, os centros comerciais e os barracões localizados nas vias fluviais foram fechados, então, houve uma significativa migração de trabalhadores para os centros urbanos. Além de provocar um crescimento desordenado das cidades, com a precariedade dos serviços básicos e a falta de oferta de emprego, intensificaram-se a degradação das condições de vida desses trabalhadores.

Nos dizeres de Castro (2008), o segundo padrão de ocupação e povoamento na Amazônia ocorreu a partir da década de 1960, mais precisamente a partir de 1966, com maior intensidade nas décadas de 1970 e 1980, período em que ocorreu um avanço da fronteira agrícola através de programas governamentais.

A Amazônia, nesse período de ditadura militar, foi considerada um imenso espaço “vazio” que precisava ser ocupado. Através do discurso midiático “terra sem homens, para homens sem terra”, o governo militar buscava atrair empreendedores e imigrantes de várias regiões do país. Nesse momento, a região vivenciou a chamada “Operação Amazônia”, através

de mudanças nos estatutos legais (Estatuto da Terra, em 1964; Revisão do Código de Minas, em 1967; Política de Incentivos Fiscais, em 1966, entre outros) com o intuito de atrair investidores nacionais e estrangeiros para a região (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

Outra medida adotada pelos militares, na década de 1970, foi a construção de estradas e rodovias que tinham por finalidade integrar a Amazônia às demais regiões do país, “além da Transamazônica (BR 230), das estradas Perimetral Norte (BR 210), Santarém-Cuiabá (BR 163) e Manaus-Porto Velho (BR 319), que se somariam à rodovia Belém-Brasília (BR 010), construída no governo de Kubitscheck” (SÁ; NASCIMENTO, 2012, p. 210).

Segundo Arenz (2000), essa política de povoamento teve por estratégia a formação de núcleos de aparência e infraestrutura urbana na beira das rodovias recém-abertas, com o intuito de facilitar o acesso aos colonos e também como atrativo para os imigrantes. Por esse motivo, o referido autor considera essas articulações estratégicas como colonização em forma de núcleos urbanos e semiurbanos na Amazônia. Ademais, Arenz (2000) afirma que houve um crescimento da população urbana, ao qual atingiu não somente os núcleos recém-criados, como também as velhas cidades na beira dos rios, aumentando, assim, o índice de mão-de-obra excluída do processo de produção. Essas transformações socioeconômicas também impactaram as populações tradicionais, em especial, as comunidades ribeirinhas, “pois o isolamento vivido anteriormente por eles não forneceu uma base para reagir ante a expansão agressiva de empresas e projetos dos ‘novos grupos econômico’” (ARENZ, 2000, p. 69).

Dessa forma, observa-se que o imigrante e os povos tradicionais, no caso, as comunidades ribeirinhas, não foram integrados como “coprotagonista” nesse processo de ocupação da Amazônia na década de 1960, mas sim mantidos à distância, como uma massa de mão-de-obra informal, flexível e disponível quando necessário. Apesar de terem conseguido preservar a agricultura e o extrativismo vegetal de subsistência, o impacto sociocultural para as populações locais foram desastrosas comparado aos avanços econômicos pretendidos com o desenvolvimento da Amazônia (ARENZ, 2000).

Ainda referente ao período da ditadura, mais precisamente na década de 1980, o capital estrangeiro adentrou à região com maior intensidade. A partir da revisão do Código de Minas, foi possível realizar um levantamento das áreas que apresentavam recursos naturais, mapeamento realizado através do Projeto Radar da Amazônia (RADAM). A região tornou-se novamente pólo atrativo de investimentos e contribuiu para a implantação de grandes projetos industriais, os “grandes projetos”. Sá e Nascimento (2012), em consonância com Magalhães Filho (1987), afirmam que o termo mais apropriado seria “grandes intervenções”, ao invés de

“grandes projetos” e classificou-os em dois eixos: 1) grandes projetos de desenvolvimento regional explícito e 2) grandes projetos setoriais/nacionais.

No primeiro, grandes projetos de desenvolvimento regional explícito, destacam-se: incentivos fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (apoio a projetos do setor privado); incentivos fiscais administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (também com apoio a projetos do setor privado); programa de polos agropecuários e agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); programa de desenvolvimento do Centro-Oeste (POLONOROESTE); e, por fim, Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas (PDRI Amazonas). No segundo eixo, grandes projetos setoriais/nacionais, destacam-se: programa grande Carajás (Carajás – Ferro; Albrás/Alunorte – Alumina e Alumínio; Hidroelétrica de Tucuruí; Estrada de Ferro Carajás (EFC) ligando Parauapebas/PA a São Luís/MA; Porto da Vila do Conde em Barcarena/PA); projeto Jari; Programa da Borracha (PROBOR); e, finalmente, projeto Trombetas – mineração de bauxita (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

De acordo com Arenz (2000), nessa última fase histórica da Amazônica, novos conflitos foram desencadeados, pois não se tratava da ocupação de lotes de terra, mas de territórios inteiros, por exemplo, Grande Carajás no sul do Pará. Tais conflitos permanecem fortemente presentes na região, e as comunidades ribeirinhas, bem como as populações tradicionais de modo geral, continuam marginalizadas e excluídas. Pode-se citar como exemplo de conflitos da atualidade a expulsão dos ribeirinhos do Rio Xingu, no município de Altamira no estado do Pará, para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (MAGALHÃES; CUNHA, 2017).

Além disso, Arenz (2000) aponta um novo desafio para a região amazônica, a *biotecnologia*, que, de um lado visa a preservação da natureza, e de outro, a exploração da mesma. Segundo o autor, as plantas naturais da Amazônia tornaram-se uma matéria-prima de suma importância para a indústria farmacêutica nos últimos anos. É sabido também de pesquisadores e empresas estrangeiras têm explorado os saberes das comunidades indígenas, em seu nome, sem respeitar os direitos autorais dos indígenas. De acordo com Arenz (2000), tais atos criminosos recebeu o neologismo de *biopirataria*². O autor afirma que as transformações que resultarão dessa nova “frente” ainda não podem ser previstas, mesmo com um forte apelo, não somente para a preservação ecológica, “mas de uma conservação dinâmica

² A respeito da biopirataria, Arenz (2000) apenas põe como nota de rodapé a seguinte matéria: “Cf. CARVALHO, Mário César. Biopirataria ataca a floresta. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais (01/06/1997) 16.” (ARENZ, 2000, p. 71)

que segura o potencial natural e o coloca à disposição do usufruto responsável das populações, em primeiro lugar as da região e, depois, as fora dela” (ARENZ, 2000, p. 71).

Diante disso, é notório o movimento de marginalização das comunidades tradicionais, em especial as famílias ribeirinhas, no caminhar do desenvolvimento da Amazônia, bem como a ausência do Estado e a carência de políticas públicas voltadas para esses grupos sociais. Além disso, a região tem sido marcada por intensa exploração dos seus recursos naturais, inclusive de formas ilícitas, para fins lucrativos, riqueza essa que não é socialmente distribuída, adensando as desigualdades sociais e os conflitos socioambientais.

Após tais considerações, apresentar-se-á a seguir o município de Barcarena, destacando suas particularidades sociais, territoriais, econômicas e políticas.

2.2 MUNICÍPIO DE BARCARENA

Neste primeiro momento, será situado o município de Barcarena no território amazônico. Desse modo, faz-se necessário esclarecer a região amazônica que está sendo estudada, visto que há outras caracterizações para a Amazônia. Trindade Jr (2013a), por exemplo, tomando como base a autora Becker (1990), afirma existir várias “amazônias” dentro de um mesmo espaço territorial. Nesse sentido, Becker (2007) distingue três grandes macrorregiões na Amazônia: a *Amazônia Oriental* ou *Meridional*, que, segundo Trindade Jr (2013a), abarca grandes extensões do cerrado do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e áreas desmatadas no sudeste do Pará, de Rondônia e sul do Acre; a *Amazônia Central*, que abrange grande parte do Pará, estendendo-se até a rodovia Porto Velho-Manaus-Venezuela; e, por fim, a *Amazônia Ocidental*, que corresponde aos estados: Amazonas, Roraima e maior parte do Acre. Concorde-se com Becker (2007) ao afirmar que a Amazônia Legal foi uma construção geopolítica, que não tem nada a ver com os ecossistemas e/ou com a cultura. No entanto, para fins analíticos e, portanto, para melhor compreensão, nesta pesquisa, reportar-se-á à Amazônia Brasileira partindo da subdivisão territorial da Amazônia Legal.

Segundo o IBGE (2010), a Amazônia Legal possui aproximadamente 5.020.000 km², e foi criada inicialmente como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a partir da Lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953. E, conforme estabelecido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Amazônia Legal compreende, atualmente, os seguintes estados em sua totalidade: Acre, Roraima,

Rondônia, Amapá, Tocantins, Amazonas e Pará; e, parcialmente, os estados do Maranhão (nordeste) e Mato Grosso (centro-oeste). Assim, ela representa 59% do território brasileiro.

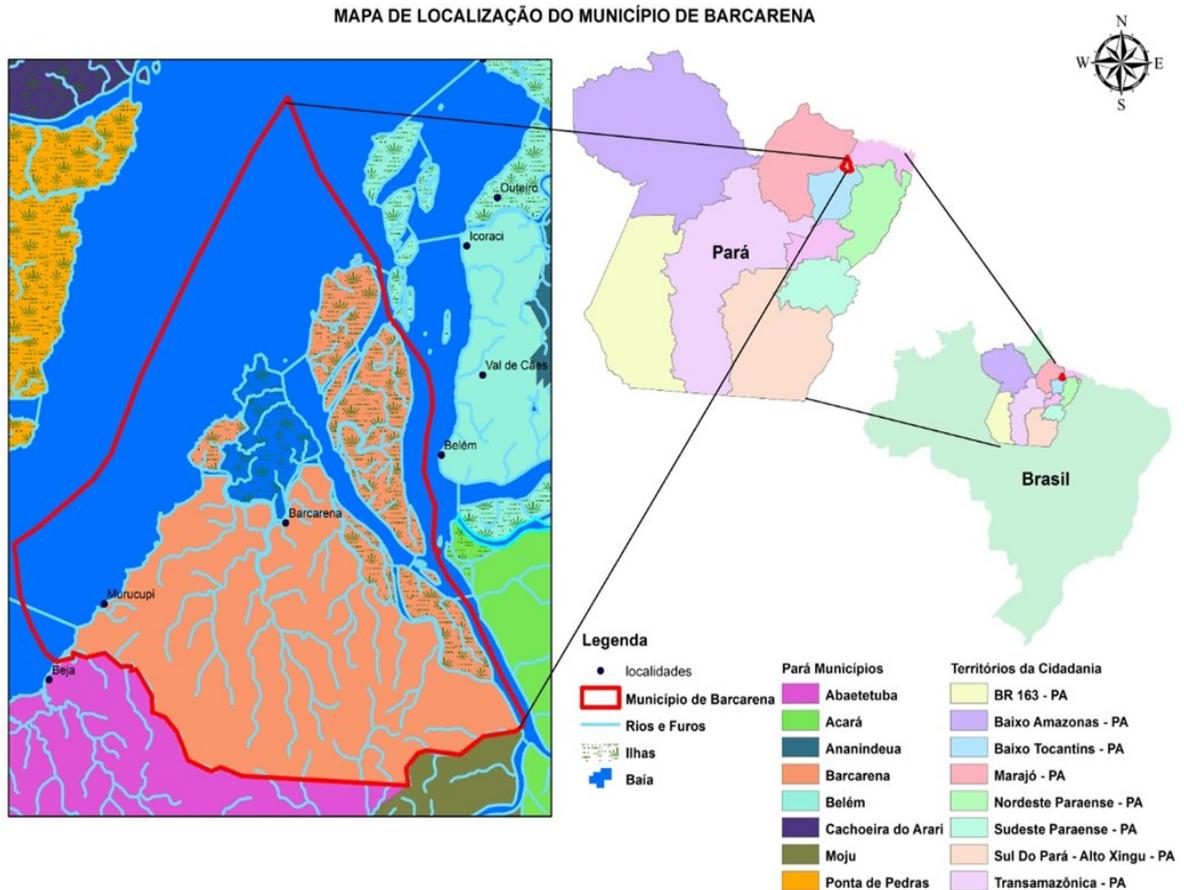
Dentre os estados supracitados, segundo a FAPESPA (2018), o estado do Pará, com 1.248.042 km² de extensão, representa 16,66% do território brasileiro e 26% da Amazônia, o segundo maior estado da federação em extensão territorial. E, de acordo com o IBGE (2020), no ano de 2019 apresentou população estimada de 8.602.865 habitantes, tornando-se assim o 9º estado mais populoso do país e o 1º da região norte (IBGE, 2017; FAMEP, 2017).

O estado do Pará possui 144 municípios, os quais estão subdivididos em 12 Regiões de Integração (RI), sendo elas: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago Tucuruí, Marajó, Metropolitana ou Guajará, Rio Caeté, Rio Capim, Xingú, Tapajós e Tocantins (FAPESPA, 2016). Segundo o Barômetro da Sustentabilidade da Região de Integração de Tocantins, relatório elaborado pela FAPESPA (2017), essa regionalização foi proposta pelo governo do estado do Pará em 2007, cujo intuito foi de melhorar a gestão estadual, facilitar estudos e mapeamentos na região, auxiliando assim, os gestores na elaboração de políticas públicas municipais.

Portanto, cada Região de Integração possui um quantitativo de municípios. Não cabendo aqui apresentar todos os municípios do estado do Pará e suas respectivas Regiões de Integração. Todavia, para a compreensão dessa subdivisão, e tendo em vista o estudo em questão, reportar-se-á diretamente ao município de Barcarena que pertence à RI de Tocantins e, juntamente com ele, outros dez municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

O município de Barcarena, segundo o IBGE (2020), apresentou no ano de 2019 população estimada de 124.680 habitantes, sua área da unidade territorial correspondeu, no ano de 2018, a 1.310,340 km². De acordo com o Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), é uma cidade de porte médio e apresenta 64% de sua população residente na área rural. Seu território é um verdadeiro mosaico, além das áreas consideradas rurais e urbanas, há também: as áreas de estradas; o centro urbano, que é considerado a sede municipal; a Vila dos Cabanos, que consiste em um núcleo urbano construído na cidade pelas empresas de mineração ALBRAS/ALUNORTE, sobre o qual falar-se-á mais adiante; e as áreas de ilhas, dentre elas, a Ilha das Onças, a Ilha Trambioca, a Ilha Arapiranga, entre outras. A seguir, o mapa da extensão territorial e localização do município de Barcarena.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Barcarena



Fonte: Almeida e Fernandes (2019).

De acordo com o Relatório de Estatística Municipal elaborado pela FAPESPA (2017), Barcarena pertence à mesorregião metropolitana e à microrregião de Belém. O principal acidente hidrográfico de Barcarena é a Baía do Marajó, que, com outras contribuições hídricas, compõe o “Golfão Marajoara”. Além disso, existem alguns furos que separam a porção continental da porção insular do município, dentre eles, o furo do Arrozal, que nasce ao sul, separa a Ilha de Carnapijó e recebe o rio Barcarena e o Rio Itaporanga. O rio, o furo e a baía Carnapijó são navegáveis e importantes como coletores de drenagem da região. Outro rio de expressão no município é o rio Moju, cuja foz faz limite com o município de Acará (FAPESPA, 2017).

Segundo Silva (2013), existem controvérsias a respeito da ocupação de Barcarena. Alguns estudos consideram que seus primeiros habitantes foram os índios Aruans, que, durante o período da colônia, antes de 1709, foram catequizados pelos padres jesuítas e fundaram a fazenda Gebirié, depois conhecida como “Missão Geribirié” (FAPESPA, 2017). Entretanto, há

estudos que consideram os índios tupinambás como primeiros habitantes do território barcarenense (SILVA, 2013).

Quanto à origem do nome do município, alguns historiadores afirmam que se deu a partir da presença, no assentamento populacional, de uma grande embarcação chamada “Arena”, no entanto, os habitantes do lugar chamavam-na de barca. Dessa forma, a junção das duas palavras fez com que a localidade ficasse conhecida como Barcarena (FAPESPA, 2017).

A região foi reconhecida como município do estado do Pará somente mediante a promulgação do Decreto-Lei Estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, fixando-se seus limites e sua localização geográfica (FAPESPA, 2017). Antes disso, a cidade de Barcarena era considerada como um distrito do município de Belém, ou seja, suas questões administrativas, políticas, econômicas e territoriais estavam atreladas à capital paraense (SILVA, 2013).

A economia barcarenense foi por muito tempo baseada no extrativismo, na agricultura familiar, na pesca e na lavoura. A esse respeito, Nahum (2008, p. 70) diz o seguinte:

No terreno os colonos, a maioria de origem cabocla, nascida e criada no lugar, cuidavam de árvores frutíferas, desenvolviam a agricultura rudimentar de macaxeira e mandioca e, em função deste produto, erguiam a casa de farinha e escavavam o poço de água. A exploração tanto dos rios como das matas possuía caráter coletivo e não havia cercado que os delimitasse, pois, as redes de solidariedade permitiam aos colonos conhecer onde começava um sítio e terminava o outro. Da mandioca, além do fabrico de farinhas, eles obtinham o tucupi e a tapioca, todos integrando a sua dieta alimentar. Complementando o sustento familiar coletavam frutas, caçavam animais silvestres, pescavam e criavam galinhas e porcos.

No entanto, essas relações socioeconômicas sofreram profundas transformações a partir da instalação das empresas transnacionais no município, sendo elas, as indústrias de mineração Alumínio Brasileiro S.A (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE), ambas ligadas à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). De acordo com Alencar (1989), na década de 1970, empresários japoneses deram início a estudos na região amazônica que tinham por objetivo analisar a viabilidade de construção de dois empreendimentos: a construção de uma usina hidrelétrica e uma fábrica de alumínio. Em 1973, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984. E entre os meses de julho e agosto de 1985, a ALBRAS, no município de Barcarena, estava em uma fase experimental de produção, porém, somente no mês de outubro desse mesmo ano a transnacional foi inaugurada. Por questões contratuais, a fábrica de alumina ALUNORTE foi desativada em 1987, porém, foi reativada na década seguinte.

Nessa perspectiva, o Estado brasileiro financia a construção do sistema portuário, infraestrutura viária e o núcleo urbano a Vila dos Cabanos –, a empresa disponibilizava para os seus trabalhadores casas e alojamentos de boa qualidade, ao qual era cobrado apenas um valor

simbólico de aluguel, embora o trabalhador fosse responsável por arcar com os custos de manutenção (ALENCAR, 1989). Todas essas ações governamentais foram estratégias para atrair os investidores estrangeiros na extração de alumínio.

Segundo Alencar (1989), a implantação dessas empresas no município, em especial a ALBRAS, inaugurada em 1985, fez emergir um novo tipo de operário na região, o trabalhador da indústria do alumínio. Além disso, vale destacar que a população residente na área destinada à construção do complexo industrial “(...) foi tratada pelo poder estatal e empresarial como obstáculo ao processo de modernização e sua retirada foi o preço exigido” (NAHUM, 2008, p. 68).

A ação estatal utilizou de todos os recursos normativos do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI) e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) para a remoção da população (NAHUM, 2008).

Conforme Maia e Moura (1995 *apud* NAHUM, 2008), inicialmente, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI) e depois a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) concederam pequenos lotes rurais e urbanos para as famílias expropriadas, desconsiderando as relações sociais e de produção que se estabeleciam ali. Com isso, as famílias mobilizaram-se, fundando, em 1986, a Associação dos Desapropriados de Barcarena (ADEBAR). Nesses “processos de desapropriação e de indenização, houve subvalorização das unidades familiares, pois aos olhos do poder estatal e empresarial os colonos eram posseiros e não proprietários legais” (NAHUM, 2008, p. 71).

Não é por acaso que, de acordo com os dados presentes no diagnóstico da RI de Tocantins (FAPESPA, 2015), Barcarena apresentou o maior PIB da região no ano de 2012, correspondendo a 53% do total. Segundo o mesmo diagnóstico, Barcarena contribuiu com 62% de Valor Adicionado³ (VA) em serviços industriais no ano de 2012, sendo o maior contribuinte no ramo dentre os demais municípios da RI de Tocantins. Em contrapartida, conforme o Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), o número de famílias cadastradas no Cadastro Único⁴ no mês de dezembro de 2019 correspondia a 22.704

³ Segundo o IBGE Notícias (2016), o valor adicionado (VA) é a contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas.

⁴ O Cadastro Único consiste em um sistema do governo federal que registra informações socioeconômicas das famílias de baixa renda e, a partir da inscrição destas, é possível o acesso à programas e benefícios sociais como, por exemplo, o Bolsa Família.

famílias. Dessas, 12.960 em situação de extrema pobreza, 3.280 em situação de pobreza e 3.333 famílias de baixa renda.

Observa-se, portanto, uma nítida contradição, pois, o município destaca-se no PIB da RI de Tocantins, mas apresenta considerados índices de sua população na pobreza, extrema pobreza e de baixa renda. Isso acontece porque, segundo Nahum (2008), a riqueza produzida não retorna para a população em forma de bens e serviços, pelo contrário, é concentrada pela elite governante que usa a gestão dos recursos para a reprodução de sua hegemonia política e econômica.

Enquanto para a maioria da população restam os mesmos e velhos problemas dado o uso desigual do território. Se de uma parte o território se moderniza como recurso para a riqueza de uns poucos, de outra parte a maioria sofre com a falta de investimentos sociais. Tudo isso concorre para acentuar os usos desiguais do território ao mesmo tempo em que se aprofunda a divisão entre as classes sociais (NAHUM, 2008, p. 75).

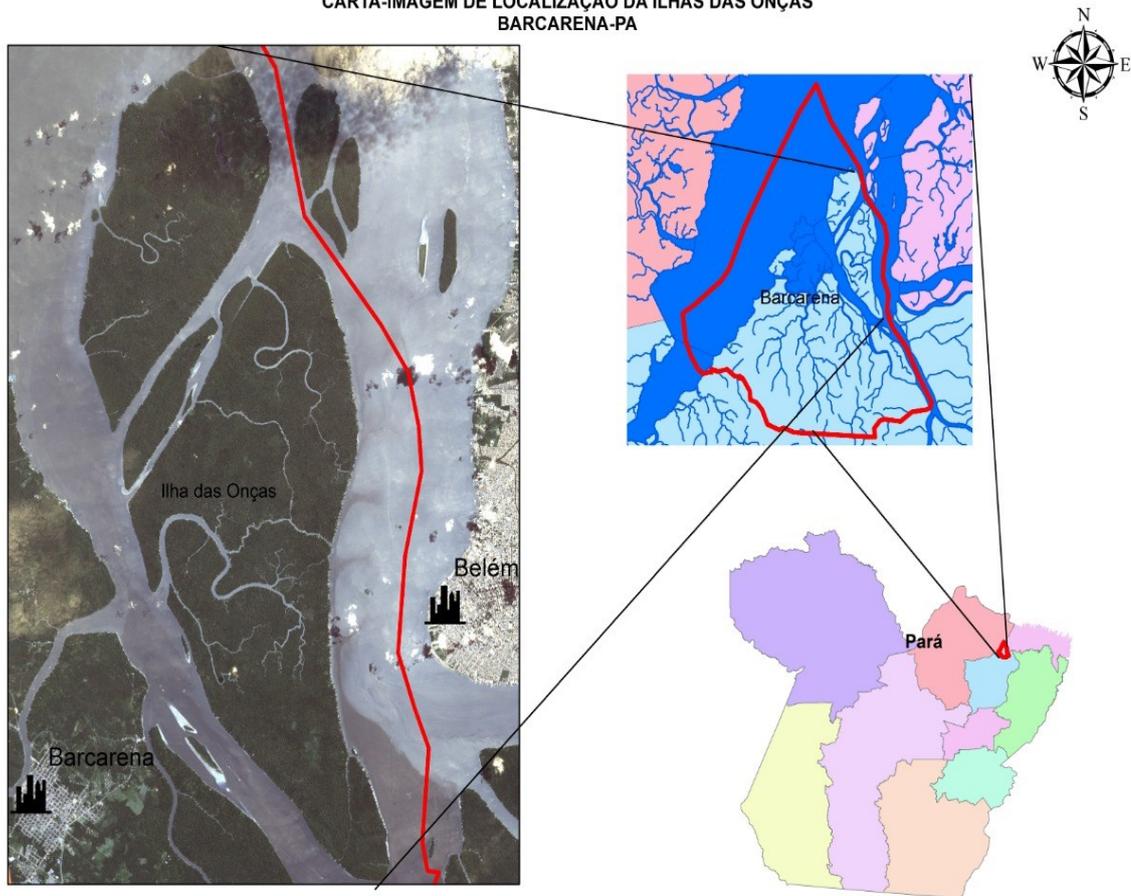
Assim, conclui-se que, além da desigual distribuição de riqueza, há, em Barcarena, o desigual uso e apropriação do território (categoria que será abordada adiante), em vista da modernização e manutenção da classe dominante. No entanto, esse processo não é exclusivo do município barcarenense, segundo Becker e Egler (1994 *apud* NAHUM, 2008), essa é a via latino-americana para a modernidade. Yamamoto (2009), ao se referir às consequências dessa “modernidade” na sociedade brasileira, afirma que ela tem reforçado traços históricos persistentes em nossa formação social, é o moderno sendo construído por meio do “arcaico” e, ao mesmo tempo, transformando-o no contexto da globalização, adensando a questão social no país. No tocante às cidades amazônicas, essa afirmação é bastante pertinente, heranças do passado se fazem presente no cotidiano da região. Castro e Santos (2006) trazem como exemplo o sistema portuário da cidade de Belém, capital do estado do Pará. A reestruturação dos portos, na atualidade, está facilitando a circulação de mercadorias originárias do processo de produção extrativista (minérios, madeira, pescado, entre outros), mantendo, portanto, as mesmas práticas econômicas de exportação de matéria-prima que predominaram no período da colonização. Ou seja, mesmo com a presença de grandes estruturas empresariais, o *perfil extrativista* se mantém como base da economia na Amazônia. Esse exemplo dado pelas autoras contempla a realidade de Barcarena enquanto uma cidade amazônica portuária e sede das empresas mineradoras ALBRAS/ALUNORTE, pois, ela estabelece as mesmas relações socioeconômicas, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais em várias dimensões. É, portanto, nesse contexto contraditório, permeado por conflitos e luta de classe, em que o território da Ilha das Onças está inserido.

Tendo isso posto, a seguir apresentar-se-á a localização geográfica da Ilha das Onças e indicadores sociais obtidos a partir de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo.

2.3 ILHA DAS ONÇAS

Como dito anteriormente, o território do município de Barcarena é dividido por pequenas ilhas, dentre elas, a Ilha das Onças, localizada na Baía do Guajará, situada a oeste da cidade de Belém (IBGE, 2019). Apesar de localizar-se próxima à capital paraense, aproximadamente 30 minutos de barco, todo seu território pertence ao município de Barcarena. A Ilha das Onças é composta por várias comunidades, são elas: Araraquara, Bela Vista, Fé em Deus, Furo do Cavado, Furo da Conceição, Furo das Laranjeiras, Ponta de Cima, Furo do Nazário, Furo São João, Ilha Longa, Ilha dos Patos, Ilha dos Papagaios, Furo Mandií, Piramanha Alto, Piramanha Baixo, Furo Grande, Jararaca, Landy, Madre de Deus, Usina Vitória, Urubuoca, Ponta de Baixo, Samaúma, São Mateus, São João Smith, Sítio Ilhinha, Sucurijú, entre outras. Para melhor compreensão, a seguir consta o mapa de localização e extensão territorial da Ilha das Onças.

Figura 2 – Mapa da Ilha das Onças

CARTA-IMAGEM DE LOCALIZAÇÃO DA ILHAS DAS ONÇAS
BARCARENA-PA

Fonte: Almeida e Fernandes (2019).

Na região amazônica, devido à vasta extensão territorial, às diversas distâncias e à rede de transporte necessária para se chegar em determinados locais, dentre outros aspectos, muitas áreas não são contabilizadas pelos censos e órgãos das esferas federal, estadual e municipal, invisibilizando e marginalizando os moradores dessas áreas, que geralmente são as comunidades tradicionais, além disso, mascara a realidade amazônica, impedindo-a de transparecer como tal. No caso da Ilha das Onças, por fazer parte do território de Barcarena, os dados normalmente encontrados contabilizam a totalidade do município, e não sua subdivisão territorial. Essa realidade não é específica do município de Barcarena, mas também de muitas cidades no interior da Amazônia. Nessa perspectiva, aqui serão utilizadas leituras de relatórios institucionais, reportagens no site eletrônico da Prefeitura de Barcarena e as falas dos entrevistados na pesquisa, a fim de uma aproximar-se de alguns aspectos da realidade da Ilha das Onças.

Segundo o Instituto Peabiru (2014), a Ilha das Onças possui importantes dimensões, além disso, há um Projeto de Assentamento Agroextrativista com 500 famílias da ilha. Nesse

sentido, após a citação de várias comunidades que pertencem à Ilha das Onças somada a essa informação, conclui-se que a Ilha das Onças é um território vasto e populoso.

No dia 19 de fevereiro de 2016, a prefeitura municipal de Barcarena, em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), apresentou à comunidade Usina Vitória, no rio Furo Grande (Ilha das Onças), um projeto de abastecimento de água tratada. Em nota, afirmou que pelo menos 48 famílias seriam beneficiadas pelo sistema que canaliza a água do rio até as torneiras das casas, com tratamento à base de cloro. Na reportagem, a prefeitura afirma que pretende expandir o projeto para outras localidades (PREFEITURA, 2016). Transparecendo assim, que a Ilha das Onças, além de possuir um território vasto e populoso, é composta por uma população extremamente pobre e carente de serviços básicos, como o acesso à água potável.

A respeito do serviço de água potável para a população, na pesquisa de campo deste trabalho tomou-se conhecimento que a prefeitura disponibiliza água para as famílias ribeirinhas por intermédio dos barqueiros, uma vez que a água do rio não é própria para consumo. Portanto, os barqueiros contratados pela prefeitura de Barcarena são os encarregados de encher os garrafões de água e distribuí-los às comunidades.

Como dito anteriormente, há uma carência de dados estatísticos que demonstrem alguns indicadores sociais da Ilha das Onças, tais como: escolaridade, segurança pública, saúde, trabalho e entre outros. Contudo, a partir das entrevistas e da inserção da pesquisadora em campo, obtiveram-se informações que possibilitam o conhecimento da realidade do território.

As famílias ribeirinhas da Ilha das Onças são extrativistas, trabalhando, principalmente, com a coleta do açaí. Além disso, os índices de escolaridade nas comunidades são baixos e a gravidez na adolescência e o trabalho infantil são realidades fortemente presentes. Algumas adolescentes se envolvem amorosamente com rapazes ou homens adultos e acabam engravidando ou casando-se precocemente; a respeito do trabalho infantil, por serem famílias extrativistas, as crianças e adolescentes inserem-se cedo no trabalho coletando o açaí, o que também justifica os níveis de escolaridade na região.

Além disso, identificou-se que essas famílias apresentam dificuldades diversas em relação à saúde. A partir das entrevistas, tomou-se conhecimento que o Acidente Vascular Cerebral (AVC) é uma doença que tem acometido, não somente os moradores da ilha, como também aqueles que residem nas estradas. Da mesma forma, o câncer no colo do útero, pois muitas mulheres da ilha têm apresentado esse diagnóstico.

Outra informação presente no relato dos entrevistados diz respeito aos ataques de morcegos e a incidência de cobras nos arredores das residências devido ao período de chuvas intensas e o próprio local de moradia, áreas de florestas periodicamente alagadas às margens do rio. No que tange à saúde mental, Barcarena possui apenas um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças não possuem cobertura de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), nesse caso, elas são encaminhadas ao CAPS. Ainda segundo relato dos entrevistados, há resistências por parte das famílias ribeirinhas no acesso a esse serviço. Por ser a única unidade de atenção à saúde mental no município, o CAPS atende variadas demandas, portanto, ao chegarem no local para atendimento, as famílias deparam-se com situações de saúde mental mais intensas. E por desconhecerem o serviço e a saúde mental em si, as famílias ribeirinhas criam um sentimento de resistência ao serviço, além de fortalecerem preconceitos e ideias estereotipadas a respeito da mesma.

Outro fator preponderante é a violência, que, de acordo com os entrevistados, vem crescendo no interior das comunidades da Ilha das Onças, situações de pessoas que cometem furtos no município de Belém e, fugindo da polícia, acabam escondendo-se nos furos da ilha; além disso, há o tráfico de drogas, cujos adolescentes estão envolvidos na venda e consumo. Ademais, identificou-se situações que envolvem abuso sexual de crianças e adolescente, e violências com pessoas idosas, mulheres e crianças.

A partir dos dados obtidos através da pesquisa de campo, foi possível uma reflexão interessante a respeito da realidade da Ilha das Onças, no entanto, mais informações serão apresentadas no item 4.1 que compõem este trabalho. Assim, diante de todo o desfecho construído até aqui, pôde-se inferir que dentro da dinâmica territorial de Barcarena, a Ilha das Onças representa a face da desigualdade e, conseqüentemente, da contradição, pois é o município destaque na produção do PIB paraense, todavia, uma considerável parcela de sua população encontra-se na extrema pobreza. As famílias ribeirinhas moradoras da Ilha das Onças são pobres, vivem em condições precárias e, por residirem às margens do rio e em áreas de floresta, estão suscetíveis à várias doenças, inclusive aos ataques de animais peçonhentos. Os serviços sociais e de infraestrutura estão localizados principalmente na sede municipal, dessa forma, para acessar os serviços, as famílias necessitam se deslocar para o município ou municípios vizinhos. Isso demonstra, dentre outras coisas, a forma que o capital vem apropriando-se do território, usando-o conforme seu interesse, investindo em determinadas áreas em detrimento de outras, intensificando, assim, as desigualdades socioterritoriais.

Na seção seguinte serão abordadas mais precisamente as categorias território, acesso aos serviços e necessidades sociais para uma melhor compreensão da região em questão.

3 TERRITÓRIO, ACESSO AOS SERVIÇOS E NECESSIDADES HUMANAS

Para melhor trabalhar as categorias propostas nesta seção, ela foi dividida em três subseções: na primeira, *Território: a relação urbano-rural na Amazônia*, serão apresentados os conceitos de território e, em seguida, reflexões sobre a região amazônica, destacando seu processo de urbanização e as relações urbano-rurais. Na segunda, *Perspectiva territorial na política de assistência social: e a região amazônica?*, falar-se-á a respeito da perspectiva territorial enquanto componente da política de assistência social e os desafios do SUAS na Amazônia. Por fim, no terceiro item, *Necessidades humanas e o acesso aos serviços sociais na política de assistência social*, há uma reflexão sobre o acesso como um componente fundamental para a garantia de direitos sociais e atendimento de necessidades humanas.

3.1 TERRITÓRIO: A RELAÇÃO URBANO-RURAL NA AMAZÔNIA

A categoria território compõe elemento chave para o estudo em questão, seu entendimento é de suma importância, uma vez que a territorialidade das famílias ribeirinhas moradoras da Ilha das Onças estabelece-se principalmente a partir do rio. Várias áreas de conhecimento utilizam-se do conceito de território, tais como: a antropologia, o direito, a economia, o serviço social, entre outras. No entanto, a geografia é aquela cuja produção acadêmica tem destaque, uma vez que, segundo Haesbaert (2006), território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, apresentam-se como conceitos centrais para a geografia. Todavia, no Serviço Social, já existem estudos que abordam a compreensão de territorialidade enquanto uma categoria de análise. Neste item, serão apresentadas perspectivas e conceitos de território a partir dos seguintes autores: Santos (2005; 2007), Haesbaert (2006), Haesbaert e Limonad (2007), Becker (2010) e Saquet (2013).

Iniciar-se-á a discussão a partir dos estudos do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert. Segundo Haesbaert (2006) existe uma amplitude de conceitos de território que, para fins analíticos e didáticos, foram agrupados em três vertentes básicas: política ou jurídico-política; cultural ou simbólico-cultural e econômica (segundo ele, muitas vezes economicista). Mais adiante, ainda destaca a vertente naturalista, que, segundo ele, é mais antiga e pouco difundida nas Ciências Sociais hoje, nela, a noção de território é baseada nas relações entre sociedade e natureza.

Além disso, Haesbaert (2006) adota um conjunto de perspectivas teóricas vinculando-as às quatro vertentes anteriormente citadas, são os binômios materialismo-idealismo e espaço-tempo. Posteriormente, ele desdobra-as nas seguintes perspectivas: materialista (segundo ele, agrupa as concepções naturalistas, econômicas e jurídico-políticas de território); idealista (agrupa a concepção simbólico-cultural); integradora; e a visão relacional de território em Sack e Raffestin. A partir disso, o autor conclui afirmando que a resposta a esses referenciais irá depender, sobretudo, do posicionamento filosófico do pesquisador.

De acordo com Haesbaert e Limonad (2007), a noção de território deve partir dos seguintes pressupostos: a) território e espaço (geográfico) não são sinônimos, o segundo é mais amplo que o primeiro, portanto, é necessário distingui-los; b) o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir de relações de poder (concreta ou simbólica) que envolvem sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza); c) o território possui tanto uma dimensão subjetiva, ao qual os autores se propõem a denominá-la de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão objetiva que pode-se denominar dominação de espaço, num sentido mais completo, realizada a partir de instrumentos de ação político-econômica.

Segundo Santos (2007), o território não consiste apenas em um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas deve ser entendido como *território usado*. Sendo que é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto de análise social (SANTOS, 2005; 2007). Para o autor, o *território usado* seria o chão e mais a identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento, *pertencer àquilo que nos pertence*. Portanto, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255). Desse modo, “(...) o território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p. 14).

Para Becker (2010), portanto, o território é o espaço da prática. E, em concordância com Raffestin (1980), afirma que, por um lado, o território é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática.

Dessa forma, a territorialidade humana é a face vivida do poder (BECKER, 2010). Para a referida autora, a territorialidade manifesta-se em todas as relações, desde as relações pessoais cotidianas até as complexas relações sociais, e se fundamenta na identidade.

Ademais, Becker (2010) afirma que a malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre as malhas concreta e abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos.

Já Saquet (2013) constrói seu conceito de território articulando, concomitantemente, os elementos (espaço, tempo e território) aos aspectos econômicos, políticos e culturais (materiais e imateriais), propondo que território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; inscritas num *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas. Nessa vertente, Saquet (2013, p. 127) afirma que

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos processos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e reterritorialidades.

Segundo Saquet (2013), no próprio movimento de circulação e reprodução do capital há territorialidades e territorialização. Mediante a isso, o autor faz a seguinte afirmação:

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território (SAQUET, 2013, p. 127).

Para o autor, a territorialidade se efetiva, portanto, nessa relação sociedade-natureza, mediadas pela territorialidade:

As forças sociais efetivam o território, o processo social, *no (e com o)* espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida, cotidiana. Formam-se território heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão uma certa forma e determinados *conteúdos* ao território e aos territórios (SAQUET, 2013, p. 128).

Ademais, Saquet (2013) afirma que as forças econômicas, culturais e políticas também determinam a desterritorialização, a reterritorialização e a construção de *novas* territorialidades. Que podem ser no mesmo ou em diferentes lugares ou períodos históricos.

Diante disso, nota-se que há um amplo debate que envolve a categoria território, inclusive no interior da geografia, cada autor, ancorado em uma determinada perspectiva teórica, constrói seu entendimento. Compreender as diversas concepções sobre o território, tendo em vista a pesquisa em questão, leva então a pensar a Amazônia enquanto região que se destaca principalmente por seu vasto território e sua biodiversidade. Sendo assim, adiante serão

apresentados elementos que possibilitam a reflexão sobre a complexidade do território amazônico.

Segundo Becker (1982), a estrutura espacial possui uma relação lógica com o nível de desenvolvimento econômico, “ela constitui um elemento da capacidade econômica e política dos estados, existindo assim, objetivos nacionais para o padrão de localização dos investimentos nos espaços” (BECKER, 1982, p. 53). No que se refere à Amazônia, ao analisar sua trajetória sócio-histórica e as políticas desenvolvimentistas que sobrevieram à região, tal afirmação é bastante pertinente, pois, a partir das políticas que foram implementadas de acordo com os ditames do capital, o território amazônico foi se configurando e, conseqüentemente, se transformando.

Nesse sentido, a urbanização apresenta-se como um importante elemento para compreender essa dinamicidade territorial na Amazônia. Alguns autores como Trindade Jr (2011; 2012), Castro (2005; 2006; 2008), Pereira (2006), entre outros, afirmam que o espaço urbano, na região amazônica, é plural. A esse respeito, Castro (2008, p. 26) afirma que “as cidades na Amazônia revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória”.

Como foi dito anteriormente, Castro (2008) demarca dois momentos de ocupação e povoamento na Amazônia os quais incidiram sobre no processo de urbanização da região: o primeiro remete-se ao período da intensificação da exploração da borracha, e o segundo se deu a partir da década de 1960, com os programas governamentais de expansão de fronteira agrícola.

Quanto ao autor Trindade Jr (2013b), o mesmo utiliza metaforicamente os termos “cidades na floresta” e “cidades da floresta”. Para ele, as “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na Amazônia. Normalmente, apresentam características de pequenas cidades, associadas à circulação fluvial e sua forte ligação entre à dinâmica da natureza e à vida rural não moderna. Ademais, tais cidades estabelecem intensas relações com seus respectivos entornos ou localidades relativamente próximos (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.) e, apesar de muitas delas perderem essas características consideradas rurais, elas não desapareceram completamente, e ainda definem particularidades de algumas sub-regiões da Amazônia. Em contrapartida, as “cidades na floresta” seriam aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, nessas cidades, os ecossistemas da floresta possuem pouca integração frente aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo negados e vistos, sobretudo, como espaços de exploração econômica (madeira,

minérios, fragrância, espécies de animais e vegetais, turismos, etc.). Entretanto, vale destacar que as metáforas utilizadas pelo autor não devem ser compreendidas de maneira dual e excludente. Pelo contrário, essa pluralidade de relações, temporalidades, espacialidades e de padrões territoriais leva ao reconhecimento da complexidade do processo urbano na região amazônica.

Outro ponto que merece destaque, no que tange à urbanização na Amazônia, é o avanço da fronteira. Castro (2008, p. 23) compreende a fronteira como “um espaço em construção, em movimento, transformado ao longo dos anos. É um espaço de produção social pelos grupos que chegam e que participam concomitante do mundo rural e do espaço urbano”. Segundo a autora, as cidades surgidas na fronteira tiveram origens diversas: algumas, de assentamentos e agrovilas, tornaram-se sedes municipais; outras podem ter surgido como cidades planejadas pelo poder público; cidades formadas em torno de atividades econômicas e de grandes projetos de mineração, energia hidrelétrica e ferroviárias; ou ainda, espontaneamente, às margens das rodovias e ferroviárias, com a chegada dos imigrantes que montavam acampamento improvisado.

Segundo Becker (1990, p. 53), “através da criação dos núcleos urbanos planejados e dos investimentos em infra-estrutura e equipamento funcional urbano, a política urbana condiciona efetivamente o povoamento e contribui para estruturar o mercado de trabalho na região”. Contudo, Gomes (2012) afirma que essas ações estratégicas de atratividade da região impulsionou os fluxos migratórios intrarregionais, motivados pela busca de oportunidades de emprego, transformando as principais cidades em vastos depósitos de força de trabalho ociosa e de baixa qualificação, disseminando a proliferação da pobreza urbana, dentre outras mazelas sociais. E ainda, que esses trabalhadores, impedidos de ingressarem no mercado de trabalho formal por questões históricas e estruturais, utilizam-se de estratégias de inserção ao trabalho, como, por exemplo, trabalho doméstico, associação e grupos de produção, trabalho extrativista, dentre outros.

Sobre os processos de trabalho nas cidades amazônicas, Castro (2008) afirma que uma boa parte da população mantém processos de trabalho que decorrem do uso da floresta, sendo produtos transformados pelo trabalho com a madeira, frutas, ervas e sementes. Outras formas de trabalho são: a pesca, o artesanato, extrativismo, agricultura ou, ainda, a realização do trabalho e continuidade de sistemas tradicionais do uso da terra. Portanto, a cidade é o principal destino de boa parte dessa produção, evidenciando a relação cidade-floresta nas imediações das metrópoles, já que tais práticas são extensivas em toda região, principalmente nas áreas de

ocupação de *habitats* com associação floresta-rio, que permeiam a vida da cidade em seu entorno.

Até o momento, teceu-se reflexões a respeito da pluralidade urbana na Amazônia. No entanto, faz-se necessária a reflexão também da relação urbano-rural na região. As definições das áreas ditas urbanas e rurais feitas pelos censos estabelecem uma dicotomia entre esses espaços, aos quais está associada a ideia de modernização e desenvolvimento. “O urbano é praticamente representado pela sede municipal, enquanto o rural se define pela diferença e distância do que seja urbano” (GUERRA, 2006, p. 100). Nessa perspectiva, há uma supremacia do urbano em detrimento do rural, uma vez que serviços de infraestrutura, escolas, postos de saúde e outros, de caráter municipal, são potencializados em áreas de concentração populacional, o que reforça a ideia de isolamento das áreas dispersas (GUERRA, 2006).

No que tange o contexto amazônico, Castro e Alonso (2018) afirmam que a compreensão da relação urbano-rural ultrapassa essa estrutura dicotômica e homogênia. Segundo Campos (2013) o urbano e o rural na Amazônia, pela heterogeneidade morfológica que os caracteriza, precisam ser apreendidos no plural. Nesse sentido, Rodrigues, Sibreiro Filho e Oliveira Neto (2018) entendem que o rural-urbano no espaço amazônico necessita ser compreendido como *relação, condição e contradição*. Como *relação*, em razão da interpenetração, imbricamento e dialeticidade dos referidos processos. Enquanto *condição* espacial, mediante a necessidade de pensar-se a reprodução das relações sociais de produção no tempo histórico-geográfico. E, por fim, como *contradição*, uma vez que, tais processos não estão isentos da interferência das determinações intrínsecas ao desenvolvimento geográfico desigual e suas manifestações socioespaciais.

Com efeito, Rodrigues, Sibreiro Filho e Oliveira Neto (2018) elencam alguns aspectos que consideram relevantes para se pensar as perspectivas teóricas referentes ao rural e urbano na Amazônia. Primeiro, os espaços urbanos e rurais não podem se restringir a critérios meramente quantitativos. Tais requisitos desconsideram um conjunto de relações e subjetividades que povoam os modos de vidas e, portanto, os espaços rurais-urbanos no Brasil e na Amazônia. Além disso, tal percepção desmerece e invisibiliza as comunidades tradicionais, promovendo um processo de homogeneização que empobrece a leitura do campo e da cidade. Outro aspecto importante para compreender as relações e práticas do urbano e do rural na Amazônia é o modo de vida e as intersubjetividades socioterritoriais, sobretudo as comunidades tradicionais. E, por fim, a relação entre os sujeitos e temporalidade que, em muitas situações, são tratadas de forma limitada ou de maneira discriminatória, não correspondendo à realidade. “Rapidez, lentidão, modernidade, atraso, precário, natureza, artificialidade, técnica etc. são

embasados em princípios, quase sempre, neoliberais e/ou capitalistas que promovem uma colonização do instrumental teórico-analítico sobre o urbano e o rural” (RODRIGUES; SOBREIRO FILHO; OLIVEIRA NETO, 2018, p. 264).

Nessa vertente, Guerra (2006, p. 104-105) afirma que “no estuário amazônico, muitos são os municípios que possuem sua concentração populacional no continente e uma população dispersa em ilhas e regiões de difícil acesso, dificultando a visualização do público morador desses espaços”. E a respeito da gestão municipal, diz que, independentemente de serem municípios grandes ou pequenos, a tendência de intervenção do poder público em obras é valorizar áreas de maior concentração populacional, sendo que essa variável torna-se determinante para as ações governamentais. O vasto espaço ocupado por populações rurais, periurbanas, urbanas, perirruais ou ribeirinhas acaba recebendo investimentos secundários e de forma dispersa (GUERRA, 2006). Desse modo, “o que explica a ação governamental nas áreas rurais ou periféricas é a supervalorização dos aspectos econômicos que possam justificar o investimento nelas” (GUERRA, 2006, p. 101). Vale destacar também os impactos ambientais nas áreas ditas urbanas (poluição do ar, da água, sonora, visual e entre outras), os quais são minimizados, tendo como horizonte a modernização e o desenvolvimento territorial.

Diante do esforço teórico em compreender a categoria território, bem como o processo de urbanização da Amazônia, é importante também pensar sobre o contexto de Barcarena enquanto uma cidade amazônica. Para isso, retomou-se as metáforas utilizadas por Trindade Jr (2013b), considerando-se Barcarena como uma “cidade na floresta”, enquanto pólo industrial de mineração, pois, os recursos naturais do território são explorados para fins econômicos, visando atender os interesses externos da região, assim como caracterizou o autor.

A respeito da relação urbano-rural estabelecida no município barcarenense, são dicotômicas e homogêneas, como descritas pelos autores Guerra (2006), Castro e Alonso (2018), Campos (2013) e Rodrigues, Sobreiro Filho e Oliveira Neto (2018). Barcarena, como sede municipal, é considerada espaço urbano, enquanto a Ilha das Onças, o rural. Já as relações socioterritoriais estabelecidas em sua totalidade são desconsideradas, com isso, as famílias ribeirinhas, bem como as comunidades tradicionais de modo geral, são invisibilizadas, como bem demonstrou Rodrigues, Sobreiro Filho e Oliveira Neto (2018). Além disso, os investimentos municipais são direcionados para Barcarena, estando os serviços sociais e de infraestrutura concentrados na sede. Por isso, as famílias ribeirinhas moradoras da Ilha das Onças precisam se deslocar para a cidade de Barcarena ou para cidades vizinhas para então acessarem os serviços, intensificando, assim, as desigualdades socioterritoriais.

Guerra (2006) considera a divisão entre os espaços urbano e rural como abstrações, uma vez que o território é sempre vivido sem fronteiras, com movimentos da população ora para locais mais concentrados ora para áreas dispersas. Ademais, afirma que ambos espaços “cumpram funções definidas e contextualizadas, fazendo parte de uma realidade única e com estes aspectos inter-relacionais. (GUERRA, 2006, p. 108). Tal afirmação é bastante pertinente, no que diz respeito às famílias ribeirinhas moradoras da Ilha das Onças, sendo os processos de trabalho para obtenção de rendas dessas famílias exemplos de mobilidade.

Com demonstrou Castro (2008), grande parcela da população amazônica usa os produtos da floresta, transformados a partir do trabalho, para obter renda através das trocas comerciais nas cidades. No caso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, a coleta do açaí e/ou a pesca são suas principais fontes de renda, após a extração e/ou captura do peixe, essas pessoas se direcionam à Barcarena, Belém ou cidades vizinhas para vender esses produtos e, assim, obter o sustento de suas famílias. Segundo Guerra (2006), essas relações comerciais estabelecidas pelas famílias ribeirinhas são um exemplo que evidencia o encontro entre habitantes de áreas ditas urbanas e áreas rurais. Nessa perspectiva, a dicotomia que estrutura esses espaços se dilui, se enfraquece, uma vez que além das trocas econômicas há também trocas simbólicas.

A partir disso, não considera-se, nesta pesquisa, a Ilha das Onças como um território atrasado, disperso e isolado, mas um espaço que produz e reproduz relações econômicas, sociais, culturais, simbólicas e políticas intermediadas pela natureza, principalmente pelo rio e floresta.

O entendimento da categoria território, a complexidade territorial na Amazônia, a pluralidade urbana e a relação urbano-rural são elementos essenciais que dará subsídios para compreensão dos desafios da política de assistência social na Amazônia.

3.2 PERSPECTIVA TERRITORIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: E A REGIÃO AMAZÔNICA?

O intuito desta subseção não consiste em fazer um resgate histórico da política social e, tampouco analisá-la enquanto categoria sob a ótica das diferentes perspectivas teóricas. No entanto, acredita-se que, para melhor compreender os desafios da política de assistência social na Amazônia, é necessário entender o contexto em que a política social está inserida. Sendo assim, inicia-se esta com uma apresentação breve da relação da política social no capitalismo

contemporâneo, em seguida, destaca-se a assistência social e, por fim, reflete-se sobre a região amazônica.

A mundialização do capital e sua busca incessante por lucro implicou no adensamento das expressões da questão social. “O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua *invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso” (IAMAMOTO, 2007, p, 53). Eis a raiz da *questão social* na era das finanças:

Crescem as desigualdades e contingentes de destituídos de direitos civis, políticos e sociais, pontenciados pelas orientações (neo) liberais, que capturam os Estados nacionais, erigidas pelos poderes imperialistas como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes maiorias (IAMAMOTO, 2007, p. 21).

No entanto, através de mobilizações da classe trabalhadora, o Estado foi pressionado a responder suas necessidades. Enquanto instituição burguesa, ele irá priorizar os interesses de sua classe, logo, as respostas dadas às demandas das classes subalternas são oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros (NETTO, 2011b).

Nesse sentido, Iamamoto (2009) afirma que com a proposta neoliberal e, conseqüentemente, o “enxugamento do Estado”, presencia-se a regressão no campo dos direitos sociais, a privatização dos serviços públicos, a focalização e descentralização das políticas sociais. Segundo Behring (2008), a privatização transformou determinados serviços em mercadoria, ou seja, serviços voltados aos que podem pagar. A respeito do eixo da descentralização das políticas, a autora afirma que pode ser compreendida em duas direções: de um lado, repasse de responsabilidades para as municipalidades e, de outro, ênfase maior nas organizações não-governamentais, não-lucrativas, empresariais “responsáveis” e “voluntariado”, todos situados no âmbito da sociedade civil e no suposto campo da virtude, eficiência e solidariedade, reforçando a ideia de ineficiência do estado.

Segundo Iamamoto (2007), a esfera restrita das finanças, por si só, nada cria. Ela nutre-se da riqueza gerada pelo investimento capitalista produtivo e da exploração da força de trabalho. Todavia, essas relações são obscurecidas, uma vez que o capital aparece como fonte independente da criação de valor, essa coisificação do capital é denominada por Marx de capital fetiche. Na esfera estatal, “(...) o capital financeiro avança sobre o que Oliveira (1998) denomina de ‘fundo público’, formado por parte dos lucros dos empresários e do trabalho

necessário de trabalhadores, que são apropriados pelo Estado sob a forma de impostos e taxa” (IAMAMOTO, 2008, p. 26).

Em síntese, Salvador (2010) afirma que a compreensão de fundo público é o da luta de classes, cujo deslocamento ocorre da esfera pública para a esfera privada, ou seja, são fenômenos que estão dialeticamente interligados. Nesse sentido, Behring (2008), baseando-se em Oliveira (1998), afirma que existe uma tensão desigual pela repartição do fundo público e, portanto, ele reflete a disputa existente entre as classes sociais: de um lado a mobilização da classe trabalhadora em busca da garantia do uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades por meio das políticas públicas. E de outro, o capital, que, com sua forma hegemônica, assegura a participação do Estado, para fins da sua reprodução através de políticas de caráter econômico, no mercado financeiro.

É nesse contexto contraditório e de conflitos entre as classes sociais que se encontra inserida a política social. Nos dizeres de Pereira-Pereira (2011), a política social consiste em um processo dinâmico, resultante de relações conflituosas entre interesses contrários de classes, ao qual tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem tem maior domínio sobre ela. Entretanto, também é através dela que os direitos sociais são garantidos e as necessidades humanas são atendidas. Em consonância, Yazbek (2003) afirma que, se por um lado, as políticas sociais vêm obedecendo à perspectiva excludente e privatista, por outro, ela também é espaço de expansão de direitos sociais que de outro modo são negados às classes subalternas.

Segundo Sitcovsky (2010), a produção e reprodução da vida social, sob a égide do capital, determina que aquele que não é possuidor dos meios de produção e da propriedade privada, para sobreviver e satisfazer suas necessidades nos ditames do mercado, deve vender sua força de trabalho. No entanto, há uma parcela dessa população que não tem como prover o atendimento de suas necessidades por via de seus salários, tornando-se, assim, público-alvo da política de Assistência Social. E sobre isso, Yazbek (2003) vai dizer que, no atual estágio do capitalismo brasileiro, recorrem aos serviços sociais público tanto trabalhadores (registrados ou não) como aqueles que se encontram excluídos do sistema de produção.

Além disso, a autora afirma que a intervenção estatal no campo das políticas sociais, principalmente a política de assistência social, configura-se como resposta à miserabilidade da população. Nessa perspectiva, a assistência social atende a interesses diversos, manifestando-se como estratégia de dupla face: sob a ótica da ação do Estado, é um mecanismo de estabilização das relações sociais; na ótica da classe trabalhadora, dos excluídos e subalternizados, é uma forma concreta de acesso aos serviços e recursos, além disso, é um espaço de reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania social (YAZBEK, 2003).

A respeito da assistência social, Raichelis (2011) afirma que, historicamente, ela tem sido o *lugar* de atendimento das carências dos segmentos mais empobrecidos da população. Já Yazbek (2003) afirma que a assistência, ao longo da história, tem sido uma das estratégias do Estado para enfrentar a questão social. Todavia, no Brasil, ela nem sempre se configurou enquanto direito, como política pública. Inicialmente, eram ações de caráter caritativo, filantrópico, de cunho religioso, de ajuda aos pobres. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, após as reivindicações dos movimentos sociais vigentes, ela foi reconhecida como política pública não-contributiva e, portanto, direito do cidadão que dela necessitar e dever do Estado, caracterizando-se como política integrante da seguridade social, juntamente com as políticas de saúde e previdência.

Behring (2008), no entanto, diz que, apesar da seguridade social ser a política que tem maior aporte para a garantia dos direitos sociais, vivencia a dramática e emblemática alocação de um fundo público que cresceu, porém não para a área social, de modo que atenda suas demandas. Sem dúvidas o reconhecimento constitucional da assistência como política pública representou uma conquista significativa no campo dos direitos sociais, mas, somente em 1993 ela foi regulamentada, com a criação da Lei de Nº 8.742/93 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Com o intuito de materializar as diretrizes estabelecidas na LOAS, o Ministério Social de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), elabora, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). No ano seguinte, a criação da Norma de Operacionalização Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), “sendo esse um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, tendo por função a gestão da assistência social no campo da proteção social brasileira” (FRITZEN; MOSER; PEZZO. 2016, p. 18).

De acordo com a PNAS, a política de assistência social tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade. É uma política que se operacionaliza em rede e, portanto, tem no território um importante componente para sua formulação e implementação (BRASIL, 2004). “Trata-se do chão como ponto de partida e travessia, e não somente como ponto de chegada das políticas sociais” (KOGA, 2015, p. 38).

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2004, p. 33).

Segundo Nascimento e Mellazzo (2013), a incorporação da perspectiva territorial na política de assistência social representou uma mudança paradigmática de relevância. A proteção

social, hierarquizada entre as proteções básica e especial, terá, no princípio da territorialização, possibilidade de orientar suas ações. Na proteção social básica, por exemplo, os serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são planejados com base no território. “O CRAS constitui a principal identidade de serviço socioassistencial no cotidiano do território e busca superar a imagem equipamentista ainda tão presente no universo das políticas sociais brasileiras” (KOGA, 2015, p. 46). A vigilância socioassistencial, enquanto sistema de monitoramento, “é responsável por produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco pessoal/social que incidem sobre as famílias/pessoas e sobre o tipo, o volume e padrões dos serviços socioassistenciais” (FRITZEN; MOSER; PEZZO, 2016, p. 17).

Desse modo, é inegável a relevância que a incorporação da perspectiva territorializada proporcionou às diretrizes da política de assistência social. No entanto, segundo Nascimento e Mellazzo (2013), geralmente, tal territorialização tem sido reduzida apenas a uma de suas dimensões: aquela que trata de articulá-la à lógica da localização e proximidade, assim, os serviços sociais, ao serem implementados próximos ao cidadão, antecipariam respostas às suas necessidades e facilitaria o acesso, perspectiva ao qual os autores denominam de proteção social pró-ativa. Portanto, Nascimento e Mellazzo (2013) reafirmam a importância do fortalecimento do território pensado como localização e elemento essencial para a efetivação do acesso à proteção social.

Koga (2015, p. 24), por outro lado, afirma que “se a gestão socioassistencial está inserida no debate da perspectiva territorial da política de assistência social, então, o trabalho social está igualmente implicado”. Logo, o trabalho social desenvolvido a partir do território, segundo Koga (2015), necessita estar sintonizado com os movimentos que se processam no cotidiano dos lugares onde são ofertados os serviços socioassistenciais, pois,

significa incorporar o conhecimento sobre o lugar em que se atua, suas marcas históricas, sua formação socioterritorial, seus principais indicadores socioeconômicos e onde eles se encontram enraizados. Para além dos números cadastrais, importa (re) conhecer as tramas relacionais, as diferentes dinâmicas de vida e os distintos agenciamentos locais – políticos, econômicos, culturais e socioassistenciais (KOGA, 2015, p. 25).

É, portanto, a partir da leitura e interpretação da realidade, no reconhecimento da dinâmica socioterritorial presente no cotidiano, em confronto com as prerrogativas do SUAS, que é possível construir um processo participativo e coletivo do trabalho social (KOGA, 2015).

Diante dessas considerações a respeito da política de assistência social, enquanto política de atendimento aos segmentos mais pobres da população e que tem como um dos seus

principais eixos estruturantes a perspectiva territorial e considerando o estudo em questão com destaque à região amazônica, emergem vários questionamentos, dentre eles: quais os principais desafios da assistência social na Amazônia?

Pensar as políticas públicas para a Amazônia, no caso, a política de assistência social, bem como consolidá-las, é desafiador. Teixeira (2013) afirma que a região amazônica põe um desafio diferente ao princípio da territorialidade e que sua particularidade regional requer especificidades na leitura da questão social em seu território. A referida autora identifica quatro componentes da particularidade amazônica que produzem intercorrências no trabalho do SUAS, das políticas públicas de modo geral, são elas: a) o território; b) as etnias e seus diferentes paradigmas culturais; c) as tensões, violências e conflitos na Amazônia, que tem sua raiz na propriedade da terra; d) espaços com ausência de referências republicanas.

Teixeira (2013) ainda traz algumas considerações a respeito das particularidades da Amazônia e os aspectos que afetam o trabalho do SUAS, elencando-os em: a) a existência de um vasto território com diversas distâncias intermunicipais e sérios comprometimentos ao processo de trabalho e gestão, inclusive financeiros, o que exigirá que o estado assuma os custos dessa imensa área; b) por sua plural via de deslocamento (fluviais, aéreas e terrestres) com implicações de espaço/tempo. Em algumas ocasiões, por exemplo, se deslocar requer uma rede de transporte, sendo que até determinado ponto utiliza-se o barco, seguindo-se mais adiante por terra; c) as diversas formas de trabalho, ocupação e estrutura familiar no território amazônico (famílias ribeirinhas, seringueiros, quilombolas, indígenas, garimpeiros e entre outros); d) há uma dispersão e interpenetração no universo florestal amazônico, espaços contendo muitos usuários/cidadãos que necessitam do SUAS; e) o desafio de construir uma rede de serviços na área da comunicação acessível para todos. Podendo, todos esses componentes, dificultar, mas também potencializar a gestão e o trabalho no SUAS (TEIXEIRA, 2013).

Teixeira (2013) também destaca a noção de rede socioassistencial, que não deve se limitar à relação esfera pública *versus* entidades da sociedade civil, mas sim abranger todo o conjunto da logística de atendimento no interior da própria esfera pública. Caso contrário, a Amazônia enfrentará sérios problemas. Além disso, a autora destaca o caráter multiétnico e pluricultural, no qual, a proteção social necessita reconhecer as etnias e agrupamentos sociais como coletivos, sujeitos de direitos, e suas culturas, como protagonistas na história de resistência da Amazônia.

Martins Júnior (2018), a partir de sua pesquisa *Avaliando a implementação do Sistema Único de Assistência Social na região norte e nordeste: significado do SUAS para o*

enfrentamento à pobreza nas regiões mais pobres do Brasil, identificou fortes influências da cultura política local⁵ sobre o processo de implementação do SUAS. De acordo com ele, tal constatação se expressa a partir dos seguintes fatores: primeiro o damismo renovado, referindo-se às primeiras damas que formam-se no curso de Serviço Social, em geral pela modalidade EAD, como forma de legitimação; o controle social, no sentido de conflitos divergentes; e, por fim, na percepção que os usuários têm da política de assistência social, que, segundo o autor, está intimamente ligada à avaliação que os mesmos fazem dos serviços, programas, projetos e benefícios, na qual, a perspectiva do favor e da ajuda também está fortemente presente. Assim, entende-se aqui que os traços conservadores, ao longo da história, foram ganhando “novas” roupagens na Amazônia. Tais aspectos levam a reflexão sobre a fragilidade dos serviços no âmbito do SUAS, e o quanto essas relações de poder estão naturalizadas no cotidiano amazônico.

A caminhada teórica traçada até aqui possibilitou a compreensão das relações contraditórias da política social no contexto da sociedade capitalista, por um lado, como legitimadora do poder do Estado através do controle social e da manutenção das condições de dominação, por outro, através dos seus programas, possibilitando o acesso a recursos e de incorporação à cidadania (YAZBEK, 2003). Falou-se aqui, especificamente, da assistência social que, enquanto política pública, não está isenta dessas relações. Deu-se destaque à perspectiva territorial presente nas normativas da PNAS e NOB/SUAS. E foram feitas algumas reflexões a respeito da região Amazônia, os desafios da política de assistência social no território amazônico. Contudo, faz-se necessário adentrar em outros aspectos da política social, em especial da assistência social, sendo eles: as necessidades humanas e o acesso aos serviços sociais. Portanto, no item a seguir, discutir-se-á a respeito desses elementos, que são considerados de suma importância para a pesquisa em questão.

3.3 NECESSIDADES HUMANAS E O ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O que aqui entende-se por *necessidades humanas* está embasado em Karl Marx. O autor, ao criticar a sociedade capitalista, infere que é por meio da mercadoria que necessidades humanas de qualquer natureza são satisfeitas. Nesse sentido, afirma o seguinte:

⁵ Para conceituar o termo “cultura política” o referido autor utiliza os seguintes autores: Gramsci (2000), Sani (1998), Gohn (1999) e Baquero (2001). Quanto ao termo “poder local”, utiliza-se do autor Farias Filho (2011).

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p. 97).

Ou seja, para Marx (2013), a satisfação das necessidades está ancorada na ideia de *valor*, *valor de uso* e *valor de troca*. Em outras palavras, a mercadoria, fruto do trabalho humano, gera *valor*, e é justamente o seu *valor de uso* que satisfaz as necessidades humanas.

Por outro lado, Pereira-Pereira (2006) afirma que ao analisarmos o processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas, veremos que em suas bases encontram-se necessidades humanas que foram problematizadas e originaram os direitos. Para a autora, ao fazer a relação entre as políticas públicas e necessidades humanas, num primeiro momento, pode apresentar conotação negativa. Isso porque, para alguns autores, a categoria necessidades humanas é geralmente identificada como carência, “no discurso teórico e político, dá a impressão de reforçar situações socialmente injustas e de definir políticas públicas a partir de um parâmetro empobrecedor” (PEREIRA-PEREIRA, 2006, p. 67).

Além disso, há correntes de pensamento, fundadas na ideologia individualista, como o neoliberalismo, que desconsideram o caráter coletivo das necessidades humanas, alegando que “necessidades sociais não passa de mistificação de quem quer impor o domínio do Estado sobre as liberdades individuais” (PEREIRA-PEREIRA, 2006, p. 67). Portanto, as necessidades humanas são equiparadas a aspirações particulares (preferências, desejos, vícios, compulsões, motivação, expectativa e entre outros). Tal perspectiva, ao priorizar a subjetividade, relativiza as necessidades humanas e maximiza as demandas individuais, além disso, dá margem ao domínio do mercado, uma vez que seria o mecanismo mais eficaz e eficiente para atender as aspirações pessoais (PEREIRA-PEREIRA, 2006).

Ainda, de acordo com Pereira-Pereira (2002), existem necessidades humanas que são comuns a todos e objetivamente identificáveis, cuja satisfação pode ser planejada e gerida via política pública. “Se não houvesse necessidades percebidas e socialmente compartilhadas, não existiriam políticas, direitos, normas protetoras, trabalho e tantas outras respostas resultantes da *práxis* humana, por meio da qual tanto a natureza quanto a sociedade (e os próprios atores sociais) são transformados” (PEREIRA-PEREIRA, 2006, p. 68).

Portanto, para Pereira-Pereira (2002), existem as necessidades humanas básicas, as não básicas (ou intermediárias) e de aspirações, preferências ou desejos. O critério para distingui-

las está na ocorrência de *sérios danos e prejuízos* que o não-atendimento produzirá, “isto é, se produzem degeneração efetiva na *integridade física* e na *autonomia* das pessoas a ponto de condená-las a uma vida sub-humana” (PEREIRA-PEREIRA, 2006, p. 73). Vale ressaltar que, em sua obra, “*Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*”, a autora apresenta as necessidades humanas listadas acima (básicas, não básicas e de aspirações) problematizando-as. No entanto, para fins desta pesquisa, abordar-se-á somente as necessidades humanas básicas.

Segundo Pereira-Pereira (2006), as necessidades sociais básicas são *universais* e *objetivas*. E, ancorando-se em Doyal e Gough (1991), Pereira-Pereira (2002; 2006) alega que somente existem dois conjuntos de necessidades básicas objetivas e universais: *saúde física* e *autonomia*. A saúde física seria aquela cuja a não-satisfação impede os homens inclusive de viver. A autonomia refere-se à capacidade dos indivíduos de fazer suas escolhas sem opressões, havendo dois tipos de autonomia: a) agência, ou ação livre de constrangimentos; b) crítica: é um estágio mais alto de autonomia, corresponde à capacidade das pessoas não apenas elegerem e avaliarem informações com vista à ação, mas de criticar e, se possível, modificar as regras e práticas culturais a que pertencem.

Em síntese, a formulação do conceito universal e objetivo de necessidades humanas básicas considera a dimensão natural e social dos seres humanos. Além disso, o entendimento de necessidades humanas desenvolvido pela Pereira-Pereira (2002; 2006) desmistifica o paradigma neoliberal que prioriza o atendimento de demandas individuais através do mercado, cujo objetivo principal é o lucro.

Diante disso, conclui-se que as políticas públicas, na gestão estatal neoliberal, ao serem privatizadas, transformam seus serviços em mercadorias (BEHRING, 2008; MARX, 2011). Com isso, os seus usuários tornam-se “clientes”, contrapondo-se à universalização do acesso, sendo essa uma característica presente nas políticas brasileiras, principalmente na assistência social (YAZBEK, 2003). No entanto, reconhece-se que elas representam uma conquista das classes subalternas, a medida em que possibilitam o acesso aos serviços, recursos e os direitos de cidadania.

Por esse motivo, as políticas sociais são formuladas e desenvolvidas, tendo por parâmetro as necessidades humanas, que são coletivas e, por isso, sociais. “Reconhecer, portanto, a existência de necessidades humanas como necessidades sociais, com valores, finalidades e sujeitos definidos, tem sido um grande passo para a construção da cidadania” (PEREIRA-PEREIRA, 2006, p. 68). Esse caráter, somado à mercantilização dos serviços, revela a contradição na política social, uma vez que atende aos interesses dos subalternizados

e, ao mesmo tempo, reproduz as condições de dominação social e legitimação do poder do Estado.

No que diz respeito à política de assistência social, a LOAS estabelece o provimento dos mínimos sociais para o atendimento das necessidades básicas. Segundo Pereira-Pereira (2002), há uma distinção entre *mínimos* e *básico*, do ponto de vista conceitual e político-estratégico. Para ela, *mínimo* tem conotação de menor, de menos, enquanto *básico* expressa algo fundamental, principal, primordial. Ao contrário do que se infere na LOAS, essas expressões possuem noções assimétricas, “enquanto mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados” (PEREIRA-PEREIRA, 2002, p. 26).

Portanto, ao dispor dos *mínimos sociais* no atendimento das *necessidades sociais básicas*, as práticas da assistência social tornam-se pontuais, focalizadas e fragmentadas. Além disso, tais ações reproduzem a naturalização e moralização da pobreza, que estão ancoradas na visão liberal, na qual, “com um *mínimo* de provisão social esperar-se, quase sempre, que os beneficiários dessa provisão dêem o melhor de si e cumpram exemplarmente seus deveres, obrigações e responsabilidades” (PEREIRA-PEREIRA, 2002, p. 34).

Segundo Raichelis (2011), a pobreza é sempre relativa, remete à sociedade que a produz e que, simultaneamente, gera riqueza. No que tange à assistência social, a autora afirma que a pobreza absoluta tem sido um paradigma adotado para orientar suas ações, seus programas e serviços. Essa ótica, “ao contrário de explicitar as necessidades sociais que a justificam, funciona como mecanismo de homogeneização de um fenômeno que é histórico, multifacetado, profundamente imbricado na trama das relações sociais peculiares da sociedade brasileira” (RAICHELIS, 2011, p. 160). Ademais, a autora afirma que, se analisarmos os critérios que prevalecem na LOAS para a concessão dos benefícios, observaremos um processo de estigmatização que leva à negação do direito.

Em suma, a respeito de *mínimos* e *básicos* no atendimento das necessidades sociais, concorda-se com Pereira-Pereira (2002), ao afirmar que sem condições sociais básicas não faz sentido falar de autossustentação, não há como esperar ou exigir o melhor de quem não tem as condições básicas para assim proceder, portanto, é dever do Estado assegurá-lo. “O básico é direito indisponível (isto é, inegociável) e incondicional de todos, e quem não o tem por falhas do sistema socioeconômico terá que ser ressarcido desse déficit pelo próprio sistema” (PEREIRA-PEREIRA, 2002, p. 35).

Segundo Raichelis (2011), a pobreza não se expressa apenas pela exclusão do mercado de trabalho, mas também pela ausência de acesso aos serviços sociais públicos necessários ao processo de reprodução social. A autora afirma que os serviços socioassistenciais, por se destinarem aos excluídos do mercado de trabalho, acabam operando um perverso processo de negação e fragmentação da identidade social do público-alvo da política de assistência social. Ademais, Raichelis (2011) acrescenta que, para ter acesso, ainda que insatisfatório, aos serviços ou programas, é preciso provar a condição de não-cidadão.

Diante disso, é importante refletir a respeito da categoria *acesso*, uma vez que, no nosso entendimento, ela se constitui como um elemento mediador no atendimento ou não das necessidades sociais via política social, em especial a assistência social. Além disso, o *acesso* representa um componente fundamental no campo dos direitos sociais e no exercício da cidadania, “visto que a partir do acesso se expressa a capacidade da sociedade em garantir a seus membros a atenção necessária, de forma a concretizar tal direito.” (ALVES, 2010, p. 57).

Apesar do amplo arcabouço teórico no âmbito da assistência social, há uma carência de produções que trabalhem a perspectiva do acesso aos serviços socioassistenciais enquanto uma categoria de análise. Em contrapartida, a área da saúde apresenta contribuições teóricas nesse campo. Dessa maneira, apresentar-se-á a seguir o entendimento dos seguintes autores: Claudia Travassos (TRAVASSOS; MARTINS, 2004; TRAVASSOS; CASTRO, 2008; TRAVASSOS; OLIVEIRA; VIANCA, 2006); Carvacho *et al.* (2008); Alves (2010; 2013) e Cohn *et al.* (2010).

Segundo Travassos e Martins (2004), o conceito de acesso é muito complexo e muitas vezes é utilizado de forma imprecisa na sua relação com o uso dos serviços de saúde. Elas afirmam que há uma variabilidade conceitual da categoria acesso entre os autores, que muda ao longo do tempo e de acordo com o contexto. A terminologia empregada também é variável: alguns empregam o substantivo acessibilidade, caráter ou qualidade do que é acessível; outros como substantivo, ato de ingressar, entrada; e outros utilizam ambos os termos para indicar o grau de facilidade com que as pessoas obtêm cuidados de saúde. Além disso, há também uma variação em relação ao enfoque do conceito entre as autoras:

uns centram-no nas características dos indivíduos; outros focam-no nas características da oferta; alguns em ambas as características ou na relação entre os indivíduos e os serviços (oferta). Há também discordâncias sobre se a avaliação de acesso deve concentrar-se nos resultados ou objetivos finais (*goals*) dos sistemas de saúde ou na relação entre os vários elementos que compõem o sistema para atingir esses objetivos (TRAVASSOS; MARTINS, 2004, p. 191).

Para Travassos e Castro (2008), o acesso intermedia a procura e a entrada no serviço. Seu conceito é multidimensional e cada dimensão expressa um conjunto de características da oferta que atua, aumentando ou obstruindo a capacidade dos indivíduos utilizarem o serviço. Baseando-se nos autores Thiede e McIntyre (2008), as referidas autoras apresentam três dimensões de acesso: disponibilidade, capacidade de pagar e aceitabilidade. Entretanto, elas destacam a informação como sendo a dimensão essencial que atravessa as demais.

Travassos, Oliveira e Avianca (2006) afirmam que as barreiras de acesso originam-se das características dos serviços de saúde. Nesse sentido, Travassos e Castro (2008) utilizam a informação e suas inter-relações como barreiras de acesso, ressaltando que a disponibilidade ou a presença física dos serviços e recursos humanos é a barreira de acesso mais importante, pois, a mera disponibilidade de recursos não garante o acesso.

Contudo, as barreiras que representam os maiores obstáculos de acesso na área da saúde são: as barreiras geográficas, financeiras, organizacionais, culturais e de informação (TRAVASSOS; CASTRO, 2008). As barreiras geográficas referem-se à questão do espaço físico que implica no deslocamento do indivíduo até as unidades de serviço; as barreiras financeiras estão relacionadas às despesas dos usuários com o serviço, que também inclui a questão do deslocamento; as barreiras organizacionais referem-se à organização dos serviços, os tipos de serviços ofertados, a questão dos horários de funcionamento, a qualidade dos recursos humanos e tecnológicos; a barreira cultural, segundo Faquin e Lanza (2018), parafraseando a Travassos e Castro (2008), diz respeito à trajetória histórica dos usuários, suas experiências, valores, crenças; e, por fim, a barreiras de informação, que inclui não somente a difusão das informações do serviço como também nos meios culturais e de comunicação, nos quais os usuários obtêm as informações, como a internet, por exemplo. Sobre isso, Travassos, Oliveira e Avianca (2006) apontam que o acesso aos serviços de saúde no Brasil é fortemente influenciado pela condição social das pessoas e pelo local onde residem.

Carvacho *et al.* (2008), no estudo *Fatores associados ao acesso anterior à gestação a serviços de saúde por adolescentes gestantes*, identificam cinco dimensões do acesso, são elas: geográfica, econômica, administrativas, informação e psicossocial, definindo-as como:

- acesso geográfico – quantidade, tipo e localização dos serviços;
- acesso econômico – custos para obtenção dos serviços, como transporte, farmácia ou laboratórios;
- acesso administrativo – normas e procedimentos programáticos que podem facilitar ou restringir a capacidade do usuário para obter os serviços. Entre as restrições administrativas citam-se a demanda por documentação excessiva, horário de atendimento pouco conveniente, tempo de espera prolongado, serviço concorrido e barreiras médicas;

- acesso psicossocial – barreiras psicológicas e/ou culturais que levam os usuários potenciais a não procurar o serviço de saúde, como o medo da medicina moderna, crenças religiosas, questões de gênero e problemas determinados pela “distância social” (diferenças de idade, classe social e etnia entre prestadores e usuários);
- acesso à informação – conhecimento dos potenciais usuários quanto aos serviços oferecidos e a necessidade de utilizá-los (CARVACHO *et al.* 2008, p. 888).

Vale ressaltar que, para sistematizar essas dimensões de acesso, Carvacho *et al.* (2008) adotaram o referencial teórico de Foreit *et al.* (1978), que, para fins analíticos, sistematizaram quatro dimensões do acesso (geográfica, econômica, informação e administrativa), e Bertrand *et al.* (1995), que acrescentaram uma quinta dimensão, a psicossocial.

Cohn *et al.* (2010) afirmam que a primeira condição para viabilizar o acesso é a distribuição espacial dos equipamentos e serviços. No entanto, entendem que a proximidade geográfica por si mesma não torna o serviço acessível à população, o desconhecimento acerca de determinados serviços ofertados e dificuldades no próprio serviço (o número de funcionário insuficiente para atender a demanda, demora no atendimento, menor disponibilidade de serviços, burocracia nos procedimentos) implicam na acessibilidade. Sendo assim, reforçam que a população estrutura suas próprias estratégias de acesso aos serviços a partir do enfrentamento das carências que perpassam o seu cotidiano. Ou seja, os autores reconhecem que é dever do Estado e das políticas que ele formula viabilizar o acesso, em contrapartida, ressaltam que um dos princípios da equidade, “tratamento desigual aos desiguais”, vem assumindo o oposto, cabendo à população pobre elaborar a sua capacidade de utilização da rede precária e insuficiente para atender à demanda.

Alves (2010) em seu estudo *Trajatórias de acesso da população aos serviços do SUS: um estudo sobre a cirurgia bariátrica*, a partir da entrevista com dezesseis usuárias em dois hospitais, Hospital Universitário da UFSC e Hospital Governador Celso Ramos, sistematiza as trajetórias de acesso desde a primeira consulta. Em seu debate sobre a categoria acesso, utiliza os seguintes autores: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 1978); Unglert (1995); Ramos e Lima (2003); Donabedian (1988); Travassos e Martins (2004); Cohn *et al.* (1991); Acurcio e Guimarães (1996); Travassos, Oliveira e Avianca (2006); Giovanella e Fleury (1995).

Nisso, Alves (2010) identificou uma incompatibilidade entre demanda e oferta, e quanto mais especializado o serviço, maiores são as dificuldades em acessá-lo. Além disso, Alves (2010; 2013) constatou que os marcos legais do SUS não garantem sozinhos o acesso, existem lógicas informais, fluxos alternativos e protagonistas imprevistos. “À população cabe cotidianamente elaborar estratégias de ‘resistência’ para suplantar barreiras e dificuldades” (ALVES, 2010, p. 150). Desse modo, foram identificadas relações de familiarização, nas quais a família é a responsável pelo cuidado e os “custos”, preenchendo a lacuna do Estado na

provisão do bem-estar e relações de clientelismo. Diante disso, a autora conclui que o SUS segue uma lógica excludente, uma vez que em sua legislação está previsto a universalização do acesso. Ademais, a própria estrutura formal-institucional do sistema de saúde apresenta fragilidades, dando origens às barreiras enfrentadas pelas usuárias.

Como já mencionado, a contextualização apresentada sobre a categoria acesso diz respeito aos serviços de saúde. Neste estudo, tendo por base as autoras supracitadas, pretende-se analisar as condições e barreiras de acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças à política de assistência social, destacando as necessidades sociais, o atendimento dessas necessidades e as estratégias de acesso aos serviços. Tendo em vista que, apesar dos usuários percorrem caminhos diferenciados para acessar as políticas de saúde e assistência, ambas compõem o âmbito não contributivo da seguridade social (FAQUIN; LANZA, 2018). Portanto, a universalização do acesso, enquanto dever do Estado, é o ponto chave em questão. Desse modo, entende-se que, para compreender o acesso das famílias ribeirinhas moradoras da Ilha da Onças à política de assistência, faz-se necessário caracterizar a assistência social em Barcarena. Sendo assim, a sessão a seguir abordará a política de assistência social no município, dando destaque à proteção social básica.

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A OFERTA DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM BARCARENA

Nesta seção, apresentar-se-á as particularidades da política de assistência social na Amazônia a partir do município de Barcarena, especificamente, o território da Ilha das Onças. Para isso, a seção foi subdividida em dois itens: no primeiro, denominado *Assistência Social em Barcarena*, discorre-se sobre a estruturação da proteção social no Brasil, com destaque para a política de assistência social no município de Barcarena. No segundo, denominado *Quem são as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças*, será demonstrada a realidade das famílias entrevistadas, bem como, os arranjos familiares, dados referentes à escolaridade, trabalho, renda, entre outros.

4.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BARCARENA

De acordo com a PNAS, a assistência social é hierarquizada em proteção social básica e especial, cujo nível de complexidade pode ser médio ou alto (BRASIL, 2004). Boschetti (2005) afirma que, diante disso, as necessidades devem ser estruturadas em tipos diferenciados. Nessa direção, a PNAS define que a proteção básica tem o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal. Enquanto a proteção especial tem por referência a violação de direitos. Desse modo, a proteção especial de média complexidade irá dispor de serviços às famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos não foram rompidos. Diferentemente da proteção especial de alta complexidade, em que tais vínculos foram rompidos, nesse caso, ela garantirá a proteção integral para familiares e indivíduos que se encontram nessa condição (BRASIL, 2004).

Como dito anteriormente, neste estudo, destacar-se-á os serviços de proteção social básica, sendo suas ações socioassistenciais operacionalizadas, principalmente, pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), ou seja, nessas unidades, os serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica são ofertados. Dentre eles estão: os benefícios eventuais e de prestação continuada, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social de Barcarena (2018), a política de assistência social foi instituída no município em 02 de junho de 1997, por meio da Lei municipal nº 1.902. No entanto, a Secretaria Municipal de Assistência Social só foi criada em 2002.

No que diz respeito aos Centros de Referência de Assistência Social, atualmente, Barcarena possui cinco, são eles: Zita Cunha, Conde, São Francisco, Arapari e Castanhalzinho. Os territórios de abrangência dessas unidades estão divididos nas seguintes áreas⁶: urbana, estrada, estrada rural, ilhas, rio e outras localidades. O CRAS Zita Cunha abrange as áreas de estrada, urbanas, ilhas e outras localidades. Enquanto o CRAS Conde possui áreas de estrada, urbanas e ilhas. Já o CRAS São Francisco possui áreas urbanas, de estrada e rio. O CRAS Arapari, áreas de estrada rural e ilhas. E, por fim, o CRAS Castanhalzinho apenas áreas de estrada rural.

Sobre essa divisão territorial, constatou-se que o CRAS Zita Cunha, por ser localizado na sede municipal, torna-se a unidade mais acessível para as famílias que residem nas ilhas e estradas. Por isso, é responsável por mais áreas (urbana, estrada, estrada rural, ilhas, rio e outras localidades) em seu território de abrangência, comparado às demais unidades. Ademais, o CRAS Zita Cunha é o que apresenta maior número de demandas; segundo o Plano Municipal de Assistência Social (2018), o referido CRAS registrou, até o período de 2018, um total de 12.446 famílias inscritas. Diante do exposto, observa-se que a política de assistência social de Barcarena, ao dividir seu território por áreas de abrangência entre as unidades socioassistenciais, utilizou a lógica da localização e proximidade, tal como problematizou Nascimento e Mellazzo (2013). Por esse motivo, Campos (2013) afirma que os parâmetros metodológicos e teóricos sobre território/territorialidade que norteiam o SUAS precisam ser flexibilizados para contemplar as particularidades do território amazônico em seus horizontes físicos e suas dimensões sociais.

No que tange ao território da Ilha das Onças, por ser um território vasto, duas unidades de assistência social são responsáveis por prestarem serviços à Ilha: os CRAS Zita Cunha e Arapari. As referidas unidades compartilham os furos e comunidades da Ilha, sendo aqueles correspondentes ao CRAS Zita Cunha: Furo Grande, Jararaca, Landy, Madre de Deus, Usina Vitória, Urubuoca, Ponta de Baixo, Samaúma, Sítio Ilhinha e Sucurijú. Já os furos que pertencem ao CRAS Arapari são: Araraquara, Bela Vista, Fé em Deus, Furo do Cavado, Furo Conceição, Furo das Laranjeiras, Furo do Nazário, São João Smith, Furo São João, Furo Seco, Ilha Longa, Furo Mandií, Piramanha Alto, Piramanha Baixo, Ilha dos Patos e Ilha do Papagaio.

De acordo com relatos dos profissionais entrevistados, com a implantação do CRAS Castanhalzinho, no ano de 2018, houve mudanças nas áreas de abrangência dos CRAS. Quanto

⁶ Tais informações constam no *anexo A* deste trabalho.

ao território da Ilha das Onças, ocorreram transferências de furos. Segundo o Plano Municipal de Assistência Social de Barcarena (2018), o Furo do Nazário, Furo das Laranjeiras, Piramanha Alto e Piramanha Baixo, que anteriormente pertenciam ao CRAS Zita Cunha, migraram para o CRAS Arapari. Tais mudanças foram necessárias, considerando que o CRAS Zita Cunha é responsável por todo o território da Ilha Trambioca e Ilha Arapiranga que, assim como a Ilha das Onças, possuem muitos furos e comunidades. No entanto, essas modificações impactaram no acesso das famílias ribeirinhas moradoras da Ilha das Onças aos serviços, uma vez que alguns desses furos, que agora pertencem ao CRAS Arapari, estão geograficamente distantes da unidade.

A esse respeito, a Entrevistada 1 (2019, informação verbal) diz: “(...) eles [as famílias ribeirinhas] reclamam bastante, é, mas, infelizmente, a demanda deles é muito grande, então só o CRAS Zita Cunha não ia dá conta”. Enquanto a Entrevistada 3 (2019, informação verbal) informa que “os usuários reclamaram, porque é muito longe, eles têm dificuldade com transporte, com passagem, o custo é muito alto e, ainda, tem o risco de vida, porque (...) é sobre a questão da maresia né?! (...) De, enfim, sofrer um afogamento (...)”.

A política de assistência social, tendo a perspectiva territorial em suas diretrizes, estabelece a implantação de CRAS itinerantes ou dispõe de transportes hidroviários para o atendimento em áreas de difícil acesso. Desse modo, é por via da lancha social que a equipe multidisciplinar, as chamadas equipes volantes, se deslocam, levando os serviços às famílias ribeirinhas.

As equipes volantes do CRAS são geralmente compostas por pelo menos um profissional do Serviço Social e da Psicologia (BRASIL, 2005). Como visto na descrição das unidades socioassistenciais do município, Barcarena não possui CRAS itinerante. Além disso, na pesquisa de campo, verificou-se que a assistência social municipal não dispõe de lancha social para o deslocamento da equipe, conforme o depoimento a seguir:

Barcarena não foi contemplado com lancha, né?! Porque o critério que o Governo Federal utiliza, ele é falho, porque, é... ele liberou lancha pra municípios, por exemplo, que durante seis meses os rios ficam secos e seis meses os rios enchem, alguns municípios, não daqui do Pará, mas de outros estados, né?! E eles usaram critérios de extensão territorial, é critério, ... sei lá quais..., que acabou tirando muitos municípios que precisavam da lancha e não foram contemplados (Entrevistada 5, 2019, informação verbal).

Outra explicação que foi dada sobre essa não concessão da lancha para o município refere-se ao Cadastro Único das famílias ribeirinhas. No ato do cadastramento, elas não se identificam como ribeirinhas, o que não possibilita ao município apresentar, em números, essa realidade ao Governo Federal, assim, Barcarena não é contemplado com o transporte fluvial.

(...) a família responde para o cadastrador o quê? “Eu sou do lar e o meu marido é agricultor”. Então, quando o Governo Federal for olhar para aquela família, ele não vai conseguir identificar os ribeirinhos (...) e aí, por conta dessas indicações no cadastro único, a gente não consegue mostrar de fato a realidade do município (Entrevistada 5, 2019, informação verbal).

Assim, de modo a suprir a carência de transporte fluvial, uma lancha é alugada pela prefeitura de Barcarena, conforme afirma a Entrevistada 5 (2019, informação verbal): “então, para a gente conseguir dá um mínimo de atenção para essas famílias das ilhas, a gente... disponibiliza um transporte alugado, que é uma lancha (...), que não é o que nós gostaríamos, mas é o que a gente consegue ... oferecer”.

Além disso, vale destacar que a lancha disponibilizada não é exclusiva para o uso dos CRAS, ela é utilizada também pelos demais serviços do município (Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, entre outros). Tendo uma escala para a utilização do transporte, sendo que para o CRAS Zita Cunha e Arapari está disponível somente às terças-feiras. Nesta pesquisa, soube-se que a lancha era disponibilizada ao CRAS Arapari às terças e quintas-feiras, mas, devido aos cortes na política de assistência social, foi necessário reduzir os gastos com combustível e, com isso, os dias de uso do transporte. Mesmo assim, para garantir o acesso à lancha, a equipe precisa realizar agendamento prévio, de pelo menos quinze dias. Desse modo, as equipes técnicas realizam planejamento semestral de suas ações, porém, devido a essa dinâmica do transporte e às demandas das famílias ribeirinhas, esse planejamento é revisado constantemente. Além disso, é importante ressaltar que, em casos de emergência, principalmente, em ações do conselho tutelar, a atividade programada pela equipe do CRAS é cancelada, para que a lancha seja cedida.

Figura 3 - Foto da lancha utilizada pelas equipes dos CRAS de Barcarena-PA



Fonte: Autora.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à articulação com a política de saúde. Por não ter um espaço físico para desenvolver as atividades com as famílias ribeirinhas, as equipes técnicas utilizam-se das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para realizar suas ações. Além disso, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são os responsáveis pela divulgação das atividades que serão desenvolvidas pelo CRAS, mobilizando, assim, a comunidade. Em alguns casos, o líder comunitário também auxilia na divulgação, no entanto, não foi observado esse representante nas comunidades da Ilha das Onças, portanto, acredita-se que alguns furos não possuem essa organização comunitária, por isso, o principal articulador das atividades a serem desenvolvidas pelas equipes técnicas na Ilha é o ACS. Desse modo, a comunicação e parceria com a saúde é de suma importância para a efetivação do trabalho do CRAS no território da Ilha das Onças.

Além dos espaços concedidos pelas UBS para desenvolver as atividades do CRAS, outra estratégia da equipe é utilizar o próprio espaço físico disponível nas comunidades. O CRAS Zita, por exemplo, possui dois pontos de atendimento na Ilha das Onças, mais precisamente nos furos Madre de Deus e Landy, os quais acontecem nos barracões dessas localidades. Ademais, são utilizados também espaços como igrejas, salões comunitários, entre outros, já que o número

de UBS é pequeno na Ilha das Onças. Mas, segundo relatos dos entrevistados, a UBS é o melhor espaço para a realização das atividades, não somente pela estrutura, como também pelo público, que, ao acessar a saúde, acessará também a política de assistência social.

As cheias dos rios, fenômeno das marés, é uma particularidade amazônica que incide diretamente no trabalho social da equipe técnica. Em determinadas localidades da Ilha das Onças, somente é possível adentrar com a lancha quando a maré está cheia. Portanto, além das demandas das famílias ribeirinhas e a articulação com a saúde, a maré também é levada em consideração no planejamento da equipe do CRAS, conforme relatam a Entrevistada 3 e a Entrevistada 1:

(...) Então, como eles moram em furos, né?! E, muitas das vezes, a gente [a equipe] depende da maré, que esteja cheia para a gente poder entrar com a lancha (Entrevistada 3, 2019, informação verbal).

(...) Então, têm dias que eu posso, eu tenho a lancha, porém, eu não consigo entrar na localidade, porque a maré está baixa. E aí, eu tenho que tá vendo naquele tábuas de maré quais são os dias em que a maré vai estar alta pra eu entrar naquela localidade (Entrevistada 1, 2019, informação verbal).

O cotidiano das famílias ribeirinhas também influencia no trabalho social do CRAS e, conseqüentemente, no planejamento da equipe. A equipe técnica do CRAS Arapari, geralmente, desenvolve suas ações no período matutino, horário em que as famílias ribeirinhas estão realizando suas atividades de trabalho, seja na coleta do açaí ou na captura do peixe, para ser comercializado nas cidades vizinhas e/ou para consumo próprio. A coincidência de horários reflete na participação das famílias nas atividades do CRAS, que, de acordo com os entrevistados, é pequena: “(...) então, eles [as famílias ribeirinhas] já colocaram para a gente, até já sugeriram que a gente fizesse uma ação no sábado, né?! Porque pra eles seria mais fácil, eles [as famílias ribeirinhas] terem esse acesso num fim de semana” (Entrevistada 4, 2019, informação verbal).

Embora haja relatos que identificam que algumas comunidades da Ilha das Onças são participativas, essa frequência nas atividades se deve, dentre outras coisas, à dinamicidade de cada localidade. Além disso, tomou-se conhecimento que a participação das famílias, no geral, é mais expressiva quando a ação do CRAS está relacionada à concessão dos benefícios eventuais ou ao Cadastro Único. No entanto, o CRAS Zita Cunha avaliou as famílias ribeirinhas que pertencem ao seu território de abrangência como participativas, apesar das dificuldades:

(...) Eles [as famílias ribeirinhas] participam, participam. Quando, por exemplo, a família entra em descumprimento e ela precisa participar de oficinas, as famílias sempre estão aqui, apesar das dificuldades, às vezes, eles chegam um pouquinho tarde, mas elas estão aqui (Entrevistada 1, 2019, informação verbal).

(...) Na maioria das vezes sim [as famílias ribeirinhas frequentam e participam] (...), o CRAS faz contato com as ACS, elas nos ajudam (...) líder comunitário, ajudam bastante. Quando tem alguma falha nessa comunicação, aí sim, aí eles faltam bastante, porque têm que ser avisados com antecedência boa (Entrevistada 2, 2019, informação verbal).

Além disso, os profissionais entrevistados relataram dificuldades de entrar em contato com as famílias ribeirinhas, uma vez que muitas não possuem telefone; algumas até têm celular, mas residem em local sem área de cobertura das companhias telefônicas. Diante do exposto, conclui-se que as respectivas unidades de assistência apresentam especificidades no trabalho social realizado na Ilha das Onças. Vale lembrar que o CRAS Zita Cunha está localizado na sede municipal, por isso, é considerado o mais acessível. Além disso, os furos que pertencem, atualmente, ao CRAS Arapari estão geograficamente distantes da unidade, portanto, torna-se mais viável para as famílias ribeirinhas o acesso a partir do deslocamento da equipe até as localidades.

Assim, vê-se que Barcarena impõe desafios ao SUAS que são particulares à região amazônica, que, segundo Teixeira (2013), trata-se de um mosaico territorial composto por áreas de ilha, estrada, urbano, rural, entre outros; entre as particularidades estão: rede de transporte necessária para se locomover no interior do município; diversidade étnico-cultural; conflitos e desigualdades socioterritoriais; dificuldades na rede de serviços na área da comunicação etc. Por isso, o trabalho social desenvolvido pelas equipes do CRAS é igualmente desafiador, em específico na Ilha das Onças, pois, para que as ações socioassistenciais aconteçam no território, há uma logística que envolve: o agendamento da lancha, a parceria com os ACS ou líderes comunitários, a disponibilidade de local e o fenômeno da maré.

Além disso, a dinamicidade das relações cotidianas impõe desafios para as equipes do CRAS quanto à participação das famílias ribeirinhas nas atividades. No caso do CRAS Arapari, seria necessário planejar as ações em dias e horários compatíveis com a disponibilidade das famílias. No entanto, devido a questões burocráticas, institucionais e financeiras, não é possível realizá-las aos finais de semana, como foi sugerido pelas famílias à equipe. Por isso, Koga (2015) afirma que, embora a perspectiva territorial esteja presente na política de assistência social, ela impõe limites que dificultam a aproximação dos profissionais com essa escala do cotidiano, cujas dinâmicas ultrapassam as referências legais e formais que institucionalizam a política pública.

Mesmo que este estudo esteja voltado para a proteção social básica, serão apresentadas algumas informações sobre a proteção social especial consideradas relevantes. Nesta pesquisa, identificou-se que a proteção social especial se encontra sobrecarregada, pois, Barcarena possui

apenas um CREAS, sendo insuficiente para atender toda a demanda municipal. Assim, a proteção social básica acaba suprimindo tais necessidades. Portanto, se a política de assistência social especial em Barcarena encontra-se sobrecarregada, pode-se dizer que a proteção básica encontra-se duplamente sobrecarregada, tendo em vista que, além responder as demandas que lhes são próprias, ela responde também às demandas que não são de sua competência.

Na seção anterior, mais precisamente no item 2.3, discorreu-se brevemente a respeito da violência no território da Ilha das Onças, constatando-se que o tráfico de drogas é uma realidade nas comunidades. Desse modo, identificou-se que as equipes volantes são avisadas pelo barqueiro quanto aos riscos de adentrarem em determinadas localidades na Ilha. Além disso, para realizar o trabalho social em algumas áreas das ilhas, a equipe precisa tomar certas precauções, como, por exemplo, o uso de coletes da prefeitura, a fim de identificá-los como profissionais do CRAS.

Tendo isso posto, faz-se necessário falar também a respeito do financiamento da política de assistência social no município. Segundo o Relatório de Proteção Social Básica de Barcarena (2020), até o mês de dezembro de 2019, dos cinco CRAS implantados, apenas três eram cofinanciados, ou seja, duas unidades de assistência não são financiadas pelo governo federal. Além de não constar, no referido documento, financiamento para equipe volante.

Ademais, a partir dos depoimentos dos entrevistados, foi identificado que a esfera federal não repassa regularmente os recursos da política de assistência social para o município, havendo atrasos no repasse, principalmente, no recurso destinado à manutenção da gestão. Além disso, o fundo repassado para manter os CRAS e o CREAS é insuficiente, recorrendo-se, nesse caso, ao recurso municipal. Somado a isso, tomou-se conhecimento que Barcarena não possui um cofinanciamento estadual fixo estabelecido.

Segundo o Relatório de Saldo das Parcelas Pagas de Barcarena, disponível na Rede SUAS, em 31 de março de 2020, o total de recursos nas contas do Fundo Municipal de Assistência Social correspondeu à R\$ 683.241,00. No mês seguinte, houve um decréscimo nesse repasse, pois, de acordo com o relatório, em 30 de abril de 2020, o valor repassado foi de R\$ 672.425,03. A seguir, a tabela com os valores pagos aos serviços da assistência social nos respectivos meses:

Tabela 1 – Valores repassados aos serviços de assistência social de Barcarena-PA nos meses de março e abril de 2020

Serviços da Assistência Social	Valores pagos no mês de março	Valores pagos no mês de abril
Gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico	R\$ 216.887,37	R\$ 252.808,69
Gestão do SUAS	R\$ 40.542,12	R\$ 35.459,06
Proteção Social Básica	R\$ 26.246,65	R\$ 1.091,48

Fonte: Rede SUAS (2020).

De acordo com esses dados, observa-se que, do mês de março para abril, houve uma redução no repasse do recurso destinado aos serviços de assistência social, exceto no financiamento destinado à gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único. Diante disso, infere-se que o financiamento repassado para Barcarena é, de fato, insuficiente para manter a política de assistência social. Somado a isso, há o desfinanciamento da política, tal como demonstra a tabela acima. Nesse caso, o recurso do próprio município é utilizado para custear os gastos, porém, o fundo municipal não consegue suprir as demandas. Nessa vertente, Teixeira (2008) afirma que as políticas públicas destinadas à Amazônia continuam revelando uma padronização que homogeneiza a realidade brasileira nos moldes das referências sul/sudeste, onde as práticas de uma única cultura impõem-se como referência no planejamento dos ministérios, engessando a autonomia de estados e municípios. No que tange à política de assistência social, Teixeira (2008) alega que a descentralização gerou uma expectativa e oportunidade de retirar a região amazônica dessa padronização, no entanto, para que isso ocorresse, a descentralização deveria ultrapassar as dimensões político-administrativas, ela deveria passar por uma fiscalização, o que não ocorreu. Ademais, afirma que os recursos destinados à Amazônia, além de escassos, continuam centralizados, e somente são liberados para a aprovação de projetos com base em critérios nacionais padronizados.

Dessa forma, a estratégia utilizada pela gestão da assistência social de Barcarena é reduzir despesas, conforme ressalta o depoimento a seguir:

(...) Antes, a gente levava o lanche para as comunidades, né?! A gente levava é um suco, um pão, um café com leite, com bolacha, então a gente sempre fazia esse momento é de, de partilha assim (...) o CRAS leva pra comunidade, né?! As orientações, os direitos, enfim, orientam tal, mas depois tinha sempre esse momento de lazer (...) de confraternização, né?! Então, a gente sempre levava esse lanche, tanto para a ilha como para a estrada, (...) foi do segundo semestre pra cá, ai nós fomos comunicadas, né?! a equipe foi comunicada que a gente não poderia mais disponibilizar esse lanche para a comunidade, devido aos cortes de recursos que a prefeitura estava, estava passando, que o governo federal não estava mais arcando com algumas despesas e que estava ficando tudo por conta da prefeitura, então teve esses cortes. E aí é, as comunidades sentiram, né?! Porque, assim, eles passam por

necessidades, né?! de assim, de insegurança alimentar. Então dava muita criança e as crianças iam se alimentavam, enfim. (...) Eu não sei também se eles iam estimulados mais por conta da alimentação, mas assim, é, a gente teve uma queda por conta disso, na estrada eu já verifiquei, enfim. (...) Então, assim, a alimentação é um fator importante que até motiva eles a participar (Entrevistada 3, 2019, informação verbal).

Diante disso, observou-se que os cortes na política são sentidos não somente pelos trabalhadores que estão à frente, mas, principalmente, pelos beneficiários. O corte de gastos com os lanches para as famílias após as ações do CRAS, por exemplo, impactou na participação. As famílias ribeirinhas, assim como o público alvo da assistência social, de modo geral, vivenciam a pobreza, a exclusão, a subalternidade e a precarização (quantitativa e qualitativa) (YAZBEK, 2003). A insegurança alimentar é uma realidade, portanto, o lanche disponibilizado pelo CRAS era uma refeição importante para as crianças e familiares. A equipe técnica que trabalha diretamente com essas famílias tem essa compreensão da importância do lanche após as ações socioassistenciais desenvolvidas, por isso, pôde-se observar, nesta pesquisa, a frustração e os anseios dos profissionais diante das limitações que são impostas pela própria política:

Sonhos nós temos muitos, né?! Por exemplo, nós gostaríamos de um CRAS volante igual como vai ter uma UBS fluvial. Nosso sonho é ter um CRAS que a gente pudesse sair pelos rios dessa cidade, mas é uma realidade que ela ainda está muito difícil de acontecer (Entrevistada 5, 2019, informação verbal).

(...) enquanto profissional, que estou aqui, eu já vi muita coisa, sabe?! (...) E aí, eu tento fazer essa higiene mental (...) essa é a equipe do PAIF, é uma equipe muito pequena para uma área de abrangência muito grande, então a gente acaba ficando com uma responsabilidade muito grande, a gente carrega um peso na costa muito grande. Porque, quando a família entra por aquela porta e vem aqui, ele quer que a gente faça, assim, que a gente solucione o problema deles, eles veem na gente como uma pessoa que vai solucionar tudo (...), e não é assim (...), infelizmente, não é. A gente, a gente vai orientar, a gente vai encaminhar, mas, muitas das vezes, aquela, aquela situação que aquela família tá vivendo vai continuar, entendeu? Porque não depende muito da gente, entendeu? Infelizmente. (...) A própria política de assistência social ela tem muitas falhas, né?! (...) Então, às vezes, isso chega a incomodar, sabe?! Eu, enquanto profissional, poxa, eu estou fazendo esse trabalho aqui, mas eu não vejo é (...) uma superação dessa família, porque as políticas sociais falham, né?! (...) por isso que às vezes eu chego até me emocionar, porque a gente [a equipe] quer fazer, mas não tem como, a gente fica com as mãos atadas(...) a gente faz o que a gente pode (...) aí te causa uma angústia, (...) uma frustração (Entrevistada 3, 2019, informação verbal).

Vale destacar que os cortes na política de assistência social não estão restritos ao município de Barcarena, mas acontecem em todo o território nacional. Silveira (2017) aponta, no governo Temer (2016 – 2018), medidas neoliberais que impactaram as bases estruturantes do SUAS, sendo elas: aprovação do novo regime fiscal, instituída pela Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) nº 55, de 2016, que implicou no congelamento de recursos pelos próximos vinte anos; e a aprovação e implantação do Programa Criança Feliz⁷.

No atual cenário político brasileiro, com a gestão de um governo de extrema direita, os retrocessos no campo dos direitos sociais e o desmonte das políticas sociais, de modo geral, ganharam força. Mediante os conflitos político-ideológicos e as disputas de interesses divergentes entre as classes, a assistência social tem sido associada à ideia político-partidária, ou seja, reconhecida como “política petista” (conforme relato de uma das entrevistadas que será apresentado adiante) e não como política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Desse modo, com o avanço do neoliberalismo e da ideologia ultraconservadora, as bases estruturantes do SUAS encontram-se ameaçadas, evidenciando, assim, a perda dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e o adensamento das desigualdades sociais.

Ademais, na pesquisa, foram identificados sentimentos de desvalorização, insatisfação salarial e desmotivação por parte dos profissionais que compõem a equipe dos CRAS de Barcarena. O Plano Municipal de Assistência Social (2018) tem como um dos seus objetivos contribuir para a modernização do SUAS por meio da valorização dos trabalhadores e, para atingi-lo, propõe-se construir um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCSS) aos trabalhadores da política. Entretanto, constata-se que essa meta ainda não foi alcançada. Piacesi (2013), em seu trabalho, ao tecer reflexões a respeito dos desafios para a efetivação do SUAS na região norte, afirma que a intervenção técnica exige esforços pessoal e profissional que extrapolam a própria natureza do trabalho, a carga horária prevista. Por esse motivo, as equipes técnicas consideram algumas exigências sobre a valorização ao trabalho social realizado, tais como, a segurança nos rios, salários mais compensadores, entre outras. No entanto, essas exigências são difíceis de serem atendidas pelos municípios, já que eles possuem precariedades próprias nessa realidade, como é o caso de Barcarena.

Além disso, depara-se com a rotatividade dos técnicos, o que também foi constatado nesta pesquisa. Piacesi (2013) afirma que a opção de viver em municípios mais urbanizados tem contribuído para o desencadeamento desse processo, até mesmo a contratação via concurso público não tem sido o suficiente para conter esse movimento. Aditado a isso, considera-se que a insatisfação salarial, a carga horária excessiva, o sentimento de insegurança ao realizar as atividades em determinadas localidades da Ilha, o custo com o deslocamento, tendo em vista

⁷ Criado a partir do Decreto nº 8.869, em outubro de 2016. “Art. 1º Fica instituído o Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016” (BRASIL, 2016, p. 1).

que alguns profissionais não residem em Barcarena, o desgaste físico e emocional, os desafios e limitações impostos pela própria política pública, os relacionamentos interpessoais dos técnicos, entre outros, também são elementos que contribuem para a rotatividade da equipe técnica no município de Barcarena.

Sobre a rede de serviços, observou-se uma certa fragilidade nessa articulação intersetorial proveniente das dificuldades na comunicação (LOLIS; MOREIRA, 2016). Por isso, tal como afirmou Teixeira (2013), a rede socioassistencial na Amazônia pode e deve evoluir para o campo de integração e apoio mútuo nos espaços regionais de equipamento e infraestrutura, caso contrário, enfrentará sérios problemas. Ademais, vale ressaltar que o Plano Municipal de Assistência Social de Barcarena (2018) reconhece a necessidade de melhorar a articulação entre a rede, bem como a falta de parcerias entre as associações e o poder público.

De acordo com relatos dos profissionais entrevistados, o município de Barcarena carece de políticas e projetos nas áreas de esporte, educação, lazer, trabalho e renda, principalmente, voltados ao público jovem e as mulheres. Segundo um dos entrevistados,

(...) a gente [equipe técnica] vê muito, muito adolescente, muita criança, né?! Que fica realmente ansioso ali ... e a gente [equipe técnica] não tem essas políticas, né?! E nem projetos, né?!... Para aonde a gente possa encaminhar, né, essas demandas.... então, a gente [equipe técnica] ainda fica muito à mercê só daquilo que a assistência oferece, que é muito pouco (Entrevistada 4, 2019, informação verbal).

No Plano Municipal de Assistência Social de Barcarena (2018), no item referente ao diagnóstico do município, por meio da escuta direta da população nas audiências públicas realizadas nos meses de junho e julho de 2017, bem como, por meio das deliberações da XI Conferência Municipal de Assistência Social e análise dos serviços, programas e unidades da Secretaria de Assistência Social elaborado pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial, alguns problemas sociais⁸ foram levantados e classificados em grau de importância (vital, muito importante e importante), relacionados às demandas e às necessidades do município, dentre elas, destacam-se aquelas que são relacionadas diretamente com população residente nas ilhas: a falta de projetos sociais para atender crianças e adolescentes (vital); falta de políticas públicas voltadas as crianças e adolescentes em situação de risco (vital); trabalho infantil na região das ilhas (vital); insuficiência de cursos gratuitos voltados para o público feminino e proteção da empregabilidade (vital); inclusão das mulheres no mercado de trabalho (vital); falta de

⁸ O Plano Municipal de Assistência Social de Barcarena (2018), ao referir-se as refrações da “questão social” no município, utiliza a nomenclatura problemas sociais. No entanto, a esse respeito, temos como referencial, nesta pesquisa, o entendimento de Netto (2001), no que se refere à questão social.

programas de valorização das mulheres, emprego e renda no campo e na cidade (muito importante); falta de oportunidade de trabalho para as mulheres ribeirinhas (muito importante); falta de incentivo à agricultura familiar (vital); falta de trabalho social dentro das comunidades (importante); falta de investimento na qualificação das lideranças comunitárias e nos conselhos municipais para garantir o controle social (muito importante); falta de alimentação (muito importante).

Diante disso, conclui-se que a gestão da assistência social de Barcarena conhece as necessidades e fragilidades no âmbito da política, porém, a irregularidade do repasse dos recursos, a ausência do financiamento de determinados serviços, como, por exemplo, a lancha social, a dificuldade de acesso das famílias ribeirinhas, a complexidade do território, a pluralidade cultural e étnica, a dinâmica socioterritorial, a padronização das políticas, a fragilidade da rede de serviços, entre outros, são elementos que impõe desafios para o alcance das metas e objetivos estabelecidos no documento.

Assim, apesar da política de assistência social ter avançado, ao incluir em suas normativas a perspectiva territorial, a territorialidade demanda outros aprofundamentos que precisam ser considerados em sua operacionalização (KOGA, 2015). No que diz respeito à região amazônica, o tratamento de suas especificidades requer atenção redobrada ao serem incorporadas no plano nacional (CAMPOS, 2013). Ainda, de acordo com o autor, o encontro entre mundos diferentes pode resultar em um relacionamento desequilibrado entre desiguais. Nesse caso, o mundo não hegemônico tem muito a “receber” do outro, o que também implica na possibilidade concreta de perder muito de si e aniquilar-se. (CAMPOS, 2013).

As diversas distâncias, a dispersão da população em áreas isoladas, a rede de transporte necessária para o deslocamento no território, a pluralidade étnico-cultural, a dinâmica socioterritorial etc., são particularidades que impõem desafios para a efetivação do SUAS na Amazônia. Em Barcarena, mais precisamente na Ilha das Onças, para que o trabalho da equipe técnica aconteça, é necessário: planejamento prévio, agendamento da lancha, parceria com ACS e líderes comunitários e atenção aos fenômenos das marés. Essa dinâmica exige esforço dos profissionais e revisão constante do planejamento realizado, assim como, estratégias para mobilização e divulgação das atividades do CRAS nas comunidades. Diante disso, reafirma-se a necessidade de olhares diferenciados para a região amazônica, bem como um financiamento que seja proporcional à manutenção das políticas públicas no território, em especial a política de assistencial social.

Tendo isso posto, faz-se necessária a apresentação das famílias ribeirinhas moradoras da Ilha das Onças, portanto, a seguir constará as informações colhidas na pesquisa de campo que permitem o conhecimento a respeito da realidade dessas famílias.

4.2 QUEM SÃO AS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS MORADORAS DA ILHA DAS ONÇAS

As famílias ribeirinhas encontradas no campo de pesquisa são compostas por pai, mãe e filhos biológico, sendo duas delas famílias extensas, ou seja, coabitam na mesma casa dois ou três núcleos familiares sendo também numerosas quanto ao número de filhos. Em consonância com Mioto (2003; 2010)⁹, considera-se aqui a complexidade das relações familiares, reconhecendo-as em seus aspectos históricos, sociais e político. Ademais, partilha-se com Mioto (2003) da ideia de que a família, independente das formas ou modelos que assume, ainda é o espaço privilegiado na história da humanidade, onde aprendemos a ser e conviver, gerando formas comunitárias de vida. Além disso, a família se caracteriza em um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana é geralmente marcada por conflitos, violência, desigualdades, relações hierárquicas de gênero e/ou geracionais.

Para esta pesquisa, foram entrevistadas pessoas representantes da família, totalizando dez famílias ribeirinhas entrevistadas. Desse total, cinco famílias pertencem a área de abrangência do CRAS Arapari e cinco ao CRAS Zita Cunha. As entrevistas foram realizadas em três pontos do território da Ilha das Onças: Furo das Laranjeiras, Furo Madre de Deus e Landy. O quantitativo de famílias entrevistadas por localidade foram o seguinte: cinco famílias do Furo das Laranjeiras, três do Furo Madre de Deus e duas famílias do Landy.

O que diz respeito ao estado civil dos entrevistados, todos possuem uniões estáveis ou são casados. Desse modo, participaram das entrevistas: homens, mulheres e, em duas ocasiões, o casal. A faixa etária dos participantes está entre 17 e 59 anos, conforme consta no quadro a seguir.

⁹ Cabe informar que a autora compactua com o entendimento de Mioto (2003; 2010) sobre família, considerando-a “(...) um espaço altamente complexo, que se constrói e reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como o estado, trabalho e mercado. Reconhece-se que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e redistribuição interna de recursos. Tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e, portanto, não é apenas uma construção privada, mas também pública” (MIOTO, 2010, p. 3).

Quadro 1 – Idade e sexo dos entrevistados

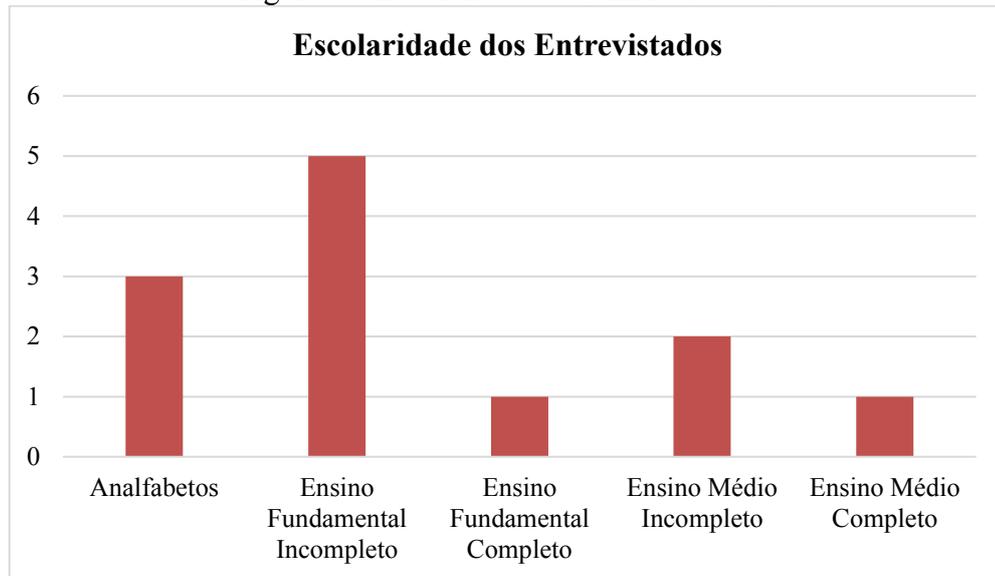
Família	Idade do entrevistado	Sexo do entrevistado
Família 1	54	Masculino
Família 2	32	Feminino
Família 3	59	Masculino
Família 4	37	Feminino
Família 5	59 / não sabe	Masculino / Feminino
Família 6	33 / 28	Masculino / Feminino
Família 7	17	Feminino
Família 8	35	Feminino
Família 9	41	Feminino
Família 10	17	Feminino

Fonte: Autora.

A partir dos dados acima, observa-se que, dentre os entrevistados, as mulheres apresentam maior número (8), no entanto, a participação masculina apresentou um número considerável (4). Mediante a isso, cabe uma reflexão a respeito dos homens enquanto usuários da política de assistência. Segundo Freitas, Braga e Barros (2010), há uma invisibilidade no âmbito acadêmico sobre os homens na assistência social. Isso por que ainda prevalece, nos discursos de profissionais e estudantes, a visão da masculinidade e dos homens como invulneráveis, como se eles não pudessem precisar de ajuda. Assim, ressalta-se a importância de considerar a participação masculina, de forma a romper com visões generalizadas dos papéis de homens e mulheres na família. Portanto, é significativa a participação destes na pesquisa, apesar de ser um número inferior comparado ao total de mulheres participantes.

Ainda referentes aos dados do quadro 1, as famílias 5 e 6 são aquelas que tiveram o casal participando da entrevista. Quando questionada sobre sua idade, a entrevistada da Família 5 não soube informar, relatando que era analfabeta. Diante desse fato, considera-se importante refletir a respeito do nível de escolaridade das famílias ribeirinhas, portanto, segue abaixo tais informações.

Figura 4 – Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Autora.

Observa-se que o nível de escolarização dessas famílias é baixo, tendo 3 analfabetos, 5 que não concluíram o ensino fundamental, 1 com o ensino fundamental completo, 2 que possuem o ensino médio incompleto e apenas 1 com o ensino médio completo. Ou seja, mais da metade dos entrevistados não possuem nem o ensino básico, evidenciando que a política de educação é bem frágil nessas regiões das ilhas.

Com relação à cor, raça e etnia, os entrevistados declararam-se: pardos (6), morenos (2), morenos claros (1), negros (1), brancos (1) e 1 entrevistado não respondeu. Destacando que os termos *moreno* e *moreno claro* foram definidos pelos próprios entrevistados. Não houve nenhum participante que se declarou como ribeirinho, indígena ou comunidade tradicional.

Assim, conforme dito anteriormente, no ato do Cadastro Único, as famílias também não se identificam como ribeirinhas. Segundo Teixeira (2013), para os povos da Amazônia terem acesso aos benefícios sociais, eles precisam negar a sua identidade. A autora cita como exemplo indígenas que, para facilitar sua aposentadoria, recusam-se a classificarem-se como *indígena*, optando pelo registro de *lavradores*. Isso demonstra, entre outras coisas, a fragilidade das políticas sociais e a invisibilidade das comunidades tradicionais perante o Estado.

Quanto à característica das famílias ribeirinhas entrevistadas algumas apresentam arranjos familiares extensos, são famílias numerosas (vide tabela 2) e, geralmente, os membros são vizinhos (filhos que casaram e residem ao lado dos pais, tios, primos). Inclusive, um dos entrevistados informa que ao lado de onde ele mora, as casas são de primos: “(...) na minha família, tudo são dessa daí, pegando essa casa daqui direto até lá, aquela última casa lá, numa

casa onde tem uma ponte lá, daqui pra lá é só família, é só primo” (Família 1, 2019, informação verbal).

Tabela 2 – Número de membros da família

Entrevistados	Nº de Membros
Família 1	3
Família 2	9
Família 3	12
Família 4	7
Família 5	5
Família 6	5
Família 7	3
Família 8	4
Família 9	4
Família 10	4

Fonte: Autora.

Esses dados mostram que as famílias ribeirinhas são relativamente numerosas. As famílias 2 e 3 têm filhos que casaram, construíram suas próprias famílias, mas continuam residindo com os pais. Contudo, as demais famílias são compostas apenas pelo casal e os filhos. A família 1 é composta pelo casal e um filho, no entanto, foi mencionado a existência de outro filho já falecido. As famílias 7 e 10 são compostas por casais jovens e filhos pequenos. E nas famílias 2, 6 e 10 há mulheres gestantes.

Na tabela a seguir, apresenta-se o quantitativo de crianças e adolescentes por família e a frequência escolar das mesmas.

Tabela 3 – Frequência escolar das crianças e adolescentes

Entrevistados	Nº de crianças	Frequenciam a escola	Não frequentam a escola	Nº de adolescentes	Frequenciam a escola	Não frequentam a escola
Família 1	0	–	–	1	1	–
Família 2	4	4	–	2	1	1
Família 3	4	4	–	1	1	–
Família 4	5	3	2	1	–	1
Família 5	0	–	–	1	1	–
Família 6	3	2	1	0	–	–
Família 7	1	–	1	1	–	1
Família 8	2	–	2	0	–	–
Família 9	0	–	–	1	1	–
Família 10	1	–	–	1	–	1

Fonte: Autora.

Sobre a tabela 3, as famílias consideradas numerosas são aquelas que apresentam maior número de crianças e adolescentes. Os dados relativos à frequência escolar são positivos, já que as crianças contabilizadas como não frequentes ainda não possuem idade escolar. Em contrapartida, a evasão escolar dos adolescentes é mais expressiva. Vale destacar que as entrevistadas das famílias 7 e 10 são adolescentes, portanto, também foram contabilizadas nesses dados. Já a Família 4, não contabilizou uma adolescente na somatória dos membros da família, entretanto, ao ser questionada sobre adolescentes frequentando a escola, a entrevistada relatou ter uma filha adolescente que, no momento, não está estudando. Acredita-se que essa adolescente não resida com a família e que, por esse motivo, não foi incluída. Nesse caso, por desconhecer a história da família, respeitou-se as respostas dadas pela entrevistada, que contabilizou 7 membros, desses, 5 são crianças, dos quais 3 estão frequentando à escola e 2 não possuem idade escolar.

Uma das razões que corrobora com a evasão escolar adolescente é a gravidez, conforme observa-se nas falas de alguns dos entrevistados: “(...) tem a minha filha que tem, que vai fazer treze ano e essa aqui também, que tá grávida, (...) ela interrompeu por causa da gravidez, a outra tá estudando” (Família 2, 2019, informação verbal). “(...) Eu engravidei, né?! Eu estava na quarta série, aí, só que eu ficava com vergonha de ir com o barrigão para a escola, aí eu não quis mais ir” (Família 10, 2019, informação verbal).

É uma situação que a gente vê bastante, meninas grávidas de treze, quatorze, né?! quinze, dezesseis, né?! Engravidando, deixando a escola, né?! Na maioria ... acabam engravidando por próprio consentimento delas mesmo, sem ser o abuso sexual, porque muitas, é, sofrem o estupro de vulnerável e acabam engravidando. Mas, na maioria das vezes, né?!, essa gravidez da adolescência acontece pelo envolvimento com algum rapaz, enfim, e começam a viver em união estável, mesmo com menor idade e com o consentimento dos pais... Na maioria das vezes, elas acabam deixando a escola e aí muitas nem retornam ... A equipe do PAIF faz uma orientação, tentando incentivar, tentando motivar ... para que ela retorne à escola, mas, na maioria das vezes, há o desinteresse mesmo nesse retorno à escola. ... E aí, é uma situação grave, porque ela acaba ficando totalmente dependente do companheiro, que, na maioria das vezes, já é maior de idade (...) E, às vezes, até mais idade mesmo, que são meninas de treze anos que se envolvem com homens de trinta, de quarenta, de cinquenta, então é a nossa realidade (Entrevistada 3, 2019, informação verbal).

Mediante os depoimentos, em especial da entrevistada 3, observa-se a matriz patriarcal que estrutura as relações hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade, gerando desigualdade entre os sexos e a dependência, da mulher e dos filhos, ao homem provedor. No que tange às famílias ribeirinhas, deve-se considerar sua formação sócio-histórica. Como visto, no período colonial, os indígenas que habitavam Barcarena foram colonizados e catequizados pelos padres jesuítas, portanto, os valores religiosos, principalmente a doutrina católica, foram fortemente difundidos entre eles. Dessa forma, os conflitos e desigualdades presentes no cotidiano das famílias ribeirinhas, pode ser compreendido a partir dessas transformações societárias, políticas e econômicas, que incidiram profundamente na cultura, hábitos, costumes e crenças dos indígenas, modificando suas relações, pois passaram a reproduzi-las socialmente. Assim, o casamento precoce e a gravidez na adolescência são percebidos pelas famílias ribeirinhas como uma realidade natural, tal qual as desigualdades e conflitos vivenciados no ambiente familiar.

Além da gravidez na adolescência, o trabalho infantil também pode ser considerado como uma possível explicação à evasão escolar dos adolescentes, uma vez que as crianças e adolescentes iniciam desde cedo o trabalho do extrativismo com a coleta do açaí. Realidade fortemente presente no cotidiano das famílias moradoras das ilhas em Barcarena. Sendo essa a percepção dos profissionais entrevistados: “(...). Por ser uma região... culturalmente... de famílias extrativistas, né?! Então tem muito essa demanda, das crianças já iniciarem o extrativismo desde muito cedo” (Entrevistada 4, 2019, informação verbal).

(...) Nós temos algumas famílias que incentivam crianças no trabalho infantil, principalmente, é, na colheita do açaí, né?! São crianças que passam por situações de risco social ou pessoal, devido a subir no açaizeiro, aí todo aquele risco de... cair, enfim. E fora a situação que expõe essa criança, porque, muitas das vezes, eles ficam fora da escola, né?! aí já causa toda essas situações que não é só criança, é adolescente também, né?! (Entrevistada 3, 2019, informação verbal).

Assim como a gravidez na adolescência e o casamento precoce, o trabalho infantil é compreendido pelas famílias ribeirinhas como uma realidade natural. O açaí é a principal fonte de renda dessas famílias, para elas, a participação das crianças e adolescentes na coleta do fruto seria, então, uma maneira de contribuir para o sustento da família. No entanto, conforme visto na fala da Entrevistada 3, ao fazê-lo, expõe-se essas crianças e adolescentes a perigos, como, por exemplo, um acidente ao cair do açaizeiro, além de propiciar a evasão escolar.

A respeito da moradia, todas as famílias entrevistadas informaram possuir casa própria construída por elas mesmas. No item 2.1 que compõe este trabalho, foram descritas as estruturas das moradias ribeirinhas. No entanto, para uma melhor ilustrar essa realidade, apresentar-se-á, a seguir, imagens tomadas na pesquisa de campo.

Figura 5 – Moradia ribeirinha em Barcarena-PA



Fonte: Autora.

Figura 6 – Estrutura da habitação ribeirinha em Barcarena-PA



Fonte: Autora.

Figura 7 – Moradia ribeirinha com uma embarcação utilizada como meio de transporte em Barcarena-PA



Fonte: Autora.

As residências às margens dos rios são estruturadas a partir da própria localização geográfica, com rampas de acesso. Geralmente, são casas com poucos cômodos, feitas de

madeira ou de tijolos, sendo que, em algumas moradias, utilizam-se lençóis ou cortinas para dividir os compartimentos internos ou como portas improvisadas. O banheiro, comumente, fica na parte externa da casa. No entanto, as condições sanitárias são, em sua maioria, precárias.

Retomando à questão do trabalho e renda das famílias ribeirinhas, como foi dito anteriormente, são trabalhos, em sua maioria, extrativistas, sendo a coleta do açaí o principal deles. As figuras 8 e 9 são referentes ao açaizeiro e ao açaí cultivado nas ribeirinhas na Ilha das Onças, respectivamente.

Figura 8 – O açaizeiro em Barcarena-PA



Fonte: Autora.

Figura 9 – Açaí maduro coletado no Furo das Laranjeiras, na Ilha das Onças em Barcarena-PA



Fonte: Autora.

A renda das famílias está diretamente ligada à safra do açaí, que acontece no primeiro semestre do ano, momento em que se obtém o melhor faturamento. E quando as entrevistas foram realizadas (novembro de 2019), as famílias estavam vivendo o período de entressafra e, por isso, dificuldades na obtenção da renda. A seguir, consta, detalhadamente, as informações sobre o trabalho e a renda de cada família ribeirinha entrevistada.

A Família 1 trabalha com açaí e é beneficiária do Programa Bolsa Família, e, segundo eles, possuem uma renda mensal total de quatrocentos reais, dos quais, cento e cinquenta é referente ao lucro do açaí e duzentos e cinquenta do PBF:

(...) olha, na minha família aqui é só o açaí mesmo! (...) Com o miriti aqui, a gente só trabalha pra boia [alimentação], se pega setenta, pega cinquenta (...) olha, numa época como essa, numa fase, cento e cinquenta reais, eu calculo cento e cinquenta reais (...) é por mês, porque o mês são 30 dias, né?! (...) É duzentos e cinquenta do bolsa família, fora o negócio, alimento aqui dentro de casa, fora outras coisas que faltam (...) (Família 1, 2019, informação verbal).

O entrevistado também relatou que tentou aposentar sua companheira que tem epilepsia, no entanto, seu pedido não foi aprovado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Na Família 2, apenas duas pessoas exercem atividade remunerada, a entrevistada e o genro, ambos trabalham com a coleta do açaí. O companheiro da entrevistada está com problemas de saúde, por conta disso, há seis anos está impossibilitado de trabalhar, ela contou que gostaria de conseguir um benefício para ele. Segundo depoimento, o companheiro apenas debulha e carrega o açaí, mas não consegue subir no açazeiro, portanto, quem realiza esse trabalho é a própria entrevistada.

Sobre a renda, a família calcula receber, somando o benefício do PBF, entre seiscentos e setecentos reais por mês:

(...) olha, dá em torno de uns setecentos reais, porque o bolsa família é trezentos e... era trezentos e oitenta e dois, aí abaixou, foi pra trezentos e cinquenta. Aí, a minha renda é trezentos por mês, que eu faço, é bem baixa (...), dá quase setecentos. É seiscentos e pouco com o bolsa família (Família 2, 2019, informação verbal).

A partir da apresentação das Famílias 1 e 2, principalmente da Família 2, observa-se que a coleta do açaí requer um trabalho braçal que envolve os membros da família. Ademais, ao apanhar o açaí, as famílias se expõem a riscos, pois é preciso subir até o topo da árvore para colher o fruto, além de ser necessário um instrumento cortante para retirar o cacho de açaí. Outro ponto que merece ser destacado aqui é a concessão de benefícios pela previdência social, já que ambas as famílias possuem membros que apresentam complicações na saúde e, por isso, necessitam de um seguro social. A Família 1 procurou o INSS, porém, teve seu pedido negado, e a Família 2 não chegou a fazê-lo, mas demonstrou interesse em obtê-lo. Diante disso, nota-se a burocratização das políticas sociais, principalmente da previdência social, negando direitos, além da dificuldade de acesso das famílias ribeirinhas.

Segundo o informante da Família 3, dois dos membros encontram-se empregados: sua esposa, como merendeira em uma escola municipal e o seu filho, como embalador em um supermercado em Belém. Portanto, a renda da família corresponde a dois salários mínimos, sendo insuficiente para manter o sustento da família que é numerosa - possui doze membros. Além disso, o entrevistado alegou que sua esposa teve o benefício do PBF cortado.

Na Família 4, apenas o companheiro da entrevistada exerce atividade remunerada, trabalha na coleta do açaí. Com a venda do fruto, arrecada, em média, cem reais por semana, num total de quatrocentos reais por mês. Além disso, a participante conta com o benefício do PBF no valor de quinhentos e vinte e seis reais.

A Família 5 também trabalha na coleta do açaí, na entressafra, recebe, em média, trezentos reais semanais, enquanto no período da safra os entrevistados disseram receber mil e duzentos reais. Além disso, são beneficiários do PBF, porém, não informaram precisamente o valor do benefício, apenas afirmaram receber cerca de duzentos reais:

(...) Olha, aqui depende da... aqui é por safra, né?! (...) tem tempo que a gente faz um bom dinheirozinho, mas tem tempo que... agora acabou o açaí, está só aguentando aí o da boia [alimentação], mas dá aí pra puxar uns trezentos por semana ainda (...) é, o bolsa família dela dá duzentos e pouco, mas aí é por mês, né?! (...) Olha, no tempo do açaí, a gente puxa uma faixa de mais de mil e duzentos reais (...) É um salário, é, dá pra viver, graças a Deus! (Família 5, 2019, informação verbal).

Quanto ao trabalho e renda da Família 6, obteve-se a seguinte informação: o entrevistado é autônomo, trabalha como pescador, a entrevistada também é pescadora, além disso, são beneficiários do PBF. Sobre a renda, eles relataram que o valor mensal da soma de todo lucro obtido varia entre quatrocentos e seiscentos reais.

Na Família 7, apenas o companheiro da entrevistada exerce atividade remunerada, trabalha na coleta do açaí. A renda mensal da família é de cem reais mensais, sendo informado pela participante que ainda não conseguiu o benefício do PBF devido a problemas na documentação do companheiro. Na concepção dela, o valor sua renda é “(...) *hum... pouca! Cem reais (...) muito pouca, a gente da ilha ganha muito pouco, que não trabalha assim*” (Família 7, 2019, informação verbal). Além disso, ela relata que o pai é quem ajuda no sustento da casa.

(...) É porque ele [o companheiro] não ganha muito, agora chegou o inverno, pra cá já chegou o inverno, aí não está nem tirando o açaí mais. Aí, quem me ajuda muito é o meu pai, quem me ajuda muito é o meu pai, compra as coisas pra ela [filha da entrevistada, um ano de idade], pra nós (Família 7, 2019, informação verbal).

A partir desse depoimento, pode-se observar a existência da rede de solidariedade familiar nas comunidades ribeirinhas, conforme também constata Arenz (2000) em seu estudo. Segundo Sarti (1994), em seus estudos sobre famílias pobres, essas famílias se constituem não como um núcleo, mas como uma rede, a qual consiste em um suporte e/ou apoio que envolve redes mais amplas de parentesco. E essa solidariedade, de acordo com Meil (2011 *apud* Mioto, 2016), consiste em um conjunto de normas e práticas de ajuda mútua entre os membros da família que possui várias dimensões, indo desde compartilhar responsabilidades, como cuidar dos filhos, até auxílios materiais, financeiros etc. São ações solidárias de dar e receber sem imposição, mas com expectativas de reciprocidade no futuro. Desse modo, Mioto (2016) alega que, no interior dessa solidariedade familiar, estabelece-se também uma solidariedade afetiva, cujo caráter subjetivo sustenta, em vínculos de pertencimentos, agregando sentimentos positivos e recíprocos entre os membros.

E a respeito dessa rede de cooperação e solidariedade presente nas famílias ribeirinhas, Alencar (1993, p. 74) afirma que:

a família, enquanto uma unidade de produção e de consumo, enquanto uma totalidade, está centrada em fortes valores, como a cooperação e a solidariedade entre seus membros. Tais valores são necessários para sua continuidade enquanto grupo e para realização de um projeto de vida.

Nesse contexto, a própria solidariedade pode ser entendida como estratégia de sobrevivência dessas famílias, mediante a retração do Estado nas suas responsabilidades sociais (NEVES; SANTOS, 2016).

Por sua vez, quando questionada sobre os trabalhos executados e a renda familiar, a Família 8, informou que a entrevistada antes trabalhava na prefeitura do município, porém, por questões políticas, foi demitida, desse modo, o esposo tornou-se o único provedor da família, trabalhando na roça. Além disso, ela relatou que teve o benefício do PBF cortado há dois anos, sendo o valor mensal da renda familiar duzentos reais. Diante disso, a participante ressaltou que as perdas do benefício e, principalmente, do seu emprego comprometeram o sustento da família:

(...) O que o meu marido ganha não dá para as nossas coisas, então meus filhos precisam calçar, se alimentar, vestir, né?! eu principalmente, meu marido, né?! e não dá, entendeu? Então, quer dizer que o meu bolsa família faz muita falta nesse sentido, porque o que ganhava dava e agora foi cortado, e, e às vezes eu vou procurar, só falam que eu tenho que esperar, esperar... E às vezes falta, entendeu? Falta alimentação, mas até que o Senhor não tem deixado faltar nada pra gente, né?! Ele tem nos ajudado, porque se não fosse Deus na nossa vida, a gente num, não seria nada. (...) antigamente, eu trabalhava pra prefeitura, mas aí a pessoa é por candidato, né?! [se] a pessoa tem um candidato forte, tu vais ficar lá. E às vezes, as pessoas fuxicam [fofocam] pra cá, fuxicam [fofocam] pra lá e vai e vai... até que eu saí, aí foi uma, uma perda muito grande assim que teve, porque o pouco que tinha, que eu ganhava, dava. Mas aí, depender agora só do marido é difícil, muito difícil, mas... é isso! (Família 8, 2019, informação verbal).

As falas dessas famílias ribeirinhas revelam uma sobrecarga existente diante da desresponsabilização do Estado com a proteção social, em especial às mulheres ribeirinhas. Segundo Duque-Arrazola (2006), os cortes nas políticas e serviços sociais públicos intensificam as funções, tarefas e responsabilidades das mulheres/mães com o trabalho doméstico da reprodução. No caso da Família 8, além da sobrecarga, principalmente da entrevistada, observa-se relações de apadrinhamento político na obtenção de empregos e cargos. Esses postos de trabalho são, em geral, temporários e têm os direitos trabalhistas minimizados. Vale ressaltar que tal realidade não é exclusiva do município de Barcarena, mas de vários municípios que pertencem à região amazônica. Além do apadrinhamento, relações de poder, como primeiro

damismo, estão fortemente presentes no âmbito sócio-político em diversas cidades no interior da Amazônia (TEIXEIRA, 2013; MARTINS JÚNIOR, 2018).

A entrevistada da Família 9 relatou que seu esposo trabalha com o açaí e ela como pescadora de camarão, alegando que possui a carteira de pescadora. Além disso, é beneficiária do Programa Bolsa Família. Quando questionada a respeito da renda familiar, respondeu que o valor mensal é de, aproximadamente, quinhentos reais. Ademais, acrescentou que anteriormente trabalhava como cozinheira em uma escola durante um ano, mas, atualmente, necessita de um emprego.

(...) Olha, eu necessito de um emprego, eu já estava bem andando atrás de um emprego, que eu trabalhei um tempo aqui na escola, mas só que foi só um ano. Aí parei, aí não trabalhei mais, aí eu estou necessitando agora de uma vaga (...) tem muito emprego... pra vir pra gente, mas a gente nunca consegue, [como por exemplo] barqueiro de... água. A gente não tem barco, mas assim, se a gente arrumasse um no nosso nome, a gente arrumaria um barco e ficaria passando... água, até aluno mesmo, porque o açaí ele tem a época, né?! (...) quando ele acaba, a gente fica sem ter aquela renda, entendeu? (...) a gente depende só daquele pouquinho que a gente ganha do bolsa família, da pesca, né?! depende disso aí (Família 9, 2019, informação verbal).

Nesse depoimento, evidenciam-se formas de trabalhos particulares à realidade ribeirinha, pois, a prefeitura de Barcarena contrata alguns barqueiros para levar água até as comunidades, uma vez que a água do rio não é própria para consumo. No entanto, para exercer essa função é necessário possuir uma embarcação própria e registrada, o que, somado à condição financeira das famílias ribeirinhas, inviabiliza o exercício do trabalho como barqueiras.

A Família 10 possui apenas uma pessoa que exerce atividade remunerada, o companheiro da entrevistada, que trabalha na coleta do açaí. Já a renda mensal corresponde à cento e setenta reais. Ela informou que fez sua inscrição no Programa Bolsa Família e está aguardando para receber o benefício. No entanto, a solicitação não foi realizada no CRAS de Barcarena, mas no município de Marituba. Segundo o relato, a entrevistada é natural do município de Belém, portanto, seus documentos foram retirados na sua cidade natal e, ao acessar a política de saúde em Barcarena, teve seu cartão SUS recusado, sendo necessário trocá-lo para receber o atendimento. Por conta dessa experiência, e com receio de ter seu pedido do PBF negado, a entrevistada optou por solicitá-lo em Marituba, cidade em que reside sua família materna. Esse fato evidencia as fragilidades da rede de serviços e a focalização das políticas públicas. As famílias são usuárias de várias políticas sociais (saúde, assistência, educação, habitação, entre outras), porém, a desarticulação entre elas fraciona o atendimento de suas necessidades, intensificando, assim, as dificuldades de acesso aos serviços sociais públicos, como foi o caso dessa família.

Diante da realidade econômica dessas famílias ribeirinhas, considera-se o Programa Bolsa Família como importante componente na renda familiar. A esse respeito, Sitcovsky (2010) afirma que os benefícios pagos pela política de assistência social têm gerado impactos econômico-sociais na vida das famílias atendidas, permitindo-lhes, mesmo que de maneira precária, acesso aos bens de consumo. Entretanto, não representa uma melhora significativa em suas condições de vida. Além disso, os programas de transferência monetária acabam assumindo um importante peso na renda, quando não se torna a única fonte de renda da família. No que tange às famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, essa afirmação é bastante pertinente, pois, como foi dito anteriormente, o açaí é a principal fonte de renda, no entanto, o período da safra se dá no primeiro semestre, estendendo-se até agosto/ setembro, após essa fase, as famílias sentem dificuldades para garantir seu sustento. Então, o Programa Bolsa Família vem a ser um benefício de suma importância para as famílias, apesar de mantê-las na condição de pobreza.

Assim, com tudo o que fora exposto, conclui-se que as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças encontram-se em condições de subalternidade. O desemprego, moradias precárias, baixa escolaridade, a fadiga, alimentação insuficiente e debilidades na saúde são impactos destrutivos do sistema capitalista na vida das populações empobrecidas (YAZBEK, 2003). Diante disso, as famílias ribeirinhas lutam cotidianamente pela sobrevivência, utilizando-se de estratégias ou da solidariedade, como visto no relato da Família 7.

Dadas as condições de pobreza em que se encontram, o Programa Bolsa Família assume um importante peso na renda familiar, apesar de não promover melhoras significativas na condição de vida das famílias. E, tendo em vista a padronização das políticas públicas (TEIXEIRA, 2008), observa-se apenas o atendimento pontual das necessidades sociais das famílias ribeirinhas ou mesmo a negação de direitos. Evidenciando, assim, a invisibilidade dessas famílias, bem como as comunidades tradicionais, perante o Estado. Pois, conforme apresentado, para se ter acesso a determinados benefícios, como a aposentadoria, os indígenas precisam negar sua identidade cultural, a ponto de tornar-se natural o não reconhecimento. Dessa forma, além de desconsiderar as famílias ribeirinhas e as comunidades tradicionais de modo geral, no âmbito das políticas sociais, o Estado intensifica a exclusão social.

Após a apresentação da assistência social em Barcarena e das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças, em consonância com o objetivo norteador da pesquisa, na seção seguinte, discorrer-se-á sobre as condições de acesso dessas famílias à política de assistência social, em especial, aos serviços da proteção social básica.

5 O COMPLEXO PERCURSO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA ILHA DAS ONÇAS AOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesta seção, apresentar-se-ão os percalços que as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças vivenciam para acessar os serviços da política de assistência social no município de Barcarena. Para isso, foi dividida em dois subitens: no primeiro, denominado *O olhar das famílias ribeirinhas sobre o acesso aos serviços da assistência social*, discorrerá sobre as principais demandas das famílias, o complexo percurso até o CRAS, com destaque às barreiras de acesso (geográficas, informacionais, organizacionais, financeiras e culturais). No segundo, *O olhar da gestão e equipe técnica sobre o acesso das famílias ribeirinhas aos serviços da assistência social*, como o próprio título sugere, consta a visão da equipe técnica e da gestão mediante a realidade ribeirinha no acesso a política de assistência social, ademais, aqui serão apresentados os serviços e programas destinados às famílias moradoras das áreas das ilhas, em especial às moradoras da Ilha das Onças.

5.1 O OLHAR DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS SOBRE O ACESSO AOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Como visto anteriormente, para Travassos e Castro (2008), o acesso intermedia a oferta, a procura e a entrada no serviço. Nesse sentido, para compreender o percurso das famílias ribeirinhas à política de assistência social é necessário, primeiramente, conhecer os motivos que levaram as famílias buscarem os serviços ofertados pelo CRAS.

De acordo com relatos da equipe técnica, o contato inicial com as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças é resultado de demanda espontânea e busca ativa. No entanto, os profissionais do CRAS Zita Cunha alegaram que a demanda espontânea prevalece. Em contrapartida, os profissionais do CRAS Arapari afirmaram que as comunidades mais próximas da unidade como, por exemplo, o Furo das Laranjeiras, as famílias vêm a procura dos serviços, no entanto, nas localidades mais distantes do CRAS, tais como, o Furo do Nazário, o Piramanha Alto e o Piramanha Baixo, é por busca ativa. Nas comunidades em que há articulação com a política de saúde, como no Furo do Nazário, por exemplo, ao finalizar a atividade prevista (oficina, palestra, entre outros), a UBS cede uma sala para a equipe técnica realizar o atendimento

psicossocial com as famílias ribeirinhas. Além disso, a busca ativa também se dá mediante descumprimento das condicionalidades¹⁰ do PBF nos CRAS Arapari e Zita Cunha.

No que diz respeito às principais demandas e necessidades sociais apresentadas pelas famílias ribeirinhas, ambas as unidades socioassistenciais declararam que os benefícios eventuais, o auxílio maternidade e o auxílio alimentar – o segundo é procurado, principalmente, no final da safra do açaí, momento em que as famílias passam por dificuldades na obtenção da renda – e o Cadastro Único são os serviços que apresentam maior procura pelas famílias ribeirinhas da Ilha das Onças. Além dessas demandas, as equipes também elencaram: o trabalho infantil, insegurança alimentar, descumprimento de condicionalidades do PBF, solicitação de encaminhamentos para a emissão de documentos civil, orientações a respeito de atualização do Cadastro Único, conflitos familiares, entre outros. A equipe técnica do CRAS Arapari relatou que, devido à grande demanda, os critérios a seguir são utilizados para a concessão dos benefícios eventuais: famílias que não são beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda, tais como PBF e Benefício de Prestação Continuada (BPC); pessoas enfermas na família; famílias com pessoas portadoras de deficiência, idosas e/ou crianças; famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, famílias com pessoas desempregadas.

Entretanto, a equipe declarou que mesmo aquelas famílias que são beneficiárias do PBF ou BPC, é concedido os benefícios eventuais do CRAS, uma vez que os valores monetários desses programas são insuficientes para manter a família, sendo, portanto, uma renda complementar. Assim, observa-se as práticas pontuais, fragmentas e focalizadas da política de assistência social, mediante o provimento dos *mínimos sociais* no atendimento das necessidades sociais básicas, tal como problematizou Pereira-Pereira, 2002.

Quando perguntadas sobre o que as motivou a procurarem o CRAS, as famílias ribeirinhas responderam o seguinte: a família 1 foi em busca do auxílio alimentação; a família 2 procurou o CRAS para solicitar o bolsa família e o acompanhamento psicológico; as famílias 3 e 4 foram em busca do auxílio alimentação; a família 5 queria solicitar o bolsa família; a família 6 procurou o CRAS para o atualização cadastral no Cadastro Único e no bolsa família - essa família pertence ao território de abrangência do CRAS Zita, porém participou de uma oficina para grávidas realizada pelo CRAS Arapari, onde lhes foi concedido o auxílio maternidade - a família 7 procura o CRAS para solicitar o bolsa família; a família 8 foi em

¹⁰ Para receber o benefício do Programa Bolsa Família, as famílias se comprometem a matricular e manter a frequência escolar das crianças e adolescentes, bem como com a vacinação, pesagem das crianças e pré-natal, no caso das gestantes.

busca benefícios eventuais, auxílio alimentação e maternidade e para solicitar o bolsa família; a família 9 procura o CRAS para atualização cadastral, recadastramento do Cadastro Único e bolsa família; e, por fim, a família 10 procurou o CRAS no município de Marituba para solicitar o bolsa família, além disso, a representante entrevistada informou ter recebido auxílio maternidade do CRAS de Barcarena por intermédio da ACS. Todas as famílias entrevistadas alegaram terem sido atendidas no que buscavam no CRAS, contudo, as famílias 7 e 8 não conseguiram o benefício do bolsa família e a família 10 está aguardando para receber o benefício.

A respeito da família 6, no ato da entrevista, identificou-se que a família desconhecia a divisão socioterritorial dos CRAS Zita Cunha e Arapari, assim, quando necessitam realizar o recadastramento procuram o CRAS Zita Cunha, já que a unidade está localizada na sede de Barcarena e, portanto, é a mais próxima. No entanto, essa família participou da oficina das grávidas realizada pelo CRAS Arapari e teve o auxílio maternidade concedido, isso porque a família, através de meios informais, tomou conhecimento de que o CRAS iria realizar uma oficina e disponibilizar o benefício eventual e, por se tratar de uma necessidade básica, resolveu participar da atividade. Posteriormente, a equipe técnica do CRAS Arapari relatou que, apesar dessa família não pertencer ao seu território de abrangência, concedeu-se o benefício por reconhecer as dificuldades de acesso aos serviços e por entender que o auxílio maternidade se tratava de uma necessidade básica deles naquele momento.

Diante disso, constatou-se que são as necessidades sociais a condição primeira pela procura dos serviços e o acesso é um elemento mediador no atendimento ou não dessas necessidades. A partir as declarações das famílias entrevistadas, constatou-se que os benefícios eventuais, auxílios alimentação e maternidade, principalmente o auxílio alimentação, a solicitação do bolsa família e o recadastramento são os serviços mais demandados, tal como afirmaram os profissionais dos CRAS entrevistados. Isso significa dizer que essas famílias apresentam necessidades sociais que são básicas, ou seja, essenciais para a vida humana (PEREIRA-PEREIRA, 2002).

No ato da entrevista com as famílias ribeirinhas, quando perguntadas quais suas principais necessidades atualmente, as respostas foram: “(...) negócio do alimento aí, né?!... A minha coisa pessoal era resolver logo aquele problema lá do terreno do meu pai, lá no Embaú” (Família 1, 2019, informação verbal). “(...) Hoje em dia, era me ajudarem a conseguir um benefício para o meu marido (...) ele tem um problema na perna, já faz seis anos já que ele vem pelejando com essa perna, ainda não conseguiu descobrir o que tem” (Família 2, 2019, informação verbal). “Olha, no momento, a minha vontade é não deixar faltar nada, né?! Quando

chegar na hora de ter na mesa, eu quero ver ter alguma coisa” (Família 3, 2019, informação verbal).

Eu acho que todas! É porque eu recebo só por mês, né?! E ele [o companheiro], como agora não tem açaí pra ele tirar, muitas vezes, a gente depende do CRAS, porque quando vem a cesta, ajuda bastante... Ai já vem um leite, pra mim fazer pros meus filhos tomar de manhã, já vem a bolacha... Olha, que nem hoje, hoje nós já almoçamos, mas a gente não sabe se vai jantar, como não tem açaí... (Família 4, 2019, informação verbal).

“Olha, hoje, eu vou lhe falar logo a verdade, aqui o que tá faltando... aqui é uma embarcação... É uma embarcação! Uma energia, isso que não temos aqui” (Família 5, 2019, informação verbal). “Tô quase falando todas!... Preciso de uma cesta... O que ela [filha de um ano da entrevistada] gasta mais é fralda, mingau, todo o dia tem que comprar” (Família 7, 2019, informação verbal). “Ah, é difícil! São tantas coisas... que meu marido ganha pouco, né?! E eu sem bolsa família. Quando vinha meu bolsa família, era ótimo, porque ainda era um dinheiro melhor, né?! Que entrava e dava pra suprir, né, mas agora tá difícil” (Família 8, 2019, informação verbal).

(...) um emprego e escola, porque tem o problema dessa ponte aqui, ela não deu dois anos e já tá quebrando... eles [os estudantes] não chegam a tempo na escola ... chegam, mas atrasado ou às vezes nem vão. E barqueiro também... Ele teve muita falta esses dois meses passados aí. Ai eles [estudante] tiveram muita falta de trabalho [escolar]... foi essa dificuldade... ela [a filha da entrevistada] tá achando que não vai passar [para a próxima série escolar] por causa disso, por causa desse trabalho que eles perderam” (Família 9, 2019, informação verbal).

“(...) é mais coisa do neném. Assim, a gente... nunca passamos por necessidade de nada, né?! Porque ele [o companheiro da entrevistada] sempre foi esforçado... agora... ele, estamos começando a comprar, né, já as coisas [para a chegada do bebê] ... É só isso mesmo que falta” (Família 10, 2019, informação verbal).

Ao observá-los respondendo a essa pergunta, em específico, constatou-se reações diversas: uns sorriam, alguns apresentavam timidez e outros respondiam naturalmente. Cabe ressaltar que, antes de iniciar a entrevista, fizeram-se os devidos esclarecimentos quanto ao Termo de Consentimento, assim, todos os entrevistados foram participativos, respondendo abertamente as questões apresentadas.

Com relação aos depoimentos, notou-se que a alimentação é a principal necessidade social apresentada pelas famílias ribeirinhas entrevistadas. Portanto, faz-se necessário refletir sobre a concessão de alimentos junto à assistência social e o papel que esse benefício eventual vem cumprindo na política.

Segundo Bovolenta (2017), tal prática é um legado histórico da assistência social identificada desde as primeiras formas de prestação de auxílios e permanece, em grande parte, até os dias de hoje como incumbência dessa área. De acordo com a autora, a alimentação não é uma necessidade eventual, como caracteriza essa forma de benefício, mas sim permanente e contínua, visto que o ser humano precisa se alimentar todos os dias. A alimentação é um direito humano fundamental, portanto, é dever do Estado garanti-lo à população, o que requer atenção estruturada e integrada no porte das políticas públicas. Nesses termos, Bovolenta (2017) afirma que a provisão de cestas básicas, enquanto benefício eventual da assistência social, pode ser compreendida como uma estratégia para camuflar a negligência e omissão do Estado, atendendo, de forma imediata, ao indivíduo, sem responder de fato à demanda que ele apresenta.

É possível pensar na provisão de alimentos no âmbito da assistência social em casos esporádicos, como, por exemplo, diante de uma calamidade pública ou emergência. No entanto, geralmente, não é assim que acontece. A alimentação possui, muitas vezes, atenção permanente (BOVOLENTA, 2017). Nessa perspectiva, Piacesi (2013) entende que é necessário potencializar as ações de segurança alimentar e nutricional, entendendo-a, enquanto política transversal, capaz de agregar diversos órgãos de distribuição e produção, assim como as instituições da sociedade civil, para garantir o direito da população ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade.

No que diz respeito às necessidades sociais, a partir dos depoimentos acima, evidencia-se que cada família apresenta necessidades particulares, mas que são comum a todos, tal como afirmou Pereira-Pereira (2002), cujo atendimento pode ser viabilizado pelas políticas sociais, são elas: desemprego, insegurança alimentar, escolas, energia elétrica, embarcação para o deslocamento nos rios, construção ou reforma de pontes, benefícios sociais - tais como, auxílio doença, aposentadoria, Programa Bolsa Família-, amparo à maternidade e à primeira infância, entre outros. No entanto, o que verificou-se foi a invisibilidade das famílias ribeirinhas perante o Estado e a penalização delas na desproteção social.

A partir dessas afirmações, cabe aqui refletir a respeito da centralidade da família nas políticas sociais. Segundo Teixeira (2015), na atualidade, há uma tendência na esfera das políticas sociais e econômicas, tanto nacionais como internacionais, em ressaltar a centralidade da família como objeto, sujeito e instrumento das políticas públicas. De acordo com Mioto (2003), essa discussão tem se encaminhado a partir de duas perspectivas distintas: a chamada familista e a centralidade da família nas políticas. A primeira, familista, ancora-se na premissa que existem dois canais “naturais” para a satisfação das necessidades dos cidadãos: via mercado (trabalho) e a família. E, somente quando essas instâncias “falham com o seu papel” é que o

Estado intervém, de maneira temporária, através das políticas públicas. Sendo essa ideia de falência das famílias para com o cuidado de seus membros, geralmente, “medida pela sua incapacidade em buscar, gerir e otimizar recursos, que implica em grande medida na relação com a esfera de trabalho” (MIOTO, 2010, p. 5). Além disso, associa-a também à incapacidade de desenvolver estratégias de sobrevivência e mudanças no estilo de vida, por não saberem administrar os recursos e por não se articularem às redes solidárias.

Tais afirmações são bastantes pertinentes no que tange às famílias ribeirinhas, como exemplo, têm-se as situações de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família. Pensando que o barqueiro é o responsável pelo transporte das crianças e adolescentes para a escola, na ausência dele, os estudantes sentem dificuldades em se deslocar, uma vez que muitas famílias não possuem embarcação própria, em situações como essa, a falta escolar é contabilizada e não justificada, conseqüentemente, as famílias têm o benefício suspenso. Ou seja, as famílias ribeirinhas são consideradas “negligentes” e, por isso, são punidas pela própria ordem estrutural do sistema social que as excluí. Nesse sentido, é importante considerar o desenho das políticas sociais, pois a realidade das famílias ribeirinhas não condiz com os moldes padronizados das políticas que, no exemplo citado, refere-se à política de educação. A punição das famílias com a suspensão do benefício, decorrente da falta escolar das crianças e adolescentes, compromete o sustento das mesmas, tendo em vista que o Programa Bolsa Família possui um grande peso na renda familiar dessas famílias.

Já a segunda perspectiva parte do pressuposto de que “(...) para a família proteger é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para a proteção” (MIOTO, 2003, p. 5). Portanto, a formulação das políticas deve pautar-se no atendimento às necessidades familiares estabelecidas no cotidiano. No caso das famílias ribeirinhas, para atender às suas necessidades sociais, tais políticas precisam considerar as particularidades do território amazônico: a pluralidade territorial (mosaico de ilhas, estradas, áreas ditas urbanas e rurais), as distâncias entre uma localidade e outra, a rede de transporte necessária para o deslocamento, implicando em um financiamento diferenciado, as diversas culturas e etnias, os conflitos por terra etc. Em outras palavras, é preciso uma aproximação da realidade para, então, elaborar políticas que atendam às necessidades sociais dos povos da Amazônia.

Ao elencar as barreiras de acesso nos serviços de saúde, Travassos e Castro (2008) afirmam que a informação é uma dimensão essencial para o acesso aos serviços. Diante disso, perguntou-se às famílias ribeirinhas se elas conheciam os serviços ofertados pelo CRAS e como tomaram conhecimento dos mesmos, assim, a seguir consta o que cada família respondeu a

respeito. A família 1 não soube dizer ao certo como tomou conhecimento sobre os serviços do CRAS, apenas comunicou que foi espontaneamente até a unidade e conversou com os profissionais, no entanto, é possível que tenham obtido informações sobre o CRAS por intermédio de vizinhos, uma vez que o entrevistado comentou que a vizinhança conhece o trabalho do CRAS devido às visitas realizadas pela equipe técnica e à atualização do Cadastro Único que as famílias precisam fazer anualmente. A família 2 informou que obteve conhecimento através dos próprios profissionais do CRAS, através das visitas e palestras que realizam. Já família 3 não disse a forma pela qual tomou conhecimento dos serviços ofertados, apenas comentou que a família estava sem alimentação e foi até a unidade solicitar o auxílio. A família 4 afirmou que foi através da Assistente Social que tomou conhecimento dos serviços do CRAS, e quando questionada sobre quais serviços conhecia, respondeu: auxílio alimentação e PAIF. A família 5 alegou não conhecer os serviços ofertados pelo CRAS, mas informou que buscou informações sobre como solicitar o benefício do PBF e, após obtê-las, procurou a unidade socioassistencial. A família 6 utilizou a expressão “boca-a-boca” para responder a forma pela qual tomou conhecimento dos serviços do CRAS. A família 7 disse desconhecer os serviços ofertados pelo CRAS. A família 8 afirmou que conhece apenas os serviços aos quais foi buscar: os benefícios eventuais (auxílio alimentação e maternidade) e o Programa Bolsa Família, sendo que a entrevistada tomou conhecimento desses serviços por intermédio de colegas e do presidente comunitário. A família 9 informou que conhece alguns serviços e passou a conhecê-los através das visitas realizadas pelas equipes técnicas do CRAS e da ACS que se localizam próximos à entrevistada. E, finalmente, a família 10 afirmou desconhecer os serviços ofertados pelo CRAS.

De modo geral, observou-se que as famílias ribeirinhas entrevistadas possuem a visão da unidade socioassistencial atrelada à concessão dos benefícios eventuais, mais precisamente do auxílio alimentação e do Programa Bolsa Família, desconhecendo, assim, o trabalho social desenvolvido pelo CRAS e os demais serviços ofertados. Logo, a busca pelos serviços do CRAS acontece mediante as necessidades sociais dessas famílias, que, através de uma rede informal (vizinhos, colegas, ACS, presidente comunitário, boca-a-boca e entre outros), obtiveram informações e, espontaneamente, dirigiram-se até a unidade socioassistencial. Outra fonte de informação dessas famílias a respeito dos serviços do CRAS, é o próprio trabalho desenvolvido pela equipe técnica, as visitas realizadas, as ações e atividades, como palestras e oficinas nas comunidades, que também são meios de apresentar a política de assistência social e difundir informações nessas localidades das ilhas.

Neste sentido, evidencia-se que a carência de informação a respeito dos serviços ofertados pelo CRAS apresenta-se como uma barreira de acesso, tal como afirmou Travassos e Castro (2008), pois, a mera disponibilidade e presença física dos serviços e recursos humanos não garantem o acesso. Além disso, merecem destaque os meios de obtenção das informações que estão associadas aos aspectos culturais, sociais, territoriais, políticos e econômicos dessas famílias, sendo eles: a condição de pobreza, a localidade em que residem - áreas de ilha-, a ausência de energia elétrica e, portanto, a carência na utilização de meios de comunicação, tais como, a televisão, rádio, internet etc., a própria dificuldade da equipe técnica do CRAS em realizar suas ações nas áreas de ilha, dentre outros, são elementos que limitam o acesso às informações e, conseqüentemente, aos serviços da política de assistência social.

Tal como Travassos e Castro (2008), nesta pesquisa identificou-se as barreiras nos aspectos geográficos, financeiros e organizacionais no acesso das famílias ribeirinhas à política de assistência social em Barcarena. No caso, a barreira geográfica é a mais evidente, como discorrido anteriormente, incluindo não somente o espaço físico, mas também o deslocamento até a unidade de serviço, considerando que a ilha é uma área de difícil acesso, e em determinadas localidades somente é possível locomover-se com a maré alta. A respeito do deslocamento das famílias até o CRAS, perguntou-se lhes como é feito esse percurso, e a resposta foi que, geralmente, utiliza-se a rabeta, uma canoa pequena movida a motor, como transporte para se locomover pelos rios, ou deslocam-se por meio da passagem – assim denominado pelas famílias ribeirinhas –, que consistem em um serviço¹¹ semelhante ao transporte público urbano, porém realizado sobre as águas. A seguir, imagens de embarcações no município de Barcarena:

¹¹ Nesta pesquisa, não obteve-se conhecimento do funcionamento desse serviço, a maneira com que ele se opera e se organiza. Acredita-se que seja estabelecido mediante contrato dos barqueiros com a prefeitura de Barcarena.

Figura 10 – locomoção através da rabeta, sede municipal de Barcarena-PA



Fonte: Autora.

Figura 11 – Outros modelos de embarcações ancoradas nas margens da habitação ribeirinha de Barcarena-PA



Fonte: Autora.

Ao serem questionadas quanto às dificuldades em realizar o percurso até o CRAS, a maioria das famílias ribeirinhas responderam que sentem muitas dificuldades, com exceção das famílias 3 e 8. Ou seja, as famílias que não possuem embarcação própria são aquelas que apresentam maiores dificuldades para se deslocarem até a unidade socioassistencial, nesse caso, contam com a solidariedade dos vizinhos que possuem o transporte e possam emprestar, ou até mesmo oferecer carona, porém, é necessário contribuir com a compra do combustível. Outra opção, como dito anteriormente, é utilizar o serviço de transporte fluvial privado, denominado pelas famílias como passagem, todavia, existe um custo para utilizar tal serviço, somado a isso há o fenômeno da maré, “(...) eu tenho que esperar a passagem aí na beira para poder chegar lá, isso quando a maré tá boa ... desde aqui vai gastando até lá e, às vezes, nós só tem, como diz o da boia [alimentação] mermo” (Família 7, 2019, informação verbal). Portanto, além do dinheiro para pagar a passagem, é necessário que a maré esteja cheia para que o barco possa adentrar em determinadas localidades da Ilha das Onças.

A família que possui a embarcação elencou como principais dificuldades a distância da residência ribeirinha até o CRAS, o dinheiro para gasolina e problemas técnicos no motor da rabeta. O entrevistado da família 3 relatou que possui o meio de transporte e que, na ausência do dinheiro para o combustível, desloca-se a remo. A entrevistada da família 8 declarou que não possui embarcação própria, mas não sente dificuldades no deslocamento até o CRAS, pois, na área em que reside, há constantes embarcações com destino à Belém e Barcarena e somente quando não há embarcações com viagens para Barcarena a entrevistada sente dificuldades, nessa ocasião, ela conta com a carona de irmãos ou vizinhos que estejam se dirigindo à sede municipal.

Diante disso, é evidente que os aspectos geográficos e financeiros consistem em importante barreiras para o acesso aos serviços sociais, pois, quanto maior a distância entre o espaço físico da residência até a unidade de serviços, maior será o custo para o deslocamento. No caso das famílias ribeirinhas, a ausência de uma embarcação somada à baixa renda inviabilizam o acesso aos serviços de assistência social, sendo necessária a elaboração de estratégias ou contar com a rede solidária de vizinhos ou parentes. Dessa forma, o deslocamento até o CRAS, independentemente da forma que é feita, seja por embarcação própria, emprestada, pela passagem ou carona, representa um alto custo para essas famílias que, através da coleta do açaí, obtêm renda suficiente apenas para manter o seu sustento.

Ainda nesse seguimento, cabe ressaltar o caso da família 10, que solicitou o Programa Bolsa Família no CRAS do município de Marituba, portanto, para se deslocar até a unidade a

entrevistada utilizou uma rede de transportes (barco, ônibus e moto), assim, além da dificuldade de deslocar-se houve um alto custo para acessar o serviço que poderia ser viabilizado por Barcarena. Aqui inclui-se também as barreiras organizacionais, que dizem respeito à organização dos serviços e recursos humanos, que, devido à burocratização e desarticulação das políticas, buscou-se a unidade de Marituba por acreditar que nesse CRAS não teria seu pedido negado, tal como ocorreu ao acessar o sistema de saúde em Barcarena.

Outro exemplo referente à organização dos serviços é a situação relatada pela família 6, que, por desconhecer o CRAS ao qual pertencia, acessou as duas unidades socioassistenciais, Zita Cunha e Arapari. Diante disso, concorda-se com Travassos e Castro (2008), ao afirmarem que a informação é a principal barreira de acesso, e aqui ressalta-se não somente o conhecimento do usuário a respeito do serviço ofertado, como também o conhecimento da equipe técnica e a leitura da realidade cotidiana dos seus usuários (KOGA, 2015). Ademais, merece destaque, nesse quesito, a oferta dos serviços, que, geralmente, não é compatível com a demanda, sendo que a insuficiência na oferta pode ser a razão do acesso de duas unidades socioassistenciais pela família 6. Assim, é importante ressaltar que, as barreiras de acesso aos serviços, descritas por Travassos e Castro (2008), estão interligadas entre si em um movimento dialético, estando aqui apresentadas separadamente apenas para fins analíticos. Além disso, as políticas sociais estão engendradas nos moldes estruturais da sociedade capitalista, logo, o que foi identificado como barreiras de acesso são manifestações concretas das relações contraditórias no interior da sociedade de classes.

Na pesquisa de campo, as famílias foram questionadas sobre a frequência com que procuram o CRAS e se participam das atividades e/ou reuniões, obtendo-se as seguintes respostas: a família 1 declarou que se dirige à unidade quando é solicitado pelos profissionais ou quando necessitam dos serviços; quanto à participação nas atividades, o entrevistado alegou que não participa, mas já participou de três reuniões do CRAS. A família 2 procura o CRAS quando necessita acessar o auxílio alimentar, ademais, afirmou que participou de algumas reuniões que aconteciam no espaço físico de uma igreja próximo de sua residência. O representante da família 3 afirmou que somente procura o CRAS “(...) quando o negócio tá apertado” (Família 3, 2019, informação verbal), ou seja, quando a família está necessitando dos serviços, principalmente, do auxílio alimentar; quanto à participação nas atividades e/ou reuniões, afirmou que não participa e que foi apenas duas vezes à unidade em busca do benefício eventual. A família 4 declarou que não procura o CRAS com frequência, apenas quando há algum problema no benefício do Programa Bolsa Família; com relação à participação nas reuniões e/ou atividades do CRAS, informou que participa duas vezes ao mês. A família 5

(2019, informação verbal) relatou que procuram o CRAS “(...) quando precisa mesmo. Mesmo que sendo o doente, a pessoa só toma remédio quando tá doente, sendo bom de saúde ele não vai tomar remédio”, ou seja, a família procura o CRAS somente quando está necessitando dos serviços. A família 6 declarou que procura o CRAS anualmente e não participa das atividades e/ou reuniões do CRAS, mas participou da oficina das grávidas realizada pelo CRAS Arapari. A família 7 não participa das atividades e/ou reuniões, mas procura o CRAS mensalmente. Já a representante da família 8 relatou que após o nascimento do seu bebê não procurou mais o CRAS, pois, no momento, não está precisando, além disso, afirmou que não participa das atividades e/ou reuniões do CRAS por causa do tempo, sendo a duração da atividade concorrente com o horário em que a entrevistada deve pegar o barco para retornar para sua casa, “(...) porque a gente mora na ilha, né?! Aí às vezes não dá pra gente ficar lá [no CRAS], se a gente perder a passagem, aí não tem como a gente voltar pra casa” (Família 8, 2019, informação verbal). A família 9 procura a unidade socioassistencial de dois em dois anos e não participa de reuniões do CRAS, apenas tem contato com a equipe técnica nas visitas realizadas em sua residência. Por fim, a família 10 procura o CRAS de Marituba, a entrevistada solicitou o Programa Bolsa Família por essa unidade, por conta disso, afirmou que não participa do CRAS em Barcarena.

Diante das dificuldades no percurso até a unidade socioassistencial e o alto custo para realizar esse deslocamento, as famílias ribeirinhas somente procuram o CRAS em casos de extrema necessidade, como insegurança alimentar ou para resolver questões que comprometam o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. Mediante a grande demanda pelo auxílio alimentação, a equipe técnica preocupa-se em esclarecer para as famílias os critérios para obtenção e os objetivos do benefício eventual. Pois, de acordo com relatos dos profissionais, as famílias buscam o CRAS acreditando existir uma lista para a concessão de cestas básicas e que receberão o auxílio mensalmente. Nesse sentido, foi identificado, fortemente, na fala das famílias ribeirinhas entrevistadas a percepção de ajuda e favor com relação aos serviços ofertados pelo CRAS, tal como afirmou Martins Júnior (2018).

Quando perguntadas a respeito da opinião sobre o atendimento prestado pelo CRAS, as famílias, com exceção da família 9, responderam que o CRAS presta um bom atendimento, que a equipe técnica é educada e os recepciona bem e que explicam de forma coerente e compreensiva. Segundo a Família 8 (2019, informação verbal):

“(...) O CRAS foi a melhor coisa que aconteceu, né?! Que aconteceu dentro de Barcarena... Todos os lugares que precisam, né?! Porque muitas famílias, às vezes,

não têm condições, né?! De tirar um documento, né?! De fazer alguma coisa. Aí, às vezes, vai e conversa e eles têm como nos ajudar, né?! Então, quer dizer, pra mim é ótimo, né?! Na minha opinião, foi a melhor coisa que aconteceu”.

Como dito anteriormente, essa percepção de ajuda está fortemente presente no discurso das famílias ribeirinhas. Segundo Raichelis (2011), a “cultura do assistencial” está arraigada no interior das concepções e práticas da assistência social e imprime uma visão discriminatória e preconceituosa dos seus destinatários, quando se trata da proteção social. Por isso, é preciso enfrentar e romper com esse estigma, o que se constitui em um desafio expressivo para a política.

Ainda sobre a avaliação dos serviços prestados pelo CRAS, a família 9 não elogiou, muito menos desmereceu o atendimento prestado pelo CRAS, apenas afirmou que a equipe técnica deveria realizar visitas domiciliares com mais frequência, pois, alegou enfrentar muita dificuldade em se deslocar até a unidade socioassistencial. Sendo essa dificuldade no deslocamento sentida também pela equipe técnica, já que para realizar o trabalho social nas áreas de ilhas é necessário agendamento prévio da lancha, a maré precisa estar cheia para adentrar em determinadas localidades, além de ser necessária a articulação com a saúde ou lideranças comunitárias para a realização de atividades junto às famílias. Além disso, tem-se o financiamento insuficiente para manter a política no território amazônico, bem como os cortes de verbas na assistência social a nível nacional.

No roteiro de entrevista com as famílias ribeirinhas, foi perguntado se o CRAS poderia contribuir no atendimento das necessidades familiares e, caso a resposta fosse “sim”, de que forma. Novamente, identificou-se a concepção de ajuda na fala dos entrevistados, sendo a resposta mais recorrente relacionada à concessão do auxílio alimentação. Abaixo constam trechos da fala dos entrevistados quanto à contribuição do CRAS no atendimento das necessidades sociais das famílias:

Pode sim [contribuir] ... ela [profissional da equipe técnica] já me explicou tudinho direitinho lá que o negócio da cesta lá ela não conseguiu, porque ainda não chegou. (...). Eu não fico aborrecido com ela não (...) ela ficou de trazer, mas não saiu, eu não posso fazer nada, né?! Tem que dar meu jeito (Família 1, 2019, informação verbal).

“Pode [contribuir]... ele [o CRAS] já me ajudou e tenta me ajudar também, né?! Nem tudo eles podem fazer” (Família 2, 2019, informação verbal). “Eu creio que sim, né?! [o CRAS pode contribuir] ... Nas vezes que eu chego lá, né?! Quando eles têm, eles não negam, eles me dão (...) Muitas vezes, o pessoal pede e não tem nem precisa né da cesta, só mesmo... costume, né?! Eu não, eu fui lá, né?! Me concedeu, eu fiquei muito feliz” (Família 3, 2019, informação verbal). “Sim [o CRAS pode contribuir] ... porque, assim, ó! Quando não dá pra mim ir lá, eles

vêm até mim e trazem as coisas que eu preciso” (Família 4, 2019, informação verbal). “Acho [que o CRAS pode contribuir] dando as coisas ou não sei...” (Família 7, 2019, informação verbal).

Além do estigma de ajuda vinculado às práticas da assistência social, observa-se uma relação de dependência quase que exclusiva entre as famílias ribeirinhas e os serviços ofertados pela política (YAZBEK, 2003). Isso porque a assistência social, enquanto resposta do Estado às expressões da “questão social”, responde a interesses contraditórios que se manifestam no bojo das relações conflituosas entre classes sociais (RAICHELIS, 2011). Sobre as ações assistenciais nesse campo contraditório, Yazbek (2003, p. 134) afirma que “podem significar tanto a tutela e reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo. E, mais ainda, pode ser tudo isso junto”.

As Famílias 5, 8, 9 e 10 não responderam diretamente o questionamento quanto à contribuição do CRAS, mas, no contexto do depoimento, é possível perceber a relevância da unidade socioassistencial no atendimento das necessidades, principalmente, no item referente ao atendimento prestado. Já os representantes da Família 6 declararam que o CRAS pode contribuir através de palestras que informem os entrevistados, bem como a população participante de modo geral, sobre seus direitos sociais. O que corrobora com a percepção discorrida em seções anteriores desta pesquisa sobre a importância dessas ações realizadas pela equipe técnica para as famílias ribeirinhas, a fim de disseminar informações a respeito de seus direitos sociais e acesso aos serviços.

Por esse motivo, Raichelis (2011) considera contraditória e multifacetada a prática social, à medida em que se apresenta simultaneamente assistencialista/ disciplinadora e emancipatória no âmbito de suas ações, configurando-se movimentos de continuidade/ruptura, afirmação/negação. Frente a isso, considera-se a informação e o conhecimento dos direitos sociais uma necessidade social básica dessas famílias, uma vez que viabiliza o acesso aos serviços sociais públicos e o exercício da cidadania.

Como sabe-se, os destinatários da política de assistência social são os pobres, geralmente, assim definidos a partir de indicadores de trabalho, emprego e renda. No entanto, Raichelis (2011) afirma que esses parâmetros são importantes para descrever e classificar os níveis de pobreza, mas são incapazes de captar as suas múltiplas expressões, uma vez que ela transborda por todas as esferas da vida social. Em consonância com a autora, Yazbek (2003) compreende a pobreza como expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade, não se reduzindo às privações materiais, mas alcança o plano espiritual, moral e político. “A pobreza

é uma face do descarte de mão-de-obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro contemporâneo. Expansão que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia” (YAZBEK, 2003, p. 63). A partir dessa leitura de totalidade da realidade social, cabe refletir sobre a particularidade da região amazônica, no que diz respeito às expressões da “questão social”.

Conforme apresentado, a trajetória histórico-social da Amazônia é marcada por exploração e apropriação dos recursos naturais para atender aos interesses do capital externo, sendo Barcarena um exemplo desse processo. Enquanto polo industrial de mineração, os recursos naturais do município são explorados para fins econômicos, assim, é considerada uma “cidade na floresta”. Essas relações de exploração-dominação acabam por condenar a grande maioria da população à pobreza (NASCIMENTO, 2010). “Os processos de transformação das matérias-primas em mercadorias de alto valor no mercado internacional, pela via de empresas multinacionais, não reverte em dividendos para a população do estado, mas, muito pelo contrário, resultam em expropriação, aculturação e empobrecimento” (NASCIMENTO, 2010, p. 209).

Nesse sentido, as famílias ribeirinhas da Ilha das Onças são aquelas que, historicamente, mediante a expansão do capitalismo na Amazônia, foram expropriadas de sua terra, catequisadas pelos padres jesuítas e, diante de um Estado mantenedor das relações sociais capitalistas, marginalizadas.

Ademais, Raichelis (2011) afirma que a pobreza também se expressa na ausência do acesso aos serviços sociais públicos necessários ao processo de reprodução social. “Embora esses serviços em si mesmos não sejam capazes de incidir sobre os determinantes da pobreza, sua ausência deteriora ainda mais as condições de vida dos setores mais pobres e discriminados da sociedade brasileira” (RAICHELIS, 2011, p. 161). E no que tange às famílias ribeirinhas, são subalternizadas, vivendo em condições de extrema pobreza, e estão assim categorizadas não somente pela privação de bens materiais e renda insuficiente, mas também pela destituição cultural, política, social e, principalmente, pela carência de direitos sociais que se atentem às particularidades dessas famílias, bem como dos povos amazônicos em geral.

Diante disso, conclui-se que o não-acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças à política de assistência social não é resultado unicamente das barreiras geográficas, financeiras, organizacionais, culturais e informacionais, mas é fruto de um processo histórico de exploração e apropriação do território amazônico pelo capital. Por isso, Nascimento (2010) afirma que a exclusão dos espaços e dos serviços de infraestrutura é apenas a parte mais visível desse processo.

A seguir apresenta-se o entendimento da gestão e das equipes técnicas dos CRAS de Barcarena a respeito das dificuldades de acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças às unidades socioassistenciais.

5.2 O OLHAR DA GESTÃO E DA EQUIPE TÉCNICA SOBRE O ACESSO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS AOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em relação às entrevistas realizadas com os profissionais da assistência social de Barcarena, participaram a equipe técnica dos CRAS Zita Cunha e Arapari, compostas por uma assistente social e uma psicóloga, cada, e a gestora da política no município, totalizando cinco profissionais. Destacando-se aqui que os trabalhadores da política de assistência social em Barcarena, majoritariamente, são mulheres. Abaixo, segue um quadro contendo as informações pessoais e profissionais das entrevistadas.

Quadro 2 – Dados pessoais e profissionais da equipe técnica e gestão da assistência social de Barcarena

Participantes	Idade	Sexo	Estado Civil	Formação Profissional	Instituição de Ensino	Ano de Conclusão
Entrevistada 1	26	Feminino	Casada	Serviço Social	Universidade da Amazônia – UNAMA	2016
Entrevistada 2	34	Feminino	Casada	Psicologia	Universidade Federal do Pará – UFPA	2011
Entrevistada 3	38	Feminino	Casada	Serviço Social	Universidade da Amazônia – UNAMA	2008
Entrevistada 4	38	Feminino	Casada	Psicologia	Universidade da Amazônia – UNAMA	2007
Entrevistada 5	30	Feminino	Casada	Serviço Social / Direito	Universidade da Amazônia – UNAMA / Faculdade Estácio do Pará – ESTÁCIO FAP	2010 / 2017

Fonte: autora.

Mediante as informações apresentadas, evidencia-se que as participantes da pesquisa são mulheres casadas, com idade entre 26 e 38 anos, ou seja, jovens. No que diz respeito à formação profissional, em sua maioria, foram realizadas em instituições de ensino privado, exceto a entrevistada 2. No roteiro de entrevista desta pesquisa, perguntou-se para as entrevistadas se possuíam especialização e/ou pós-graduação, todas responderam possuir especialização *Lato Sensu*, com exceção da Entrevistada 5, que afirmou não possuir nenhuma das modalidades. As assistentes sociais são especialistas em Políticas Públicas, a entrevistada 2 possui especialização em Saúde Mental e a entrevistada 4 é especialista em Psicomotricidade, todas realizadas também em instituições privadas de ensino. Sobre o tempo de trabalho atuando na política de assistência social em Barcarena, a entrevistada 1, trabalha no CRAS há um ano; a entrevistada 2 relatou que trabalha há cinco meses no CRAS; a entrevistada 3, três anos; a entrevistada 4, um ano; e, por fim, a entrevistada 5 está há seis anos na gestão.

Para a gestão, também perguntou-se quais são os serviços e programas da proteção social básica destinados aos moradores das áreas de ilhas, em especial para os residentes da Ilha das Onças. A participante respondeu que não há um serviço ou programa em específico para essas localidades, mas há política de assistência social, por intermédio dos CRAS, Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência para a pessoa idosa na Ilha Trambioca, realizado pelo CRAS Zita Cunha. Disse ainda que outras estratégias estavam sendo pensadas para atender as demais ilhas que compõe o território de Barcarena, porém, devido aos cortes na política, não foi possível efetivá-las.

Foi feita essa mesma pergunta à equipe técnica e as respostas obtidas foram condizentes com a gestão: especificamente na Ilha das Onças, o CRAZ Zita Cunha realiza atendimento psicossocial no Landy e Madre de Deus e oficinas; o CRAS Arapari oferece oficina de grávidas no Furo do Nazário, oficinas de caráter continuado e não continuado no Piramanha Alto e Piramanha Baixo e serviço do Cadastro Único no Piramanha Alto. Em síntese, os serviços e programas destinados às áreas das ilhas, em destaque para a Ilha das Onças, são restritos àqueles presentes nas normativas da política de assistência social: PAIF, benefícios eventuais, cadastramentos nos sistemas do governo para a solicitação de benefícios, como o Programa Bolsa Família e, mais recentemente, o Serviço de Convivência para pessoa idosa na Ilha Trambioca. Portanto, considerando a complexidade do território de Barcarena e o desfinanciamento da política no atual cenário político brasileiro, manter esses programas e serviços, que em si mesmos são mínimos e pontuais, porém, importantes para a reprodução social das famílias ribeirinhas, representa um grande desafio para a gestão.

Além dessa pergunta, questionou-se também se a assistência social do município realiza atividades itinerantes ou ações sociais a partir das demandas apresentadas pelas famílias ribeirinhas. A gestora informou que, no ano de 2016, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), juntamente com a prefeitura e demais instituições municipais, realizou, nas áreas de ilha e em outras localidades de Barcarena, as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). De acordo com o depoimento, a ação foi amplamente divulgada e teve resultados positivos, no entanto, a gestão observou que, geralmente, chega àqueles que possuem informação e acessam os serviços, mas o objetivo é alcançar aqueles que desconhecem os serviços e possuem dificuldades em acessá-los. Pensando nisso, a gestão modificou sua estratégia, realizando ações específicas, como o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família. Tais ações são articuladas com os CRAS, portanto, além do serviço específico da ação, cadastramento ou atualização, estão incluídos o atendimento psicossocial e o Programa Bolsa Cidadã (PBC), que consiste em um benefício municipal de transferência de renda.

Em consonância com a gestão, as equipes técnicas também relataram a respeito dessas ações nas áreas de ilhas junto aos cadastradores do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Ademais, destacaram a articulação com a saúde na realização de campanhas, tais como, 18 de maio, dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes, Outubro Rosa na prevenção do câncer de mama, entre outros.

A estratégia da gestão em realizar ações específicas mostra-se promissora, uma vez que esse deslocamento dos serviços até as áreas de ilhas viabiliza o acesso das famílias ribeirinhas à política de assistência social, além disso, é um meio de difundir, nessas localidades, informações a respeito do trabalho do CRAS e os serviços ofertados.

Para esta pesquisa obteve-se acesso ao Plano Municipal de Assistência Social (2018) e, a partir desse documento, foram elaboradas perguntas específicas para a gestão. Uma das perguntas foi referente à meta de compor equipes volantes para o atendimento das famílias ribeirinhas ser atingida. A equipe volante é um serviço cofinanciado pelo governo federal e Barcarena não possui esse financiamento, porém, a assistência social oferta esse serviço, sendo custeado exclusivamente pelo município. Assim, a gestão informou que possui uma equipe volante no CRAS Zita Cunha composta por uma profissional do Serviço Social e outra da Psicologia, não sendo mencionado o CRAS Arapari. Acredita-se que essa referência ao CRAS Zita Cunha deve-se ao seu território de abrangência, uma vez que essa unidade é responsável pelas áreas de ilha, enquanto o CRAS Arapari apenas compartilha furos da Ilha das Onças com o CRAS Zita Cunha. Para fins deste estudo, considerou-se os CRAS Zita Cunha e Arapari

enquanto equipes técnicas que realizam o trabalho social nas ilhas, especialmente na Ilha das Onças, campo de pesquisa.

No que tange aos recursos previstos para a política de assistência, perguntou-se sobre a existência alguma destinação específica para as famílias ribeirinhas. A gestora, em seu depoimento, relatou que em espaços de debates da assistência social, tais como reuniões de conselho, conferências, audiências, congressos, entre outros, tem-se lutado por um cofinanciamento diferenciado para a Amazônia. No entanto, diante dos retrocessos no campo dos direitos sociais e o desfinanciamento da assistência social, cogitar a possibilidade de investimentos públicos específicos para uma região, na atual conjuntura, é bastante complexo.

Portanto, como discorrido na seção anterior, a estratégia da gestão é manter os serviços já ofertados, que são financiados com recurso municipal. E, mediante a impossibilidade de suprir as demandas do município, foi necessário reduzir os gastos.

Quando eu digo para os secretários de outros municípios que nos coletivos de Centros de Convivência nós tínhamos dois lanches, todos acompanhados de fruta, eles ficam impressionados, né. Porque hoje, na verdade, a gente vai ter que rever essas estratégias e dói muito, né?! Então, não é porque a gente quer, é porque é necessário pra gente conseguir se manter (Entrevistada 5, 2019, informação verbal).

As desigualdades sociais produzidas e reproduzidas historicamente na região amazônica expressam-se de forma diferenciada territorialmente (SILVA, 2013). Nessa perspectiva, é possível compreender a admiração dos Secretários Municipais de Assistência Social no relato da Entrevistada 5 (2019), tendo em vista a pluralidade das cidades amazônica, as desigualdades socioterritoriais e a complexidade na execução do SUAS nessas dimensões. Além disso, nota-se um sentimento de frustração no relato dela, sendo os cortes na assistência social sentidos pela gestão e a equipe técnica que realizam o trabalho social, justamente por compreenderem a relevância dos serviços ofertados para a reprodução social dos usuários.

Ademais, evidencia-se a importância do financiamento diferenciado para a operacionalização da política de assistência social no território amazônico, que, segundo Piacesi (2013), embora as demandas sejam similares as de outros estados brasileiros, os custos para operacionalizá-la são dessemelhantes.

Outra pergunta foi sobre a Secretaria Municipal de Assistência Social realizar capacitações junto às equipes técnicas dos CRAS para trabalhar com as famílias ribeirinhas. A gestora afirmou que a SEMAS realiza constantemente capacitações junto aos cadastradores do Programa Bolsa Família e aos técnicos dos serviços de assistência social. No entanto, a gestão não realiza capacitações específicas voltadas a um público prioritário, como as famílias ribeirinhas. As capacitações realizadas são gerais e envolvem vários segmentos: catadores,

pescadores, ribeirinhos, população de rua, ciganos, entre outros. Essas ações têm o intuito de nortear os cadastradores na inclusão de comunidades tradicionais e demais grupos sociais no Cadastro Único para programas sociais, uma vez que, de acordo com o depoimento da gestora, a não sinalização desses grupos pode ser acometida por alguma falha no ato do cadastramento.

As informações contidas no Sistema do Cadastro Único permitem ao poder público aproximar-se da realidade socioterritorial e, com isso, viabilizar serviços para atender às necessidades sociais das famílias.

Considerando a diversidade sociocultural no Brasil, por meio da Portaria MDS nº 177, de 16 de junho de 2011, foi instituído o Cadastramento Diferenciado (BRASIL, 2016), no entanto, esse processo teve início em 2004, com a identificação de indígenas e quilombolas. No ano de 2010, a partir de uma nova versão do Cadastro Único, foi possível a identificação de outros treze Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs)¹². Contudo, mediante as estratégias junto a estados e municípios, houve um aumento nesse número, atualmente, o Cadastro Único identifica dezessete GPTEs (BRASIL, 2016).

Esquemáticamente, esses segmentos sociais identificados pelo sistema de cadastramento foram agrupados em quatro categorias: origem étnica (indígenas, quilombolas, ciganos e pertencentes às comunidades de terreiro); relação com o meio ambiente (extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos); relação com o meio rural (assentadas da Reforma Agrária, acampadas rurais, agricultores familiares e beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF); e situações conjunturais (atingidas por empreendimentos de infraestrutura, presos do sistema carcerário, catadores de material reciclável, aquelas compostas por pessoas em situação de rua, resgatados do trabalho análogo ao de escravo e indícios de situação de trabalho infantil) (BRASIL, 2016).

Na seção anterior discutiu-se a respeito do não reconhecimento étnico das famílias ribeirinhas, o que impossibilita o município de apresentar, em números, sua realidade ao governo federal e, por esse motivo, Barcarena não é contemplado com serviços como a lancha social para o deslocamento da equipe técnica. Dessa forma, é preciso considerar a relação, historicamente estabelecida, entre o Estado e as comunidades tradicionais, que é marcada por apropriação, exploração e marginalização. Além disso, a estrutura das políticas públicas denuncia a invisibilidade vivenciadas por esses grupos frente ao aparato estatal.

¹² Essa expressão é utilizada pela política de assistência social ao se referir às comunidades tradicionais e demais grupos sociais.

A política de assistência social, por exemplo, apesar dos princípios norteadores de universalidade, respeito à dignidade do cidadão e igualdade de acesso no atendimento, não se atentou especificamente para esses segmentos sociais em sua formulação. A inclusão e o acesso aos serviços da política de assistência social só foram possíveis a partir do trabalho social realizado no território, o que implicou na ampliação das estratégias para atender às demandas apresentadas pelas famílias. Nessa perspectiva, compreende-se que o Estado intensifica as relações de exclusão e desigualdade social experienciadas pelas comunidades tradicionais e demais grupos sociais, à medida em que a estruturação dos serviços públicos funcionam, nos termos de Travassos e Castro (2008), como barreiras organizacionais, dificultando o acesso desses segmentos aos direitos sociais.

Na mesma direção que Piacesi (2013), ao considerar a potencialização da política de Segurança Alimentar e Nutricional, acredita-se que é necessário o fortalecimento de políticas transversais que atendam às demandas dessas famílias e trabalhem na valorização de suas identidades.

No ato da entrevista com a gestora, ela foi questionada se, ao seu ver, as famílias ribeirinhas, em especial as moradoras da Ilha das Onças, estão acessando os serviços e programas da proteção social básica. Em resposta, ela alegou que o acesso até acontece, mas não da maneira que gostaria, pois, entende que o deslocamento até a unidade socioassistencial é difícil. Por conta disso, a tendência do morador das áreas de ilhas e estradas é deslocar-se para a sede do município, onde está localizado o CRAS Zita Cunha. No entanto, essa unidade possui um extenso território de abrangência e, conseqüentemente, um maior número de famílias atendidas.

De acordo com o relato da gestora, ao dividir as áreas de abrangência dos CRAS, leva-se em consideração a viabilidade de acesso das famílias que, segundo ela, será sempre o CRAS Zita Cunha, por conta de sua localização, mesmo a família residindo geograficamente próximo ao CRAS Arapari, sobrecarregando-se um CRAS, em detrimento dos demais.

Enquanto gestora e presidenta do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social, CONGEMAS Pará, alegou que nos espaços e eventos de âmbito nacional e estadual luta-se para que o governo olhe para a particularidade amazônica e que está em articulação com as secretarias nacional e estadual para viabilizar recursos no intuito de manter a política no território.

Ademais, perguntou-se sobre o conhecimento da gestão das formas/estratégias que as famílias ribeirinhas utilizam para se deslocar até o CRAS. Por ser nascida em Barcarena, a gestora respondeu que conhece a realidade da população. Existem ilhas, como a Ilha Trambioça,

cujo acesso pode ser realizado por veículos, mas, no caso da Ilha das Onças, o acesso é feito unicamente por barco, sendo esse o meio de transporte utilizado pelas famílias não somente para se direcionar até as unidades socioassistenciais, como também para Belém e demais municípios vizinhos para vender o açaí e, assim, garantir a sua subsistência.

Aos profissionais que compõe a equipe técnica dos CRAS Zita Cunha e Arapari, pediu-se para avaliarem o acesso das famílias ribeirinhas ao CRAS e apontarem se identificam alguma dificuldade. Em unanimidade informaram que existem dificuldades e elencaram as seguintes: distância até o CRAS, a falta de transporte para a locomoção, gastos com a passagem, gastos com combustível, aquelas famílias que não têm barco dependem de carona ou da solidariedade de vizinhos ou conhecidos que empreste um barco, o fenômeno da maré e situações que envolvem o deslocamento no rio, como afogamento e ferimentos causados por arraia.

Tendo em vista essa complexidade no percurso até a unidade, a profissional do CRAS Zita Cunha relatou que algumas famílias ribeirinhas chegam após a distribuição de senhas, mas ela procura realizar o maior número de atendimentos possível. Em seu depoimento, declarou que já ocorreu de atender de dezoito a dezenove famílias em um único dia. Devido a essa grande demanda e a sobrecarga de trabalho, o atendimento prestado é precarizado, uma vez que, para atender todas famílias do dia, o atendimento é feito em um curto prazo tempo.

Outro questionamento direcionado aos técnicos dos CRAS diz respeito às dificuldades e desafios no atendimento das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças. As dificuldades elencadas pelos profissionais do CRAS Zita Cunha foram as seguintes: a distância, falta de transporte para locomoção da equipe, o fenômeno da maré que incide no planejamento e atividades a serem desenvolvidas nas áreas de ilha, romper com o assistencialismo e o desconhecimento das famílias ribeirinhas a respeito dos seus direitos. Já os profissionais do CRAS Arapari relataram: dificuldades das famílias em acessar o CRAS, localidades na ilha cuja entrada somente é possível com a maré alta, poucos dias de lancha disponível (apenas na terça-feira) para a equipe realizar o trabalho social na Ilha, a violência e o tráfico de drogas na Ilha das Onças, que incide na segurança da equipe, falta de articulação e interlocução da rede de serviços, carência de políticas e projetos voltados para crianças e adolescentes, projetos de geração de emprego e renda, ausência de articulação da política de assistência social com o terceiro setor ou trabalhos em parceria com ONG's e fragilidade da proteção especial no município. Ademais, as profissionais de ambas unidades de assistência social relataram sobre a penalização das famílias ribeirinhas mediante as fragilidades da política.

Além dessas dificuldades elencadas, consideramos desafios para as equipes dos CRAS em Barcarena: a grande demanda em detrimento do número de técnicos, a sobrecarga de trabalho, ausência de um espaço apropriado para realização das atividades nas áreas de ilha, mobilização das famílias ribeirinhas na participação das ações, dificuldades na comunicação e localização das famílias, uma vez que muitas não possuem telefone – algumas até possuem celular, mas residem em locais que não têm área de cobertura das companhias telefônicas –, o fortalecimento das identidades e a conscientização das famílias ribeirinhas na importância da autodeclaração étnica, o cuidado dos profissionais com a saúde mental e a leitura da realidade socioterritorial na sua totalidade.

Ainda na entrevista com a gestora, assim como com a equipe técnica, perguntou-se quais os desafios e dificuldades para a implementação da política de assistência social mediante as particularidades da região amazônica. Em resposta, ela declarou que, atualmente, o principal desafio é o desfinanciamento da política, pois, o repasse irregular do recurso inviabiliza o alcance de metas estabelecidas no plano.

No último item do roteiro de entrevista, havia um espaço aberto para as profissionais, caso quisessem acrescentar alguma informação. Ali, a gestora informou que, apesar das dificuldades, sente orgulho por Barcarena ser destaque em âmbito nacional e estadual e, ainda, que o município possui um abrigo de crianças e adolescentes padronizado e com prédio próprio. Além disso, alegou que muitos municípios dependem exclusivamente do repasse federal, inclusive para o pagamento da equipe técnica, diferentemente de Barcarena, que consegue se manter com o fundo municipal. A respeito dos salários, afirmou que considera os salários dos técnicos e demais profissionais da política de assistência social precarizados. E sobre a rotatividade dos profissionais da assistência social, relatou que a discussão em âmbito nacional voltava-se para os vínculos de trabalhos temporários, ou seja, a rotatividade se estabelecia mediante a ausência de concursos público.

No ano de 2016, Barcarena realizou concurso público e, de acordo com a gestora, não foi uma estratégia eficaz, já que a maioria dos concursados nesse período não compõe mais o quadro técnico da equipe, pois assumiram outros concursos e, por conta disso, a gestão contratou profissionais para a ocupação dos cargos. Desse modo, a gestora conclui que a rotatividade dos profissionais da assistência social não está relacionada apenas pela ausência de estabilidade dos vínculos trabalhistas, mas também a questões salariais, às condições de trabalho e legislativas.

Especificamente sobre legislações, comentou a respeito da diferença entre a carga horária de trabalho de psicóloga e de assistente social, pois, o primeiro trabalha oito horas com

remuneração equivalente ao segundo, que trabalha seis horas. Isso porque, diferentemente do Serviço Social, a área da psicologia não possui um projeto de lei que regulamenta a carga horária de trabalho para trinta horas. Neste aspecto, identificou-se insatisfação por parte das técnicas entrevistadas, visto que em outros municípios as cargas horárias são equiparadas. Sendo assim, acredita-se que essa sobrecarga de trabalho dos psicólogos também contribui para a rotatividade dos profissionais no município.

Por fim, destacou que, enquanto gestora da assistência social, sente-se em constante oscilação, visto que, apesar de regulamentada na LOAS, a política não se reafirmou. Ademais, declarou que, em eventos ao qual participa, tem observado discursos agressivos e politizados onde a assistência social é vista como “política de esquerda”, não enquanto direito social e dever do estado, mas sim como político-partidária. Diante disso, é preciso lembrar que o Estado exerce funções contraditórias, intervindo tanto na reprodução do capital como na reposição das classes subalternas, e suas políticas refletem as ambiguidades resultantes das tensões e conflitos entre os jogos de interesse (YAZBEK, 2011).

Assim, a partir das reflexões tecidas, evidencia-se a necessidade de olhares diferenciados, por parte do poder público, para as particularidades amazônicas, bem como a luta no âmbito política de assistência social por esse reconhecimento. No que se refere ao olhar da gestão e equipe técnica a respeito do percurso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças até as unidades socioassistenciais, ao qual trata este item, observou-se que as análises feitas pelos entrevistados são abstrações imediatas do real, tal como ele se apresenta no cotidiano profissional, ou seja, não há uma perspectiva de totalidade e historicidade na leitura da realidade. Desse modo, a distância é considerada, pela gestão e equipe técnica de Barcarena, a principal dificuldade no acesso das famílias ribeirinhas ao CRAS. Entretanto, como apresentado, as barreiras de acesso possuem raízes mais profundas, remetem à trajetória sócio-histórica de exclusão, apropriação, aculturamento e invisibilidade dessas famílias perante o Estado. Portanto, consideramos o Estado capitalista como principal barreira de acesso das famílias ribeirinhas, bem como as comunidades tradicionais, de modo geral, aos direitos sociais, já que na estruturação de suas políticas compensatórias desconsidera-se esses segmentos, adensando as desigualdades e conflitos sociais existentes no interior da Amazônia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa centrou-se em analisar as condições de acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças à Política de Assistência Social no município de Barcarena/PA, considerando as particularidades da região amazônica. Buscou-se conhecer as formas de mobilidade utilizadas para acesso aos serviços públicos. Objetivou-se também identificar as principais demandas e dificuldades apresentadas pelas famílias, visando conhecer suas necessidades sociais.

Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas com dez famílias dessa localidade, concluiu-se que as famílias apresentam dificuldades no deslocamento até as unidades socioassistenciais. Para locomoverem-se, utilizam a rabeta – pequena canoa movida a motor – ou um transporte fluvial privado, denominado pelas famílias como passagem. Todavia, constatou-se que as famílias que possuem maiores dificuldades em deslocar-se são aquelas que não possuem embarcação própria, nesse caso, contam com a solidariedade de vizinhos e/ou parentes que possuem o transporte e possam emprestar ou oferecer uma carona, mas, é necessário contribuir com a compra do combustível. A outra opção para o descolamento deles, a passagem, para utilizá-la, é necessário pagar, o que também dificulta.

Já as famílias que possuem embarcação própria relataram dificuldades quanto à distância, o dinheiro para gasolina e problemas técnicos no motor da rabeta. De todo modo, independentemente da forma com que esse deslocamento aconteça, ele representa um alto custo para as famílias ribeirinhas, à medida que, através da coleta do açaí, obtêm-se renda o suficiente apenas manter o seu sustento. Além do transporte e o custo, outro componente que incide diretamente no deslocamento das famílias, é a maré, visto que em determinadas localidades da Ilha das Onças somente é possível locomover-se com a maré alta.

Diante disso, a procura pelo CRAS só acontece mediante situações de extrema necessidade, como a ausência de alimentação, atualização cadastral do Cadastro Único ou Programa Bolsa Família. Ressaltando-se que a procura das famílias ribeirinhas pelos benefícios eventuais, em especial, o auxílio alimentar, intensifica-se após o período da safra do açaí, que se dá no primeiro semestre, estendendo-se até agosto/ setembro.

Assim, observou-se que, para essas famílias, a importância das unidades socioassistenciais está vinculada à concessão das cestas básicas e ao Programa Bolsa Família. Evidenciando o estigma de ajuda e assistencialismo presente, historicamente, nas práticas de assistência social em detrimento da perspectiva de direitos sociais. Além disso, percebeu-se uma relação quase exclusiva entre a manutenção das famílias ribeirinhas e os serviços ofertados,

principalmente, o Programa Bolsa Família, sendo que esse benefício possui um grande peso na renda das famílias, pois, na sua ausência, o sustento delas é comprometido, tal como mostrou a pesquisa.

Quanto ao primeiro contato das famílias ribeirinhas ao CRAS, como aqui demonstrado, foi através de busca ativa ou demanda espontânea. Entretanto, não foi mencionado pelas profissionais entrevistadas encaminhamentos institucionais, ou seja, demandas advindas da rede de serviços de Barcarena. O que nos remete a pensar, primeiramente, nas dificuldades das famílias ribeirinhas em acessar os serviços sociais, como também na fragilidade de articulação e comunicação entre as redes de serviços em Barcarena. Pode-se mencionar, ainda, o não conhecimento das famílias ribeirinhas sobre a existência dos serviços, já que apresentam-se dificuldades em obter e disseminar informações.

Em se tratando dos serviços ofertados pelo CRAS, as famílias obtiveram conhecimento através do próprio trabalho realizado no território (visitas domiciliares, ações sociais, palestras, atividades, oficinas), da divulgação pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), lideranças comunitárias e informalmente (“boca-a-boca”, vizinhos, parentes). Assim, para fins desta pesquisa, considerou-se a informação e o conhecimento, dos direitos sociais, uma necessidade social básica dessas famílias, à medida em que viabiliza o acesso aos serviços sociais públicos e o exercício da cidadania.

Nesta pesquisa, objetivou-se também caracterizar a política de assistência social em Barcarena, buscando identificar como se estrutura a proteção social básica, no sentido de garantir o acesso das famílias ribeirinhas, e verificar como ocorrem as dificuldades e os desafios postos ao acompanhamento social e institucional das equipes técnicas às famílias ribeirinhas. Sendo assim, a partir das entrevistas realizadas com a gestora e as equipes técnicas dos CRAS Arapari e Zita Cunha, constatou-se que há, em Barcarena, uma sobrecarga da proteção social básica.

O município possui cinco CRAS (Zita Cunha, Conde, São Francisco, Arapari e Castanhalzinho), porém, apenas um é o responsável por grandes áreas de abrangência e grande número de famílias referenciadas, o CRAS Zita Cunha. Ou seja, o número de unidades socioassistenciais se mostra insuficiente para atender toda a demanda do município. Além disso, identificou-se que Barcarena possui apenas um CREAS, intensificando, assim, a sobrecarga da proteção básica.

As áreas de ilhas impõem à gestão da política grandes desafios, tratando-se de áreas distantes e de difícil acesso, por isso, os gestores precisam elaborar estratégias para levar os

serviços até essas localidades. A guisa de exemplo, temos o caso da Ilha das Onças, em que os CRAS Arapari e Zita Cunha são os responsáveis. O transporte fluvial é de suma importância para o deslocamento da equipe até os furos da Ilha, no entanto, a lancha, em algumas ocasiões, representa um empecilho para a realização do trabalho social, já que Barcarena não foi contemplada pelo governo federal com o transporte. Ademais, a complexidade do território, somado ao fenômeno das marés, também incidem diretamente no trabalho da equipe, pois, em determinadas localidades, somente é possível adentrar quando a maré está cheia.

Portanto, para que o trabalho do CRAS seja realizado ali, existe uma logística que envolve o planejamento das ações, a lancha, o contato com as famílias ribeirinhas e o fenômeno da maré. Pois, a articulação do CRAS com os serviços de saúde é essencial na realização das ações socioassistenciais e a mobilização dos ACS junto à comunidade é importante para que as atividades aconteçam, as famílias participem e, assim, conheçam o trabalho e os serviços ofertados pelo CRAS.

Os desafios de operacionalização da política de assistência social em Barcarena tornam-se ainda maiores mediante os repasses irregulares dos recursos do governo federal. Na ausência do financiamento, utiliza-se o fundo municipal, que, por sua vez, não consegue suprir todas as demandas do município. A estratégia utilizada pela gestão para manter ao menos o mínimo de serviços é a redução de despesas, sendo que os cortes de gastos impactam diretamente as famílias ribeirinhas, enquanto usuárias. No entanto, nesta pesquisa, identificou-se também sentimentos de frustração por parte dos profissionais e da gestão mediante às limitações impostas pela própria política.

Diante do exposto, conclui-se que os marcos conceituais que norteiam a perspectiva territorial nas normativas do SUAS não contemplam a particularidade amazônica, pois a complexidade do território amazônico ultrapassa as prerrogativas estabelecidas nas legislações da política. Além disso, as demandas amazônicas apresentadas à política de assistência social exigem custos diferenciados para operacionalizá-la no território, sendo elas: a diversidade territorial, a rede de transporte necessária para se locomover em determinadas localidades, o vasto território que abrigam, no mesmo município, diferentes grupos sociais, como é o caso de Barcarena, a pluralidade étnico-cultural, população dispersa em áreas isoladas, entre outras.

Dessa forma, a padronização e sistematização das políticas sociais, em especial a política de assistência social, intensificam as desigualdades regionais existentes a nível nacional. Salientando que a condição de subalternidade, a pobreza, o desemprego, a exclusão, bem como o não reconhecimento étnico das famílias remontam o movimento do capital na trajetória sócio-histórica da região.

Ainda, nesta pesquisa, identificou-se que não há, por parte da gestão e da equipe técnica, uma compreensão de totalidade sobre o acesso das famílias ribeirinhas à política de assistência social, o que demonstram são abstrações imediatas do cotidiano profissional, tal como ele se apresenta. O território, nesse caso, as áreas de ilha, impõe dificuldades, tais como, o acesso, a renda insuficiente das famílias para custear o deslocamento até as unidades e a organização dos CRAS na divisão das áreas de abrangência. Entretanto, neste estudo, considera-se o Estado como o principal responsável em superar a barreira de acesso aos serviços pelas famílias ribeirinhas. O poder estatal, ao desconsiderar, no âmbito de suas políticas, tais famílias, bem como as comunidades tradicionais e demais grupos sociais, intensifica a exclusão social vivenciada historicamente por esses segmentos.

O estudo realizado contribuiu para conferir visibilidade às famílias ribeirinhas, visto que esse ainda é um tema pouco estudado no ambiente acadêmico, principalmente, na área de serviço social. Além disso, corroborou as discussões sobre as políticas sociais na Amazônia, em especial a política de assistência social. Portanto, considera-se de suma importância a realização de pesquisas que privilegiem essas temáticas.

Realizar pesquisas na região amazônica é, de modo geral, desafiador. Estando fora dela, como foi o caso, os desafios são ainda maiores. A busca por dados estatísticos das famílias ribeirinhas e referências bibliográficas conferiu-se como primeiro desafio. A viagem ao estado do Pará, em novembro de 2018, foi importante nesse sentido, pois, além de contribuir no recorte do tema de pesquisa, possibilitou a busca por bibliografias nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará – UFPA. Todavia, o tempo para coleta de dados limitou-se ao mês de novembro de 2019, quando foi realizada a pesquisa de campo, considerando as distâncias regionais nortesul, exigindo-se certa urgência na realização das entrevistas com as famílias ribeirinhas.

No entanto, houve outras dificuldades na pesquisa de campo, a começar com o acesso e deslocamento até as ilhas. Assim, as famílias entrevistadas foram aquelas cujo atendimento e/ou visita domiciliar estavam previamente agendados pelas equipes técnicas dos CRAS Zita Cunha e Arapari, assim sendo, as entrevistas foram de curta duração, portanto, limitadas. Além disso, contou-se com: ambiente ruidoso, dificultando a transcrição dos áudios, cancelamento de entrevistas, devido à concessão da lancha para o Conselho Tutelar e deslocamento caro e demorado – tanto no interior de Barcarena, como dele para outros municípios requer uma rede de transportes (ônibus, moto, barco), o que exige recursos financeiros (a pesquisadora contou com o financiamento da CAPES) e tempo de viagem (incluindo os horários específicos para utilização de cada meio de transporte). Ademais, no campo de pesquisa, corria-se vários riscos,

como afogamento, picada de animais peçonhentos, sem contar que as rampas de acesso às residências ribeirinhas, geralmente, não possuíam proteção apropriada.

Contudo, apesar das inúmeras dificuldades, produzir conhecimento sobre a realidade amazônica e seus povos tradicionais, em especial referente às famílias ribeirinhas e torná-lo acessível diz respeito ao papel fundamental da universidade pública. Nesse sentido, considera-se a pesquisa acadêmica como um importante recurso de visibilidade para os povos da Amazônia, que são historicamente pauperizados e marginalizados. Entretanto, é preciso avançar com estudos que trabalhem essa temática, a dificuldade da pesquisadora na busca por referências bibliográficas demonstra essa necessidade, principalmente no serviço social, área com poucas produções sobre o tema. Assim, a relação do Estado e as famílias ribeirinhas, bem como as comunidades tradicionais de modo geral e políticas públicas na Amazônia são temáticas pertinentes ao serviço social, por isso, considera-se o estudo em questão como subsídio que contribuirá com futuras pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José Maria dos Quadros de. **Os impactos do Projeto ALBRAS nas relações de trabalho no Estado do Pará.** In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; AZEVEDO-MIRIN, Rosa Elizabeth (org.). *Amazônias em tempo de transição.* Belém: UFPA. NAEA, 1989. p. 193–245.
- ALENCAR, Edna F. **Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras.** In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (org.). *Povos das Águas, Realidade e Perspectivas na Amazônia.* Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1993, p. 63-81.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas.** In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília, DF, 2009. p. 449-460.
- ALVES, Francielle Lopes. **Trajetórias de acesso da população aos serviços do SUS: um estudo sobre a cirurgia bariátrica.** 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- ALVES, Francielle Lopes. **Acesso aos serviços de saúde públicos no Brasil: notas para estudos a partir das trajetórias de assistência dos usuários do SUS.** In: **IV Seminário de Política Social do MERCOSUL,** 2013, Pelotas. *Anais do IV Seminário de Política Social do MERCOSUL,* 2013.
- ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia.** Santarém: Faculdades Integradas do Tapajós - FIT, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROSO, Silvana Compton. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: a dinâmica sociopolítica para acesso a bens e serviços sociais.** Manaus: EDUA, 2015.
- BARRETO FILHO, H.T. **Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção.** In: C. Adams; R. Murrieta; W. Neves (eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.* São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BECKER, Bertha K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas.** **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.** *Cienc. Hum.,* Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf>. Acessado em: 08 jan. 2020.
- BECKER, Bertha K. **A Amazônia e a política ambiental brasileira.** In: SANTOS, M.; BECKER, B. (org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-42.

BEHRING, Elaine Rosseti. **A acumulação capitalista, fundo público e política social.** In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.* São Paulo: Cortez, 2008. p. 44-63.

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. [Biblioteca básica do Serviço Social, v. 2].

BIROLI, Flávia. **Famílias: novos conceitos.** Coleção o Que Saber. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2014. p. 24-41.

BOVOLENTA, Gisele A. Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 130, p. 507-525, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000300507&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 mai. 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. **O SUAS e a seguridade social.** In: Cadernos de Textos da V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília. CNAS/MDS, p 10-16, 2005. Disponível em: <http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/187/caderno%202s.pdf?sequenc e=1>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Cadastramento diferenciado. **Diversidade no Cadastro Único: Respeitar e Incluir.** Brasília, DF: MDSA; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2016. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/Diversidade%20no%20Cadastro%20%C3%9Anico%20-%202015%20\(05102016\).pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/Diversidade%20no%20Cadastro%20%C3%9Anico%20-%202015%20(05102016).pdf). Acesso em: 04 jun. de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastramento Diferenciado.** Governo Federal: [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/servicos/cadastro-unico/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-cadastramento/cadastramento-diferenciado>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL, Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. **Programa Criança Feliz**, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Geral de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. **Censo SUAS 2018 – Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social CRAS.** Brasília, DF, 2018.

BRASIL. IBGE. **Brasil/ Pará: Panorama.** [S.l.], 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama_ Acesso em: 02 out. 2018.

BRASIL. IBGE. **Amazônia legal.** [S.l.], 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/geocienciais/geografia/amazonialelegal.shtm?c=2. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. IBGE. Biblioteca: catálogo. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=42498&view=detalhes>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. IBGE. **Cidades e estados: Pará**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. IBGE. **PIB dos Municípios**: agropecuária representa mais da metade da atividade econômica em 1.135 municípios. [S.l.]: Agência IBGE Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9459-pib-dos-municipios-agropecuaria-representa-mais-da-metade-da-atividade-economica-em-1-135-municipios>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. IBGE. **Brasil/Pará/Barcarena: panorama**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409_relatorio_comunidades_tradicionais.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 27 jul. 2019

BRASIL. **Lei nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do baixo Tocantins**. Belém: SOMECE, [s/d]. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf. Acesso em: 17 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Vigilância Socioassistencial: Censo SUAS 2017 – CRAS**. [S.l.], [2017?]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família: o que é?**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e> . Acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Participantes do Seminário Pan-Amazônico conhecem lanchas sociais**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/marco/participantes-do-seminario-pan-amazonico-conhecem-lanchas-sociais>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 24 set. 2018

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório do Programa Bolsa Verde 2011-2016**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em: 21 out. 2018

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes-tematicas/comissao-de-politica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas.pdf/download>. Acesso em: 21 out. 2018

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019

CAMPOS, Edval Bernardino. **As sociedades Amazônicas e o SUAS**. In: CAMPOS, Edval Bernardino (org.). Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social. 1º. Ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. P. 31-51.

CAMPOS, Marta; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira**. Ser Social, n. 12, Brasília: UNB, 2003. p. 165-190.

CAMPOS, Marta Silva. **O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz?**. In: MIOTO, R.C. T; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (org.). Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 211-239.

CARMO, Eunápio Dutra do. **O Território Educa e Politiza na (s) Amazônia (s): os processos sócio-culturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Teologia e Ciências Humanas, PUC/RIO, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=17822@1>. Acesso em: 04 nov. 2018.

CARVACHO, Ingrid Espejo et al. Fatores associados ao acesso anterior à gestação a serviços de saúde por adolescentes gestantes. **Revista de Saúde Pública**, n. 42, v. 5, p. 886-894, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000500014. Acesso em: 17 fev. 2020.

CASTRO, Edna. **Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas**. In: CASTRO, Edna (org.). Cidades na Floresta. São Paulo: Annablume, 2008. p. 13-39.

CASTRO, Edna; SANTOS, Maria Antonieta. **Belém de águas e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície**. In: CASTRO, Edna (org.). Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara. Simbologia do rural-urbano na floresta amazônica: políticas, mediações e identidades. **Paper do NAEA nº 387**. Universidade Federal do Pará: Belém, 2018. Pág. 1-21. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/476>. Acesso em: 27 mar. 2019.

COHN, Amélia *et al.* **A saúde como direito e como serviço**. Ed. 6°. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAVES, Genisson Paes. FURTADO, Lourdes Gonçalves. Entre rios, furos e igarapés: o ambiente aquático no imaginário social dos ribeirinhos de uma sociedade Amazônica. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Universidad de Málaga, p. 1-13, Jun. 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2017/02/index.htm>. Acesso em: 25 set. 2018

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências. UNICAMP/CIREC, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287073>. Acesso em: 04 mar. 2018.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. 6°. São Paulo, SP: Hucitec, Nupaub / USP, 2008.

DUQUE ARRAZOLA, Laura Susana. Política de assistência social e os tempos sociais femininos: um caso brasileiro. **Universidad Central: Colômbia, Nômadias**, v. 24, 2006, p. 80-90. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/53598>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FAQUIN, Evelyn Secco; LANZA, Líria Maria Bettiol. Imigrantes e seus “Acessos” às Políticas de Seguridade Social: reflexões acerca da Região Metropolitana de Londrina/PR. **O Social em Questão**. Ano XXI, nº 41. 2018, p. 131-154. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=604&sid=56>. Acesso em: 31 mar. 2020.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ - FAMEP. **Pará tem mais de 8 milhões de habitantes em 2017, estima IBGE**. Pará, 2017. Disponível em: <https://www.famep.org.br/single-post/2017/08/31/Par%C3%A1-tem-mais-de-8-milh%C3%B5es-de-habitantes-em-2017-estima-IBGE>. Acesso em: 02 out. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5°. Ed. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, L. G.; SOUZA, M. A. M. de. **Belém, ocupação humana e uso dos recursos do estuário**. In: CASTRO, E. (org.). Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006. p. 161-178.

FURTADO, Lourdes. G.; MANESCHY, Maria C. Gens de mer et contraentes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil. In: *Colloque national et international – entre terre et mer – sociétés littorales et pluriactivités XV-XX siècles*, 2002, Lorient, França.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívea Valença. **Famílias e Serviço Social: Algumas Reflexões Para o Debate**. In: Marco José de Oliveira Duarte; Mônica Maria Torres de Alencar (Org.). *Família & Famílias: Práticas Sociais Conversações Contemporâneas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 15-38.

FRITZEN, J. P.; MOSER, L.; PEZZO, T. M. C. **Vigilância Socioassistencial e os dilemas entre a produção e disseminação de informações e as dimensões de controle e disciplinarização social**. In: MOSER, L.; MANFROI, V. M. (Org.). *Serviço Social: questão social e direitos humanos*. Vol. 3, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016, p.17-34

GARCIA Jr., Afrânio. *Terra de trabalho, trabalho familiar e pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GELINSKI, C. R. O. G.; MOSER, L. **Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais**. In: MIOTO, R.C. T; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 125-145.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis / RJ: Vozes, 2002. p. 67–80.

GOMES, Vera Lúcia Batista. **Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão no Estado do Pará**. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (org.). *O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 145-175

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará. **II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PESANS (2016 – 2019)**. [S.l.], 2017. Disponível em: http://www.consea.pr.gov.br/arquivos/File/PLANO_2016_2019_DIAGRAMADO.pdf. Acesso em: 23 out. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Anuário de Assistência Social no Estado do Pará 2016**. [S.l.], 2016. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/mapas/57?&mes=&ano=2016>. Acesso em: 25 maio 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatística Municipal de Barcarena 2017**. [S.l.], 2016. Disponível em:

<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/estatisticamunicipal/65?&mes=&ano=2017>. Acesso em: 10 set. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Lago de Tucuruí e Tocjeantins**. [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/diagnosticos/88?&mes=&ano=2015>. Acesso em: 16 out. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Pará em números 2018**. [S.l.], 2018. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/relatorios/172?&mes=&ano=2018>. Acesso em: 08 maio 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Radar de Indicadores das Regiões de Integração 2018**. [S.l.], 2017. Disponível em: http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2018/tabelas/01para/tabela_1_densidade_area_e_populacao_2017.html. Acesso em: 14 maio 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Prefeitura de Barcarena. **Ribeirinhos da Ilha das Onças já têm água tratada**. Barcarena, PA: ASCOM, 2016. Disponível em: <https://www.barcarena.pa.gov.br/portal/noticia?id=93&url=ribeirinhos-da-ilha-das-onas-j-tm-gua-tratada> >. Acesso em: 17 jun. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Prefeitura de Barcarena. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021**. Barcarena, PA, 2018.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de avaliação e Gestão de Informações. **Relatório de Programas e Ações (RI v. 2017) Barcarena (PA)**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>. Acesso em: 29 de janeiro de 2020.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Ministério da Cidadania. Rede SUAS. **Relatório de Saldo das Parcelas Pagas de Barcarena em 31 de março de 2020** [S.l.], 2020. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.jsf?b=*tbmepQbsdfmbtQbhbtNC&event=*fyjcjs. Acesso em: 07 abr. 2020

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Ministério da Cidadania. Rede SUAS. **Relatório de Saldo das Parcelas Pagas de Barcarena em 30 de abril de 2020** [S.l.], 2020. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/suaswebcons/restrito/execute.jsf?b=*tbmepQbsdfmbtQbhbtNC&event=*fyjcjs. Acesso em: 26 mai. 2020

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Ministério da Cidadania. **Relatório de Informação (RI) da Proteção Social Básica Barcarena (PA) (dezembro de 2019)**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/mod/pdf.php?rl=337&codigo=150130&area=0>. Acesso: 20 mar. 2020.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Ministério da Cidadania. **Relatórios de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único Estado do Pará**. [S.l.], 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=15&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,597,599. Acesso em: 10 maio 2019.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Ministério da Cidadania. **Relatórios de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único Barcarena (PA)**. [S.l.], 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio_form.php?p_ibge=150130&area=0&ano_pesquisa=&mes_pesquisa=&saida=pdf&relatorio=153&ms=585,460,587,589,450,448,464,601. Acesso: 16 maio 2019.

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. *In*: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 97-111.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. *In*: SANTOS, M.; BECKER, B. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.43-71

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de Globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-43.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

KARL, Marx. **O capital: crítica da economia política: Livro 1, O processo de produção do capital**. Tadução: Rubens Enderle. Boitempo Editorial, 2013.

KRAEMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. 111f.

KOGA, Dirce Harue Ueno. **Subsídios para delimitação do território de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos, a partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. Referência: Projeto PNUD BRA/12/006. Maio de 2015

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acessado em: 19 dez. 2019.

LIRA, Talita de Melo. **Análise das condições de acesso aos Programas de Assistência Social pelas comunidades de Mucajá e Ebenezer em Maués/AM.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. UFAM, Manaus, 2008.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SILVA, Mayara Pereira da; COSTA, Klilton Barbosa da; MEDEIROS, Vânia Lima. Acessibilidade aos bens e serviços sociais em comunidades ribeirinhas de Maués/AM. *In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. [Anais].* São Luís, MA, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo11-questaoambientalepoliticaspUBLICAS/acessibilidadeaosbenseservicossociaisemcomunidadesribeirinhasdemauesam.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações.** Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122016000100066&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 mai. 2018

LOLIS, Dione; MOREIRA, Fernanda de Souza. Trabalho em rede. Um olhar sobre a garantia da integralidade dos direitos da criança e do adolescente a partir da política de saúde em Curitiba-PR. **Serviço Social em Revista.** Londrina, PR, v. 19, n.1, p.109-130, jul/dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/27025>. Acesso em: 28 mar. 2020

MACHADO, Lia Osório. **Sistemas longe do equilíbrio e reestruturação espacial na Amazônia.** *In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. C. (org.). Energia na Amazônia.* 1. ed. Belém, PA: Naea/Museu Emílio Goeldi/Ifpa/Unamaz, 1996. p. 835-859.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia. **Revista Serviço Social e Sociedade,** n. 71. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: www.pia.ufpa.br/arquivo/familia.pdf. Acesso em: 07 mar. 2017.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte:** relatório da SBPC [livro eletrônico] – São Paulo: SBPC, 2017. 448p.

MARTINS JÚNIOR, Severino. Fator amazônico e cultura política na gestão do SUAS: as influências no processo de consolidação do SUAS no Estado do Pará. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 458-467, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29508>. Acesso em: 19 jun. 2019.

MEIRELLES FILHO, João (org.). **Belém Ribeirinha**: Marco Contextual. Belém, PA: Instituto Peabiru, 2014.

MELO, Padre Fábio de; BORGES, Celina. **Nas asas do Senhor**. In: MELO, Padre Fábio de. Queremos Deus. Canção Nova: Cachoeira Paulista, SP. Sony Music, 2013. DVD. Faixa 8. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YZs0xQneRMs>. Acesso em: 21 abr. 2020

MINAYO, Maria, Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis / RJ: Vozes, 2002, p. 9-29.

MINAYO, Maria, Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MINAYO, Maria, Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. HUCITEC EDITORA: São Paulo, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Famílias Contemporâneas? Intervenções contemporâneas? In: MARTINO, de Mónica; GIORGI, Victor. (Org.). **Miradas ibero-americanas sobre prácticas profesionales en el campo familiar**. Editorial EPPAL - Área Académica Infancia y Familia. Departamento de Trabajo Social - Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República Oriental del Uruguay, Montevideo, Uruguai: 2016. Pág. 39-54.

MIOTO, Regina de Célia Tamasso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Políticas Públicas**. [S.l.], v. 8, n. 1, EDUFMA, 2003. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3756>. Acesso em: 22 Jun. 2016.

MIOTO, Regina de Célia Tamasso. **Família e Assistência Social**: Subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de (org.). **Família & Famílias: Práticas Sociais Conversações Contemporâneas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 3-14.

MIOTO, Regina de Célia Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>. Acesso em: 20 agos. 2018.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 133-146.

NAUFRÁGIO de navio com 5 mil bois vivos em Barcarena completa um ano. *In*: G1 Pará. [S.l.], 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/10/naufragio-de-navio-com-5-mil-bois-vivos-em-barcarena-completa-um-ano.html>. Acesso em: 26 out. 2018.

NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./jun.2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n45p65>. Acesso em: 14 jun. 2019.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Amazônia e desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social”. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, MA: Número Especial. p. 203-213. Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/401>. Acesso em: 17 de agos. 2018.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeirividade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 25 set. 2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a (64p.).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2001 b.

NEVES, Joyce Sampaio; SANTOS, Livian Fernanda Gomes. **Famílias desligadas por Alcance de Objetivos**: uma análise dos motivos da permanência dos vínculos das famílias pós-desligadas da instituição Lar Fabiano de Cristo – Casa de José nos anos de 2014 e 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, 2016.

NODA, Sandra *et al.* **Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea**. *In*: DIEGUES, Carlos Antônio; MOREIRA, André de Castro C. (org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16054>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PEREIRA, José Carlos Matos. **A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional**. *In*: O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. (Org.) CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Belém: EDUFPA, 2006. Pág. 23-53

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, José Carlos Matos. **A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional**. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.). O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 23-53.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **Estado, Democracia e Questão Social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara (org.). Política Social e Democracia. 3. ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 149 -171.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA- PEREIRA, Potyara A. **Política Social**: temas e questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Políticas Públicas e Necessidades Humanas com Enfoque no Gênero. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 12(1): p. 67-86, jun. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/437/391>. Acesso em: 11 fev. 2020.

PIACESI, Meive Ausonia. **O fator amazônico e os desafios para a efetivação do SUAS na região norte**. In: CAMPOS, Edval Bernadinho (org.). O fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social. 1º ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. Pág. 53-80

POJO, E. C *et al.* As águas e os Ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação**, Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA), v. 8, n. 11, p. 176-198, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3249>. Acesso em: 03 mar. 2018.

PREFEITURA de Barcarena. Ribeirinhos da Ilha das Onças já têm água tratada. Barcarena, PA: ASCOM, 2016. Disponível em: <https://www.barcarena.pa.gov.br/portal/noticia?id=93&url=ribeirinhos-da-ilha-das-onas-j-tm-gua-tratada>. Acesso em: 17 jun. 2019.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 6º. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REDE ODS BRASIL. **Plano Municipal das Ações Estratégicas de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Barcarena**. [S.l.], 2020.

Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org/post/2017/03/23/plano-municipal-das-aco-es-estrategicas-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil>. Acesso em: 01 jun. 2020

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5695>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia do Socorro Fialho. **Acumulação de capital e cidades na Amazônia: produção de riquezas e negação de direitos sociais.** *In:* GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (org.). *O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 201-224

SÁ, Maria Elvira Rocha de; COSTA, Solange Maria Gayoso da; TAVARES, Luciana Pereira de Oliveira. **O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos.** *In:* CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org.). *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas.* Belém: EDUFPA, 2006. p. 113-159.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim; SANTANA, Joana Valente Santana. Peculiaridades sobre a dimensão urbana de pequenas cidades no contexto amazônico. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 151-170, Jan. /Jun. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23733>. Acesso em: 28 mar. 2019.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** *In:* SANTOS, M.; BECKER, B. (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.13-21

SANTOS, M. O retorno do território. *In:* **OSAL/Observatorio Social de América Latina – Debates, Buenos Aires: CLACSO, año 6, n. 16**, p. 251-261, enero 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 4º Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

SALVADOR. Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTILI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família com o espelho um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo.** Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 20, n. 2, p. 224-237, mai./ago. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122692/122598>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SILVA, Iêda Rodrigues da. **Modo de Vida Ribeirinho: construção da identidade amazônica.** **VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.** Universidade Federal do Maranhão – UFMA, ago. 2017. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/.../mododevidaribeirinhoconstrucaodaidentidadeamazonica.pdf. Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, Iraneide Souza; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará. **Novos**

Cadernos NAEA, v. 16, n.1, p. 109-126, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1453>. Acesso em: 28 de mar. 2020

SILVA, Grace Kelly do Rosário da. **Transformações Socioambientais na Comunidade de Dom Manuel – Barcarena/Pa**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará – UFPA. Dissertação de Mestrado, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4475>. Acesso em: 14 jun. 2019.

SILVA, Joana Rita Abreu da. **A assistência social no território das águas**. In: CAMPOS, Edval Bernadinho (org.). O fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social. 1º ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. Pág. 82-94

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282017000300487&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 mai. 2020.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147-179.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social Contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, R.C. T; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (org.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 211-239.

TEIXEIRA, Solange Maria. **A família na política de assistência social**: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina. 2º edição. Teresina: EDUFPI, 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho social com famílias**: fundamentos históricos, teóricos-metodológicos e técnicos-operativos. Teresina: EDUFPI, 2017.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta** da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 21, p.141-152, UERJ: 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/94/86>. Acesso em: 29 mar. 2020

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A Amazônia e a interface com o SUAS**. In: CAMPOS, Edval Bernardino (org.). Fator amazônico e a interface com o Sistema Único de Assistência Social. 1º. Ed. Belém: ICSA/UFPA, 2013. P. 12-29.

TRAVASSOS, Cláudia; CASTRO, Mônica Silva Monteiro de. **Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde**. In: GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de V. C., et al. (org.). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 215-243.

TRAVASSOS, Cláudia; MARTINS, Mônica. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização dos serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20 p. S190-S198, 2004.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000800014. Acesso em: 25 jun. 2019.

TRAVASSOS, Cláudia; OLIVEIRA, Evangelina X. G. de; VIANCA, Francisco. Desigualdades geográficas e sociais no acesso aos serviços de saúde no Brasil: 1998-2003. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 11, n. 4, p. 975-986, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000400019. Acesso em: 25 de jun. 2019.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da *et al.* Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do Rio Tocantins. Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira. Boa Vista: **ACTA Geográfica**, 2011. p. 117-133. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/544>. Acesso em: 28 jan. 2020.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. **A Terceira Margem da Amazônia**, v. 1, n. 1, p. 171-184, 2012. Disponível em: <http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/viewFile/8/8>. Acesso em: 28 jan. 2020.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013^a. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2117>. Acesso em: 21 jan. 2020.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Paper do NAEA**, n. 321, dez. 2013b. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=345>. Acesso: 24 jan. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Carmelita. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, p. 72-94, 2008. Disponível em: <http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000175-4316b440ff/Yazbek,%20Maria%20Carmelita.%20Estado%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4^o ed. São Paulo: Cortez, 2003.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudos do homem nos trópicos**. Trad. Clotilde da Silva Costa. 5^o série. Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira. Vol. 290, Companhia Editorial Nacional: São Paulo, 1957.

ZOLA, Marlene Bueno. **Políticas sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países**. In: MIOTO, R.C. T; CAMPOS, M. S;

CARLOTO, C. M. (org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 45-93.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com as famílias ribeirinhas

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 Nome do (a) participante (a): _____

1.2 Endereço: _____

1.3 Telefone: _____

1.4 Idade: _____ 1.5 Sexo: _____

1.6 Escolaridade: Analfabeto () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Graduação incompleta () Graduação completa () Pós-graduação ()

1.7 Estado Civil: () Solteira (o) () Separada/divorciada (o) () Casada (o) /União estável () Viúva (o) () Outra _____

1.8 Sua cor ou raça (em relação a sua cor ou raça, como você se declara)?

() Branca (o) () Parda (o) () Preta (o) () Amarela (o) () Indígena () Outra _____

2. INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

2.1 Incluindo você, quantas pessoas residem na casa?

2.2 Quantas crianças? Estão frequentando a escola? Se sim, qual o nível de escolaridade?

2.3 Quantos adolescentes? Estão frequentando a escola? Se sim, qual o nível de escolaridade?

2.4 Situação da moradia: Própria () Cedida () Alugada () outra () _____

2.5 Na sua família quantas pessoas encontram-se empregadas ou exercem algum trabalho remunerado? Se sim, qual?

2.6 Você é beneficiário de algum programa governamental de transferência de renda? Se sim, qual?

2.7 Qual a renda mensal da família (somando o salário mais o benefício, se tiver)?

3. ACESSO AOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 O que lhe motivou a procurar o CRAS? Foi atendido no que buscava?

3.2 Conhece os serviços ofertados? Como tomou conhecimento?

- 3.3 Como você faz para chegar até o CRAS?
- 3.4 Você sente alguma dificuldade em fazer esse percurso até o CRAS? Se sim, quais?
- 3.5 Com que frequência procura o CRAS? Mensal? Semanal?
- 3.6 Você participa das atividades e/ou reuniões do CRAS? Se sim, com que frequência?
- 3.7 Você já utilizou os serviços eventuais do CRAS (auxílio maternidade, auxílio funeral, cestas básicas e entre outros)?
- 3.8 Qual sua opinião sobre o atendimento prestado pelo CRAS?
- 3.9 Quais suas principais necessidades? Você acha que a equipe do CRAS pode vir a contribuir? Se sim, de que forma?
- 3.10 Algo mais que o entrevistado queira acrescentar?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a equipe técnica

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 Nome do (a) participante (a): _____

1.2 Telefone: _____

1.3 Idade: _____ 1.4 Sexo: _____

1.5 Estado Civil: () Solteira (o) () Separada/divorciada (o) () Casada (o) /União estável ()
Viúva (o) () Outra _____

1.6 Sua cor ou raça (em relação a sua cor ou raça, como você se declara)?

() Branca (o) () Parda (o) () Preta (o) () Amarela (o) () Indígena () Outra _____

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Área de formação profissional: _____

2.2 Ano de conclusão: _____

2.3 Instituição de ensino em que concluiu sua graduação: _____

2.4 Tem especialização e/ou pós graduação? Se sim, em que área? Qual instituição e ano de conclusão?

3. EXERCÍCIO PROFISSIONAL

3.1 Há quanto tempo trabalha no CRAS prestando atendimento as famílias ribeirinhas?

3.2 Quais são as principais demandas/necessidades sociais apresentadas pelas famílias ribeirinhas?

3.3 Como ocorre o contato inicial das famílias ribeirinhas com o CRAS? É resultado de demanda espontânea ou de busca ativa?

3.4 Como avalia o acesso das famílias ao CRAS? Identifica alguma dificuldade?

3.5 Quais os serviços destinados às famílias ribeirinhas? O CRAS possui algum serviço específico para estas famílias, em especial às moradoras da Ilha das Onças?

3.6 Como você avalia a participação das famílias nas atividades e/ou reuniões do CRAS?

3.7 O CRAS realiza atividades itinerantes ou ações sociais a partir das demandas dessas famílias? Se sim, com que frequência?

- 3.8 Quanto aos equipamentos socioassistenciais, o CRAS possui transporte fluvial para o deslocamento da equipe volante?
- 3.9 Qual a rotina de atendimento as famílias ribeirinhas moradora da Ilha das Onças? Qual a periodicidade das visitas?
- 3.10 Como é feito o planejamento da equipe para a realização dos atendimentos, visitas e reuniões com as famílias?
- 3.11 Quais os principais desafios e dificuldades no atendimento as famílias ribeirinhas moradoras da Ilha das Onças?
- 3.12 Algo a mais que o entrevistado gostaria de destacar?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a gestora

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 Nome do (a) participante (a): _____

1.2 Telefone: _____

1.3 Idade: _____ 1.4 Sexo: _____

1.5 Estado Civil: () Solteira (o) () Separada/divorciada (o) () Casada (o) /União estável ()
Viúva (o) () Outra _____

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Área de formação profissional: _____

2.2 Ano de conclusão: _____

2.3 Instituição de ensino em que concluiu sua graduação: _____

2.4 Tem especialização e/ou pós graduação? Se sim, em que área? Qual instituição e ano de conclusão?

3. GESTÃO DOS SERVIÇOS E RECURSOS SOCIOASSISTENCIAIS

3.1 Há quanto tempo atua como gestora da assistência social do município?

3.2 Quais os programas e serviços da proteção social básica são disponibilizados para os moradores das Ilhas? Em especial os da Ilha das Onças?

3.3 A seu ver, as famílias ribeirinhas, em especial as moradoras da Ilha das Onças, estão acessando os programas e serviços da proteção social básica?

3.4 A senhora tem conhecimento das formas/estratégias que as famílias utilizam para se deslocarem até os CRAS?

3.5 A SEMAS realiza atividades itinerantes ou ações sociais para as famílias ribeirinhas? Se sim, com que frequência e como acontece o planejamento para efetivá-la?

3.6 De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, foram identificados e listados problemas nas unidades de proteção social básica, dentre eles destaca-se a dificuldade de acesso no deslocamento dos serviços para as Ilhas e a falta de transporte adequado para as

visitas e segurança da equipe. A SEMAS tem realizado alguma ação no sentido de responder a essas problemáticas? Se sim, quais?

3.7 Segundo o Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, uma das metas da Assistência Social junto à proteção social básica consiste em compor equipes volantes para o atendimento das famílias ribeirinhas. A SEMAS atingiu esta meta?

3.8 A Secretaria de Municipal de Assistência Social de Barcarena realiza capacitações junto à equipe técnica do CRAS para trabalhar com as famílias ribeirinhas? Se sim, com que frequência?

3.9 Sobre os recursos previstos para a assistência social, como avalia a execução dos mesmos? Há alguma destinação específico para esse público alvo?

3.10 Quais os desafios e dificuldades para implementação da PNAS, enquanto gestora do município, diante das particularidades da Amazônia?

3.11 Algo a mais que a gestora gostaria de destacar?

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: “O ACESSO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA ILHA DAS ONÇAS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE BARCARENA/ PA”. A pesquisa faz parte do Projeto de Qualificação do Mestrado em Serviço Social (PPGSS/UFSC). Este estudo tem o objetivo de “analisar as condições de acesso das famílias ribeirinhas da Ilha das Onças à Política de Assistência Social no município de Barcarena/PA, considerando as particularidades da região amazônica”.

Desta maneira, convidamos você para participar de uma entrevista gravada (apenas com sua permissão) com perguntas realizadas durante uma entrevista. É importante esclarecer que a pesquisa à curto prazo não trará benefícios aos participantes. É importante esclarecer que a pesquisa pode apresentar possíveis desconfortos ou riscos ao participante, como se sentir constrangido, aborrecido, cansado ou provocar certas emoções. No caso das famílias ribeirinhas, tais sentimentos podem emergir ao responderem perguntas sobre assuntos delicados a respeito da sua vida cotidiana na Amazônia, as dificuldades em acessar os serviços de assistência social e outros possíveis desafios que possam causar constrangimento ao se expor. No caso dos profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS, a pesquisa pode apresentar os mesmos riscos: constrangimento, aborrecimento, cansaço ou provocar emoções ao responderem perguntas referentes a sua atuação profissional às famílias ribeirinhas, as dificuldades e desafios enquanto trabalhadores da política de assistência social na região amazônica, sobre a gestão ou trabalho da equipe técnica que possam causar constrangimento ao se expor. Ciente de que a pesquisa possui algum risco, a pesquisadora responsável estará atenta aos sinais emocionais dos participantes da pesquisa e compromete-se a não prosseguir com a entrevista.

Outro aspecto a considerar é a possibilidade da quebra de sigilo ainda que involuntário e não intencional. É importante destacar que sua participação é voluntária e a recusa em participar da entrevista não acarreta qualquer penalidade ou perda de nenhuma natureza. No que se refere à indenização, é de direito do/a participante a indenização quando existir a situação para tal. Não haverá qualquer tipo de indenização a você por desistir da entrevista antes mesmo dela se iniciar. Caso você comece a responder as perguntas e depois se sentir desconfortável ou em situação de risco, a indenização será paga quando comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa. Ressalta-se que as pesquisadoras se comprometem, formalmente com possíveis indenizações, por eventuais danos decorrentes da pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Em nenhum momento a pesquisadora irá proibir o acesso à indenização. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados e sua participação permanecerão confidenciais. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Caso por algum motivo haja a quebra do sigilo e privacidade será garantida indenização aos participantes da pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Com relação à forma de ressarcimento, esclarecemos que não haverá qualquer tipo de despesas por parte dos participantes de pesquisa e dela decorrentes, até porque a entrevista com os familiares será realizada no local de moradia do familiar ou em local que considerar mais adequado. Caso haja despesas previstas ou não, serão pagas com os recursos da própria pesquisa. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, sendo livre para

recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Os resultados e sua participação permanecerão confidenciais, uma vez que os registros escritos e gravados permanecerão arquivados na sala da orientadora da pesquisa, no Departamento de Serviço Social da UFSC, e que não se fará referência à identidade dos participantes no trabalho. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Os responsáveis pela pesquisa se comprometem a seguir e cumprir com todas as determinações da Resolução CNS 466/2012 que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Reafirmamos que os dados serão compilados em uma Dissertação de Mestrado e que as informações não serão divulgadas de modo a identificar sua participação.

Você receberá uma via deste termo, que foram emitidas em duas (02) vias, rubricadas e assinadas pela pesquisadora responsável, por você e/ou por seu representante legal ou pela (s) pessoa (s) por você delegada (s). Em ambas as vias constam o endereço e contato telefônico dos responsáveis pela pesquisa, e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Guarde cuidadosamente sua via, pois é um documento com poder jurídico que traz importantes informações de contato e garante seus direitos como participante da pesquisa.

Desde já agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações. Em caso de dúvida(s) em relação à pesquisa, poderá entrar em contato com responsável principal: Joyce Sampaio Neves Fernandes, Telefone: (048) 98506-7360. Também poderá entrar em contato com a orientadora: Prof. Dra. Liliane Moser, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo telefone (048) 99619-7797. Segue também o endereço do CEP- Prédio Reitoria 2 (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222- Sala 401. Trindade- Florianópolis. CEP: 88040-400. Contato: 48 3721 6094. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Ao aceitar participar, você deve assinar o termo de consentimento, juntamente com a pesquisadora, termo do qual você terá uma via. Agradeço por sua atenção.

CONSENTIMENTO

Declaro que concordo em participar deste estudo, recebi uma via de deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim desejar.

Nome

Assinatura do participante

Data

Nome

Assinatura da pesquisadora

Data

ANEXO A – Territórios de abrangência dos CRAS de Barcarena



TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA CRAS – BARCARENA

Abaixo seguem as localidades/bairros/comunidades/ilhas identificadas como área de abrangência de cada CRAS.

CRAS ZITA CUNHA

ÁREA URBANA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ BACABAL (ESTRADA) ➤ BARBOLÂNDIA ➤ BETÂNIA ➤ CENTRO ➤ COMERCIAL ➤ CONJ. JOSÉ DOS S. DIAS ➤ CONJ. ZITA CUNHA ➤ CONJ. SÃO FRANCISCO ➤ IMOBILIÁRIA ➤ NAZARÉ ➤ NOVO I ➤ NOVO II ➤ PEDREIRA ➤ PORTO DA Balsa ➤ XAVIER ➤ ZITA CUNHA
ÁREA DE ESTRADA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ AICARAÚ ESTRADA ➤ ARATICU ➤ CAFEZAL (ESTRADA) ➤ IGARAPÉ AÇÚ ➤ JUPUUBA ➤ LOCALIDADE AMA ➤ NOVA CANAÃ ➤ RAINHA DOS CORAÇÕES ➤ RODOVIA DA INTEGRAÇÃO ➤ RODOVIA MOURA CARVALHO
ÁREA DE ILHAS ILHA TRAMBIOCA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ARAPAJÓ ➤ BARREIRA ➤ BOA MORTE ➤ CARMELO ➤ COMATITEUA ➤ CUIPIRANGA ➤ FAROL ➤ FURO DO ARROZAL ➤ GUAJARÁ DA COSTA - ESTRADA ➤ GUAJARÁ DA COSTA – RIO ➤ GUAJARINO ➤ GUARIJÚ I ➤ GUARIJÚ II ➤ JABOTITEUA ➤ JACAREQUARA ➤ NAUERÁ ➤ PAU GRANDE ➤ POÇÃO

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ RAMAL DA MARIONA ➤ RAMAL DAS PEDRAS ➤ RAMAL DO FAROL ➤ RAMAL DO MORAES ➤ RAMAL SÃO JOSÉ ➤ RIO MUCURUÇA ➤ SIRITUBA ➤ TRANSTRAMBOCA ➤ URUCURITEUA ➤ UTINGA-AÇÚ
ILHA DAS ONÇAS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FURO GRANDE ➤ JARARACA ➤ LANDY (TAUERÁ) ➤ USINA VITÓRIA ➤ URUBUOCA ➤ PONTA DE BAIXO ➤ SAMAÚMA ➤ SÍTIO ILHINHA ➤ SUCURIJÚ ➤ URUBUOCA ➤ USINA VITÓRIA
ILHA ARAPIRANGA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ BOAS NOVAS ➤ CAMURINQUARA ➤ COMUNIDADE CRISTO REDENTOR ➤ CUTAJÚ-AÇÚ ALTO ➤ CUTAJÚ-AÇÚ BAIXO ➤ CUTAJÚ-MIRI ➤ FLECHEIRA ➤ GROTA ➤ JANDIAQUARA ➤ JUPARIQUARA ➤ PAPAQUARA ➤ PRAINHA ➤ VILA ARAPIRANGA
OUTRAS LOCALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ➤ COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA ➤ COMUNIQUARA ➤ ILHA MACACO ➤ ILHA JARARARCA ➤ ILHA MUCURA ➤ RIO CARNAPIJÓ

CRAS CONDE

ÁREA URBANA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CANAÃ ➤ CASTANHEIRA ➤ INDUSTRIAL I ➤ INDUSTRIAL II ➤ MARICÁ ➤ VILA DO CONDE
-------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ÁREA DE ESTRADA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ACUÍ ➤ ARIENGA RIO ➤ CURUPERÉ ➤ DOM MANOEL ➤ GUAJARÁ DA SERRARIA ➤ JAPIIM ➤ SANTA ROSA ➤ SÃO SEBASTIÃO ➤ TREVO DO PETECA ➤ VAI QUEM QUER
ÁREA DE ILHAS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ILHA SÃO JOÃO ➤ ILHA DO CAPIM

CRAS VEREADOR JOSÉ DE SOUZA DIAS (SÃO FRANCISCO)

ÁREA URBANA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ÁGUAS VERDES ➤ BEIRA RIO ➤ BOA ESPERANÇA ➤ BOM FUTURO ➤ BURAJUBA ➤ CARIPI ➤ FAZENDINHA ➤ FOGUETÃO ➤ ITUPANEMA ➤ JARDIM CABANO ➤ JARDIM DAS PALMEIRAS ➤ JARDIM PARAÍSO ➤ LARANJAL ➤ LUZ DIVINA ➤ MOJUQUARA ➤ MURUCUPI ➤ NAZARÉ ➤ NOVO HORIZONTE ➤ NOVO PARAÍSO ➤ PIONEIRO ➤ RENASCER COM CRISTO ➤ SÃO JOSE ➤ SÃO LOURENÇO ➤ VILA DOS CABANOS ➤ VILA NOVA ➤ VILA SÃO FRANCISCO ➤ VILA UNIÃO
ÁREA DE ESTRADA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ MASSARAPÓ ➤ NESTOR CAMPOS ➤ NOVA VIDA ➤ RAMAL DO CUPUAÇÚ ➤ RAMAL SANTA LUZIA ➤ RAMAL DO SANTA ROSA ➤ BOA VISTA ➤ VILA RICA
ÁREA DE RIO	<ul style="list-style-type: none"> ➤ PORTO DA Balsa – SÃO FRANCISCO

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Capitão Manoel Soares, 400 - Jussara
CEP 03447-000 - Barcarena/P.
Tel: (011) 4753-3000

CRAS ARAPARI

ÁREA DE ESTRADA RURAL	<ul style="list-style-type: none"> ➤ CURUÇAMBABA ➤ SÍTIO CAJUEIRO ➤ TRAQUATEUA ➤ AICARAÚ ESTRADA ➤ RAMAL DO AMA ➤ VILA ARAPARI ➤ ARATICU ➤ BACHARELA ➤ CDI ➤ ESCOLA AGRÍCOLA ➤ MONTE SANTO ➤ PATAUATEUA ➤ SANTA MARIA ➤ SUCURIJÚ ➤ TAUAPORANGA ➤ TUCUMANDEUA ➤ PONTA DE CIMA ➤ SÃO FELIPE ➤ SÃO LUÍS ➤ SÃO SEBASTIÃO ➤ BACURI ➤ RAMAL DO BACURI
ILHA DAS ONÇAS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ARARAQUARA ➤ BELA VISTA ➤ FÉ EM DEUS ➤ FURO CAVADO ➤ FURO CONCEIÇÃO ➤ FURO DAS LARANJEIRAS ➤ FURO DO NAZÁRIO ➤ FURO SÃO JOÃO ➤ ILHA LONGA ➤ MADRE DE DEUS ➤ PIRAMANHA ALTO (IGARAPÉ DO INFERNO) ➤ PIRAMANHA BAIXO (IGARAPÉ BOTA)
ÁREA DE ILHAS	<ul style="list-style-type: none"> ➤ AICARAÚ RIO ➤ ARAQUISSAL ➤ ARAUAIA RIO ➤ BOM JARDIM ➤ COSTA ARAPARI ➤ FOZ DO CABRESTO ➤ ILHA DAS ONÇAS – FURO DA LARANJEIRAS ➤ ILHA DAS ONÇAS – FURO MANDIÍ ➤ ILHA DAS ONÇAS – SÃO MATEUS ➤ ILHA DO PAPAGAIO ➤ ILHA DOS PATOS ➤ PARANAGUÁ

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Capitão João Soares, 400 - Bairro
13.120-000 - Barcarena/PA
Tel. (41) 3743-1000

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ RIO ARAPARI ➤ RIO CAFEZAL ➤ SACAIA ➤ SÃO GREGÓRIO ➤ SÃO JOÃO SMITH ➤ GENIPAÚBA (Acará)
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CRAS CASTANHALZINHO

ÁREA DE ESTRADA RURAL	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ALÇA VIÁRIA ➤ ARIENGA ESTRADA ➤ ARIENGA RAMAL ➤ ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ ➤ BOM SOSSEGO ➤ CABRESTO ➤ CASTANHALZINHO ➤ EMBRASA ➤ CURUÇAMBABA ➤ SÃO JOSÉ KM 58, RAMAL SÃO JOSÉ ➤ NOSSA SENHORA DO CARMO KM 54 ➤ GUAJARAUMA ➤ LIMEIRA ➤ IGARAPÉ AÇÚ ➤ PIEDADE ➤ PARAÍSO VERDE ➤ RAMAL DO CAETÉ ➤ RAMAL DO CRUZEIRO ➤ RECREIO DO PARAÍSO ➤ SANTA LÚCIA ➤ TURUI ➤ CANTINA DA SERRA ➤ PEDRAL ➤ CABECEIRA GRANDE
------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------